



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

ANDRÉ SARMENTO SPALENZA

**A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO: Um paradigma ou um
novo ciclo capitalista?**

Salvador
2022

ANDRÉ SARMENTO SPALENZA

A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO: Um paradigma ou um novo ciclo capitalista?

Tese apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Ariádne Scalfoni Rigo

Salvador
2022

Escola de Administração - UFBA

S734 Spalenza, André Sarmiento.

A economia do compartilhamento: um paradigma ou um novo ciclo capitalista? / André Sarmiento Spalenza. – 2022.

159 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Ariádne Scalfoni Rigo.

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2022.

1. Economia do compartilhamento. 2. Capitalismo – Análise, interpretação. 3. Ciclos econômicos. 4. Redes de negócios. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 658.144

ANDRÉ SARMENTO SPALENZA

A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO: Um paradigma ou um novo ciclo capitalista?

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção de grau de Doutor em Administração, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Salvador, 08 de fevereiro de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Ariádne Scalfoni Rigo – Orientadora

Doutora em Administração (UFBA)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dr. Jeová Torres Silva Júnior

Doutor em Administração (UFBA)
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Prof. Dra. Luciana Alves Rodas Vera

Doutora em Administração (UFMG)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dra. Fabiana Gama de Medeiros

Doutora em Administração pela UFPB
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof. Dr. Jorge Luis dos Santos

Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me possibilitado o dom da vida.

Aos meus pais Carlos e Terezinha e irmã Carolina, por todo o apoio que recebi durante o período do Doutorado. Sem eles não teria sido possível terminar essa fase da minha vida, meu muito obrigado.

As pessoas próximas. Agradeço aos meus amigos e colegas, que estivemos juntos na caminhada, sou eternamente grato pela nossa amizade.

A Professora Ariadne, minha orientadora, que junto comigo topou esse desafio, e me conduziu da melhor forma possível. Sua dedicação e disponibilidade foram fundamentais para a conclusão desse projeto.

Aos professores da banca, Prof. Jeová, Profa. Fabiana e Profa. Luciana. Obrigado pela disponibilidade em contribuir para com esse projeto.

A todos os professores e profissionais do NPGA, pelo carinho e cuidado com que nos tratavam todos os dias. Todo o meu carinho e admiração a todos vocês.

Aos meus amigos e colegas do Núcleo de Estudos Aplicados a Organizações de Utilidade Social – NOUS. Juntos, discutimos, compartilhamos e construímos conhecimento, fica o meu muito obrigado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos que tornou possível a formação no doutorado.

*Temos o direito a ser iguais quando a nossa
diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser
diferentes quando nossa igualdade nos
descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade
que reconheça as diferenças e de uma diferença
que não produza, alimente ou reproduza as
desigualdades.*

Boaventura de Souza Santos

Spalenza, André Sarmiento. A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO: Um paradigma ou um novo ciclo capitalista? Orientadora: Ariádne Scalfoni Rigo. 159 f. il. Tese (Doutorado em Administração) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

RESUMO

O presente trabalho investiga o fenômeno da Economia do Compartilhamento (EC) no sentido de identificar qual o seu papel perante a sociedade e o capitalismo. Ao tratar o papel da EC na sociedade, a princípio identifica-se 02 caminhos distintos: seria a EC uma economia que vai além dos mercados, constituindo uma nova forma, não mais capitalista de se produzir e comercializar ou seria a EC uma proposta inovadora, porém ainda dentro do capitalismo, constituindo uma nova fórmula dentro de um mesmo sistema? Tendo em vista a necessidade encontrada em discutir a EC e as 02 possibilidades identificadas anteriormente, o presente trabalho é norteado pela questão: Seria a EC, a partir da ótica dos principais trabalhos publicados no campo, um paradigma ou um novo ciclo capitalista? Sendo o objetivo geral: **Caracterizar a EC, a partir da ótica dos principais trabalhos publicados no campo, enquanto um paradigma ou um novo ciclo capitalista.** Norteados pelo objetivo geral, apresentam-se os seguintes objetivos específicos: (1) Criar uma estrutura conceitual para a EC (2) Identificar e discutir as principais abordagens de pesquisa em que a EC vêm sendo publicada; (3) discutir os indícios encontrados nas publicações que apontem a EC enquanto um novo paradigma ou um novo ciclo. A fim de responder os objetivos: geral e específicos, o trabalho realiza uma RSL, criando primeiramente uma estrutura conceitual que abrangeu os principais conceitos trabalhados pelos autores do campo. Após o estabelecimento da estrutura conceitual, a presente tese categorizou os principais trabalhos, de acordo com as abordagens de pesquisa, encontrando: modelo de negócio para geração de valor e lucro; moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso; discussão conceitual a respeito da EC; aspectos regulatórios; negócios sustentáveis em uma sociedade em mudança; a forma de conceber o trabalho em um novo formato de negócios. Uma vez encontrada as categorias, traçou-se um paralelo com trabalhos atuais, que tratam a respeito de possíveis caminhos da sociedade em relação ao capitalismo, aqui representados principalmente por

Chesnais (2017), Harvey (2011, 2014) e Dowbor (2017). Ao relacionar os trabalhos publicados no campo aos estudos em questão, percebe-se então uma tendência em considerar a EC enquanto possível novo ciclo capitalista, em que há uma modificação na sociedade, tanto nas relações de mercado quanto nos estilos de vida. Essa modificação, porém, mantém a lógica da acumulação e extração de valor, elementos esses que são base do capitalismo.

Palavras-chave: Economia do Compartilhamento, paradigmas sociais, paradigma moderno, ciclos capitalistas.

Spalenza, André Sarmiento. *The Sharing Economy: A paradigm or a new capitalist cycle?* Thesis advisor: Ariádne Scalfoni Rigo. 159 f. il. Thesis (Doctorate in Administration) – PostGraduation Core in Administration, Federal University of Bahia, Salvador, 2022.

ABSTRACT

This work aims to analyse the phenomenon of the Sharing Economy (SE) in order to identify how it's related to the society and the capitalism. About the role of the practices called Sharing Economy and it's relation with the society and capitalism, at first we identify 02 different paths: SE would be an economy that goes beyond markets, constituting a new paradigm, no longer the current modern capitalism or SE would be an innovative proposal, but still capitalist, constituting a new cycle in the same system? Considering the need found in identify the role of SE and the 02 possible paths, this work is guided by the question: Would SE be, from the perspective of the main works published in the field, a paradigm or a new capitalist cycle? Our main goal is to characterize the SE, from the perspective of the main works published in the field, as a paradigm or a new capitalist cycle. Guided by the general objective, the specific objectives are: (1) Create a conceptual framework for SE (2) Identify and discuss the main research approaches in which SE has been published; (3) discuss the evidence found in publications that point to SE as a new paradigm or a new cycle. In order to answer the general and specific objectives, the work performs a Systematic Literature Review (SLR), first creating a conceptual framework that covered the main concepts worked by the authors of the field. After established the conceptual framework, this thesis categorized the main publication, according to each approach, finding: A business model that generates value and profit; moralization of the economy in businesses whose relationships migrate from ownership to access; conceptual discussion of the SE; aspects of regulation; sustainable model of business in a changing society; a new business format and the ways of work. Once the publications were categorized, it was established the relation with current works, that deals with possible paths of society and the capitalism, represented here mainly by Chesnais (2017), Harvey (2011, 2014) and Dowbor (2017). When related the works published in the field to the studies in question, there is a tendency to consider SE as a possible new capitalist cycle, in which there is a change in society, in market relations and in lifestyles. Those changes, however,

maintains the logic of accumulation and extraction of value, elements that consist of the basis of capitalism.

Key-Words: Sharing Economy, Social paradigms, modern paradigm, capitalist cycles.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: The normal cycle research.....	27
Figura 02: Fluxo dos Artigos.....	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Países mais referenciados.....	44
Tabela 02: Centros de pesquisa com maior produção.....	45
Tabela 03: Periódicos mais relevantes do campo da EC.....	46
Tabela 04: Artigos mais referenciados.....	46
Tabela 05: Objetos de estudo mais incidentes.....	51
Tabela 06: Palavras-chave com maior frequência.....	53
Tabela 07: Categorias de pesquisa da EC.....	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Publicações por ano e abordagens de pesquisa.....59

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Formulação do Science Mapping.....	29
Quadro 02: Protocolo Prisma.....	30
Quadro 03: Conceitos comumente usados na literatura.....	47
Quadro 04: Artigos enquadrados em cada categoria.....	57
Quadro 05: Ciclos Capitalistas.....	91
Quadro 06: 17 contradições para o fim do capitalismo.....	109

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	17
2.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	25
2.1	NATUREZA E ESTRATÉGIA DA PESQUISA.....	26
2.2	MODELO DE ANÁLISE	28
3	A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO.....	35
3.1	A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO PARA ALÉM DA UTOPIA SOCIAL.....	36
3.2	A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO: PANORAMA GERAL DAS PUBLICAÇÕES.....	45
3.3	ESTABELECENDO UMA ESTRUTURA CONCEITUAL PARA A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO	48
3.4	ABORDAGENS DE PESQUISA IDENTIFICADAS NO CAMPO	61
3.4.1	Modelos de negócio para geração de valor e lucro	61
3.4.2	Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	67
3.4.3	Negócios sustentáveis em uma sociedade em mudança.....	71
3.4.4	Aspectos regulatórios.....	74
3.4.5	A forma de conceber o trabalho em um novo formato de negócios.	78
4.	A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO: UM NOVO PARADIGMA OU UM NOVO CICLO CAPITALISTA?	82
4.1	PARADIGMAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E O PARADIGMA SOCIETAL.....	83
4.1.1	O Paradigma Societal e a mudança paradigmática.....	87
4.2	A MODERNIDADE E O CAPITALISMO	91
4.2.1	Ciclo I - O estabelecimento do capitalismo enquanto modo de produção	92
4.2.2	Ciclo II - Capitalismo em reestruturação: Da crise do comércio à industrial.	96
4.2.3	Ciclo III: A financeirização após os anos sessenta.....	103
4.3	O CAPITALISMO MODERNO E A EMERGENCIA DE UM NOVO CICLO.	108
4.3.1	A EC enquanto um novo ciclo capitalista	113

4.3.2	A EC enquanto novo ciclo sustentado pela geração de valor através da superexploração do trabalho	116
5	CONCLUSÃO.....	119
	REFERÊNCIAS.....	126
	APENDICE A – ARTIGOS REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA.....	139

1. INTRODUÇÃO

“Em tempos de crise, e, em especial, de decadência ideológica e política, as relações entre a estrutura produtiva e os outros complexos sociais promovem a disseminação de um rosário de determinações que incidem sobre a sociedade, estimulando a aparição de posições misticadoras” (WELLEN, 2012, p.29).

Nas palavras de Wellen (2012), vemos que crises fazem emergir, nas sociedades, teorias e campos de ideias que se propõem a ser solução, ou seja, projetos que se apresentam como portadores da “esperança”. Projetos esses que, juntamente com a comunidade, criam mecanismos de sobrevivência e pertencimento social. Wellen (2012) salienta que tais projetos, ao serem compreendidos no campo das ciências sociais, podem, se providos de embasamento teórico e metodológico, representar uma solução concreta para as crises. Em caso negativo, posicionam-se socialmente enquanto utopias, sem quaisquer efeitos práticos.

Em meio às crises, ganham destaque abordagens que tratam como o sistema capitalista, ao longo de sua existência, têm se comprovado incapaz de gerar desenvolvimento sem desigualdade (POLANYI, 1980; HARVEY, 2014, CHESNAIS, 2017, SOUSA SANTOS, 2021). Sousa Santos (2021) destaca a crise pós-pandemia, pois, para o autor, o mundo vive o desgaste de um sistema que não mais se sustenta e que carece de soluções.

Ainda em Sousa Santos (2021), vemos que, ao longo da história, desde quando o capitalismo se estabelece, enquanto meio de produção, foi recorrente a ocorrência de crises. Só na segunda metade do último século, podemos citar o colapso dos mercados imobiliários nos EUA (1973-1975); a Recessão Reagan (1979-1982); a falência de instituições de poupança e empréstimos nos EUA (1984-1992); a crise dos bancos nórdicos e japoneses (1990-1992) e, mais recentemente, as crises econômicas em período de pandemia.

Nesse contexto, destacam-se as abordagens que buscam soluções, ao qual se ocupa a investigação da presente tese, e destacamos aqui, aquelas que se baseiam no compartilhamento. Rifkin (2014), ao tratar o compartilhamento como solução para crises capitalistas, indica o surgimento de uma nova economia, não mais baseada na posse, mas sim no acesso. Segundo o autor, a sociedade, desacreditada no capitalismo, começa a perceber que as relações de posse não mais são adequadas e que, em um futuro próximo, viveríamos a substituição dessas pelo acesso.

Em termos dessa substituição, autores começam a trabalhar um campo de práticas denominado de Economia do Compartilhamento (EC). Nesse campo, passa-se a entender uma nova forma de negócios, em que grupos passam a ter como objetivo, principalmente: trocas, permutas e a propriedade compartilhada (BELK, 2007; 2010; BOTSMAN; ROGERS, 2011; SCHOR, 2014).

A forma em que o compartilhamento é trabalhado por Rifkin (2014) indica, a princípio, uma utopia. Enquanto utopia, significa considerá-la enquanto um fenômeno não prático e intangível, em que sua proposta, enquanto campo, não encontra respaldo teórico nem metodológico, em outras palavras, um sonho ou uma promessa de um futuro diferente. A fim de exemplificar o que isso significa, vemos o exemplo de uma utopia social descrita por Breton (1995), que foi a passagem da sociedade industrial para a da informação. O autor faz alusão a Nibert Wiener e como esse, na década de 1940, discutia um novo tipo de sociedade, não mais industrial, mas sim informacional.

Em Wiener (1989), é possível encontrar uma utopia: o sonho de uma sociedade guiada pela informação. Nela, o conhecimento e a informação tomariam o lugar da técnica, segredos não estariam guardados, mas sim disponíveis para todos e o conhecimento uniria todos os níveis sociais da sociedade. Em Wiener (1989), é visto ainda que na “sociedade do futuro” homem e sociedade se fundiriam em um só, não havendo mais privilégios nem desigualdade.

A utopia de Wiener, segundo Breton (1995), era baseada nos avanços da época, como a criação do cinema e do telefone, porém possuía altos níveis de abstração, pois não tratava de indícios práticos a respeito da mudança para a sociedade da informação. Segundo Bell (1976), elementos da sociedade da informação, como a informação, eliminando as desigualdades sociais, jamais encontraram respaldo prático e teórico e, muito menos, se concretizaram.

O exemplo da sociedade da informação se torna relevante, uma vez que a EC, de forma semelhante, em sua origem, trata o compartilhamento enquanto propiciador de uma nova sociedade. Rifkin (2014) indica o abandono do capitalismo para um novo modo de vida: baseado no compartilhamento. Diferente da sociedade da informação, porém, as práticas denominadas EC, ao redor do mundo, são diversas, a exemplo do compartilhamento de locais de trabalho (*coworking*), do compartilhamento de moradias ou partes delas (*colodging*), do compartilhamento de

carros (*carsharing*), do compartilhamento de assentos livres em carros (*carpooling*), do financiamento coletivo (*crowdfunding*) e da construção de conhecimento de forma coletiva (*crowdsourcing*). Gigantes como *Airbnb* (*colodging*), *Kickstarter* (*crowdfunding*) e *BlaBlaCar* (*carpooling*) são exemplos de organizações que já se destacam no mercado global.

Há, ainda, uma série de outras organizações que permitem pensarmos na EC como um campo concreto e não uma utopia, tal qual permaneceu a “sociedade da informação”, que não tratava de nenhum exemplo empírico em suas publicações (KUMAR, 2006).

Essa globalidade em relação à EC, iniciada na década de 1990, segundo Botsman e Rogers (2011) começa a ser percebida no mercado após os anos 2000. No transporte, são vistas iniciativas como: *Zipcar*¹, *Car2Go*² e *Enterprise CarShare*³ que permitem às pessoas compartilharem seus carros. No setor de hospedagem, destaca-se o *Airbnb*⁴, em que pessoas compartilham residências inteiras ou quartos. Esses, dentre outros exemplos, foram observados como um novo fenômeno de propostas de negócios para além do tradicional e passaram a ser estudados sob a ótica da EC (BOTSMAN; ROGERS, 2011).

Academicamente, Silveira, Petrini e Santos (2016) indicam que o campo passa a ser sistematicamente publicado a partir de 2012 (SILVEIRA; PETRINI; SANTOS, 2016). A partir daí, destacam-se os estudos empíricos e teóricos em que o compartilhamento é estudado, mas que passam a ser publicados sob diversas perspectivas. Parte deles entende que a EC, enquanto campo, pode representar uma proposta de rompimento para com as práticas até então presentes no mercado e substituição pelas novas: as práticas de compartilhamento (BELK, 2007; BOTSMAN; ROGERS, 2011). Outra parte, porém, questiona a validade do campo, uma vez que esse passa a englobar negócios que podem não romper para com a lógica capitalista da forma como se propunham, mas sim corroborar com ela.

Ao serem analisadas, as organizações inseridas no contexto da EC, autores como Villanova (2015), Cervero *et al.* (2014), Martin (2016) e Aloni (2016) tratam exemplos como *Uber* e *Airbnb*, que passam a ser analisados, de forma empírica, dentro do

1 <https://www.zipcar.com/>

2 <https://www.car2go.com/US/en/austin/>

3 <https://www.enterprise-carshare.com/us/en/home.html>

4 <https://www.airbnb.com.br/>

escopo da EC. Tais organizações, segundo os autores, são exemplos clássicos de formas capitalistas de se fazer negócios (MARTIN, 2016). A EC, enquanto campo de práticas, passa a englobar expressões distintas de negócios, levando assim ao questionamento acerca da finalidade do campo e do seu papel transformador na sociedade (TAPSCOTT; WILLIAMS, 2006; BÉCHAUX, 2014).

Ao tratar o papel transformador da EC na sociedade e sua própria validade, enquanto campo de práticas. A princípio, identifica-se dois caminhos distintos: Seria a EC uma economia que vai além dos mercados, constituindo uma nova forma, não mais capitalista de se produzir e comercializar? Ou seria a EC uma proposta inovadora, porém ainda dentro do capitalismo, constituindo uma nova fórmula dentro de um mesmo sistema?

Tendo em vista a necessidade encontrada em discutir a EC, enquanto campo social, e as duas possibilidades identificadas anteriormente, o presente trabalho é norteado pela questão: Seria a EC, a partir da ótica dos principais trabalhos publicados no campo, um paradigma ou um novo ciclo capitalista? Sendo o objetivo geral: **Caracterizar a EC, a partir da ótica dos principais trabalhos publicados no campo, enquanto um paradigma ou um novo ciclo capitalista.**

Norteados pelo objetivo geral, apresentam-se os seguintes objetivos específicos:

(1) criar uma estrutura conceitual para a EC; (2) identificar e discutir as principais abordagens de pesquisa em que a EC vem sendo publicada; (3) discutir os indícios encontrados nas publicações que apontem a EC enquanto um novo paradigma ou um novo ciclo.

Tendo em vista os dois possíveis caminhos, posicionar teoricamente a EC e sua relação para com a sociedade moderna implicam, então, na investigação de como o campo está sendo trabalhado e estudado. Ou seja, identificar quais as principais abordagens de pesquisa. No presente trabalho, entende-se como abordagem de pesquisa a maneira como os autores enfocam um assunto, ou seja, o ponto de vista em relação ao tema discutido. Através do entendimento das abordagens de pesquisa, busca-se o posicionamento social da EC, ao se identificar e discutir os indícios que relacionem a EC aos caminhos entendidos como possíveis.

O posicionamento social da EC, torna-se relevante devido à novidade do tema, não possuindo ainda um posicionamento dentro dos estudos organizacionais (DA

SILVEIRA; PETRINI; DOS SANTOS, 2016). A EC é vista enquanto campo incerto, com produção apontando para diferentes direções, abordando definições e conceitos diversos. A falta de clareza observada na EC, com pesquisas que permeiam caminhos ainda não delimitados, indica um campo ainda em emergência (ACQUIER; DAUDIGEOS; PINKSE, 2017).

Até meados dos anos 2000, Codagnone, Karatzogianni e Matthews (2019) indicam que a EC era entendida somente através da colaboração em negócios *peer-to-peer*. Esse entendimento, porém, passa a se modificar a partir dos anos 2010 com a guinada mais comercial do movimento. Os autores indicam que o que se entendia por EC anteriormente começa a mudar, tornando-se um modelo econômico multimilionário. Ainda como objetivo a utilização máxima de itens subutilizados, tal modelo, no entanto, agora, engloba não somente organizações sem fins lucrativos, como também todo tipo de organização que se proponha a compartilhar ou a intermediar o compartilhamento.

Estudos críticos, a respeito da EC e que tipo de organização se enquadram nesse contexto, têm sido realizados (MARTIN, 2016; ALONI, 2016; CERVERO *et al.*, 2014). A falta de clareza do campo, todavia acerca do que seriam ou não negócios compartilhados, até o presente momento, fazem com que organizações como *Uber* e *Airbnb* sejam, muitas vezes, entendidas como pertencentes ao mesmo campo que a *terracicle* e o *couchsurfing*.

O campo se encontra em constante modificação, bem como o entendimento do tema e seu impacto. O que Cagle (2019) vê, por exemplo, é que, na atualidade, serviços de *streaming*, gigantes do setor de hospedagem e de mobilidade urbana acabam por ofuscar o que a autora chama de promessa do compartilhamento de produtos não monetários. Ou seja, a autora coloca em dúvida se há viabilidade em separar esse tipo de organização no campo ou se a própria EC se modificou em termos de foco de análise.

Tal característica, entretanto, não é exclusividade do campo da EC, mas, segundo Meredith (1993), é comumente percebida nas ciências sociais, quando um campo ou disciplina está se estabelecendo. Acquier, Daudigeos e Pinkse (2017) indicam então, para a necessidade de que, em campos como o da EC, sejam construídos e discutidos modelos conceituais que reflitam o conhecimento levantado até o presente e que indiquem possíveis caminhos.

Nesse sentido, destacam-se aqui esforços anteriores, como Cheng (2016), que faz uma revisão de literatura sobre a EC no contexto do turismo e sustentabilidade. Ritter e Schanz (2019) examinam e categorizam setores do mercado, a fim de criar um *framework* em que se encaixa a EC. Netter, Pedersen e Lüdeke-Freund (2019), por sua vez fazem um apanhado na literatura sobre quais foram as conceituações mais adotadas, com o intuito de criar um *framework* e uma tipologia sobre modelos de negócios *peer-to-peer* de compartilhamento. Sutherland e Jarrahi (2018) realizam uma revisão da literatura em que é criado um *framework* sobre EC levando em conta elementos relativos à tecnologia e como esses se relacionam aos modelos de negócios tidos como compartilhados.

Os trabalhos anteriormente citados buscam, cada um sob uma perspectiva, definir, conceitualizar e contextualizar o campo da EC a partir de contextos específicos. Nenhum dos trabalhos, no entanto, buscou o posicionamento do campo em uma perspectiva mais ampla de sociedade, identificando-se então uma lacuna a qual se propõe a investigação da presente tese. O presente trabalho parte de uma perspectiva da EC, no que diz respeito a “como/se” a EC constitui um campo de práticas de potencial transformador para a sociedade, no que tange à relação sociedade/capitalismo.

Com o fito de responder aos objetivos geral e específicos, o presente trabalho possui uma abordagem qualitativa e exploratória, baseando-se na análise reflexiva de Alvesson e Skodberg (2000). A metodologia reflexiva de análise parte do pressuposto de que a reflexão acerca de determinado fenômeno é fruto de um contexto teórico, cultural e político, bem como das próprias percepções do pesquisador, no qual o conhecimento não pode ser separado daquele que conhece. A metodologia reflexiva compreende um entendimento metateórico, em que as reflexões encontradas estão associadas à própria percepção do pesquisador e às suas linhas de pensamento.

Pautando-se na metodologia reflexiva, o trabalho inicialmente introduz o tema. Após a introdução do tema, foi estabelecida uma estrutura conceitual provisória e nela foi identificado um conjunto de termos relativos ao campo. É visto em Nether, Pedersen e Ludeke-Freund (2019) que a estrutura conceitual é base para a criação de conceitos. O que diferencia um conceito de uma estrutura conceitual é o fato de que

essa constitui um “pré-conceito”, de estudos em fase exploratória. Esse tipo de estrutura envolve deduções, a fim de estabelecer características de um fenômeno.

A estrutura conceitual criada, mesmo que provisória, buscou o entendimento dos termos e conceitos mais recorrentes encontrados na literatura, sendo: “*Economia do compartilhamento*” (BELK, 2014; SCHOR, 2014; MARTIN, 2016) “*economia colaborativa*” (BELK, 2014); “*Consumo colaborativo*” (BOTSMAN; ROGERS, 2011); “*Compartilhamento*” (BELK, 2007, 2010).

Uma vez compreendido os termos utilizados, buscou-se identificar em quais abordagens a EC vem sendo publicada no campo. Para que fosse estabelecida a estrutura conceitual e identificadas as principais abordagens de pesquisa, utilizou-se da revisão sistemática de literatura (RSL) e do *Science Mapping*, que é a aplicação de técnicas para mapeamento de um campo. Para a realização do *Science Mapping*, o presente trabalho seguiu o caminho proposto por Aria e Cuccurullo (2017). Para tanto, foi utilizado o pacote *Bibliometrix*, executado no *R-Studio*, para o levantamento de artigos mais relevantes para a área e extração de dados brutos básicos.

Uma vez estabelecida a estrutura conceitual e identificadas as principais abordagens, bem como os elementos dos quais elas tratam, discute-se o posicionamento social da EC. Primeiramente, se traz a ideia de paradigmas sociais (SOUSA SANTOS, 1999). Uma vez entendido os paradigmas sociais, discute-se o capitalismo, através de seus ciclos, bem como a ideia de crise que os permeiam (BOBBIO, 1994; POLANYI, 1980; DOWBOR, 20017). Após a discussão dos ciclos capitalistas, o trabalho discute possíveis caminhos de sociedade, principalmente, pela ótica de Chesnais (2017), Dowbor (2017) e Harvey (2011, 2014).

Sobre esses caminhos, a presente tese parte do entendimento de que, para considerar a EC enquanto novo paradigma, torna-se necessário investigar se é possível encontrar indícios teóricos e práticos que identificam uma mudança nos modelos de negócios inseridos no campo. Tal mudança, por sua vez, deveria apresentar indícios de impactar os pilares da economia, da política e da sociedade a ponto de propiciar um novo paradigma, não mais capitalista.

Sobre essa possibilidade, considerar a EC um novo paradigma implicaria no entendimento do campo enquanto possuindo potencial transformador que levaria a sociedade a superar o capitalismo. Para tanto, primeiramente precisamos compreender o que representa o capitalismo. Mais do que um meio de produção, o

capitalismo compreende toda a ideia de sociedade moderna, sendo esse, a representação do que chamamos de paradigma moderno capitalista (SOUSA SANTOS, 1999). Em outras palavras, é um sistema que engloba as relações econômicas, políticas e sociais e atua diretamente na forma como consumimos, produzimos e nos relacionamos.

Em termos gerais, o capitalismo é descrito por Furtado (1964) como um sistema buscando o desenvolvimento de uma nação, baseando-se no valor do produto social: capital constante (depreciação dos equipamentos, matéria-prima, combustíveis) e capital variável (salários, gastos de produção) sendo transformados em dinheiro. O valor visto em Furtado (1964) é o quanto o produto é vendido e o quanto essa revenda gera lucro para quem o comercializa.

Para Furtado (1964), nos sistemas capitalistas, do valor gerado, parte é absorvido pelo mercado e parte é reinvestido em novos fatores de produção e criação de novas tecnologias. Segundo Furtado (1964), tal relação ocorre de maneira cíclica e constante. Por ser cíclico, cada vez mais valor é gerado, em níveis exponenciais, até que a quantidade de valor atinge dado nível a não mais se sustentar, entrando assim em crise. Crises essas que, segundo Sousa Santos (2021), não se limitam ao âmbito econômico, mas permeiam também o político e o social.

Furtado (1964) indica que, em momentos de crise, há dois possíveis caminhos: a reestruturação do sistema ou o rompimento com ele. Romper com o capitalismo significa romper com toda a ideia de sociedade moderna. Dessa forma, para que a EC possa ser considerada um novo paradigma, não mais capitalista, seria necessário encontrar no campo, mais do que modelos de negócios, mas meios de vida, em que organizações e sociedade modificam sua forma de produzir, de comercializar e de se relacionar. Para que seja considerada um novo paradigma, deve ainda apresentar indícios de uma modificação na política e nas relações base do capitalismo, como a acumulação e a relação trabalho-capital (HARVEY, 1992).

Ao serem analisadas, as organizações inseridas no contexto da EC, observa-se *Uber* e *Airbnb* enquanto experiências mais abordadas no campo, que passam a ser estudadas, de forma empírica, dentro da ótica da EC. Tais organizações, por sua vez, segundo autores com Martin (2016), Aloni (2016), dentre outros, são exemplos clássicos de formas capitalistas de se fazer negócios. A possibilidade da EC em se

constituir um novo paradigma é então questionada, uma vez que se estabelece através de grandes organizações capitalistas, como as anteriormente mencionadas.

Se não há o rompimento para com o paradigma moderno, há, ainda, uma segunda possibilidade. Nessa, organizações compreendidas dentro do campo da EC impactariam a forma de se viver e a própria economia. Porém, ao se discutir seu potencial transformador, a EC não necessariamente romperia com o capitalismo nem com o paradigma moderno, mas representaria um novo ciclo dentro dele.

Tal possibilidade, a de representações sociais que constituem ciclos dentro do capitalismo, é contemplada por autores como Sousa Santos (1989) e Furtado (1994). Ao abordarem as mudanças paradigmáticas, os autores concordam que crises podem ser solucionadas pela lógica do próprio paradigma, sem que, para isso sejam recorridas a soluções externas a ele.

A EC, para que seja entendida enquanto novo ciclo, iria então ao encontro do que é defendido por Chesnais (2017) ao discutir sobre as crises modernas e possíveis caminhos. O autor defende como uma possível solução das crises modernas advindas da implantação de um novo ciclo, mas ainda dentro da lógica capitalista. Na atual crise pós anos 2000, Chesnais (2017) percebe indícios de uma solução em curso, em que a extração de valor estaria relacionada à superexploração do trabalho. Sobre esse ciclo, semelhanças podem ser encontradas no campo da EC, em que organizações, tal como a *Uber* é frequentemente questionada no que tange à sua relação para com seus colaboradores.

Chesnais (2017), ao discutir como o sistema se reestruturou ao longo da história, cita o capitalismo industrial como solução para a crise do comércio no século XVII; o capitalismo financeiro, como solução para a crise de 1929 e a possibilidade de um novo ciclo ainda em curso, que pode ser relacionado à EC.

Nesse contexto, a presente tese considera, a princípio, que a EC não se enquadra enquanto um novo paradigma, tal qual indica Rifkin (2014), enquanto modificando a sociedade na forma de se produzir e comercializar, para um sistema não mais capitalista. Há, então, a tendência de se considerar o campo enquanto um novo ciclo, a ser investigado.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de responder aos objetivos: geral e específicos a presente tese primeiramente introduz o tema, através de pesquisa bibliográfica realizada. Uma vez que o tema foi introduzido, cria-se uma estrutura conceitual provisória, com a identificação do conjunto de termos relativos ao campo, através de trabalhos que continham definições.

Após a criação da estrutura conceitual, identifica-se as principais abordagens de pesquisa em que a EC vem sendo publicada. Por fim, é realizado o posicionamento social da EC. Para tanto recorre-se a estudos sobre paradigmas societais (SOUSA SANTOS, 1999); capitalismo, ciclos capitalistas e crises (BOBBIO, 1994; POLANYI, 1980; DOWBOR, 20017) e possíveis caminhos de sociedade (CHESNAIS, 2017; DOWBOR, 2017; HARVEY, 2011, 2014). A seguir, descreveu-se os procedimentos metodológicos utilizados em cada uma das etapas anteriormente mencionadas.

2.1 NATUREZA E ESTRATÉGIA DA PESQUISA

Com o intuito de compreender, delimitar e discutir o posicionamento da EC dentro dos dois possíveis caminhos: paradigma ou novo ciclo, o presente trabalho opta por uma abordagem qualitativa e exploratória. Segundo Richardson (2007), o estudo qualitativo e exploratório é comumente utilizado para se entender processos dinâmicos, bem como quando não há muitas informações antes de começar o estudo, o que permite a descoberta de novas situações, além daquelas esperadas pelo pesquisador. A abordagem possibilitou, neste estudo, maior interação entre o investigador e o meio investigado, viabilizando a assimilação de aspectos que o pesquisador não esperava encontrar.

No contexto da pesquisa qualitativa, o presente estudo utiliza uma metodologia reflexiva, baseada em Alvesson e Skoldberg (2000). A metodologia reflexiva de análise parte do pressuposto de que a reflexão acerca de determinado fenômeno é fruto de um contexto teórico, cultural e político, bem como das próprias percepções do pesquisador, em que o conhecimento não pode ser separado daquele que conhece.

Ainda em Alvesson e Skoldberg (2000), a metodologia reflexiva compreende um entendimento metateórico, em que as reflexões encontradas estão associadas à

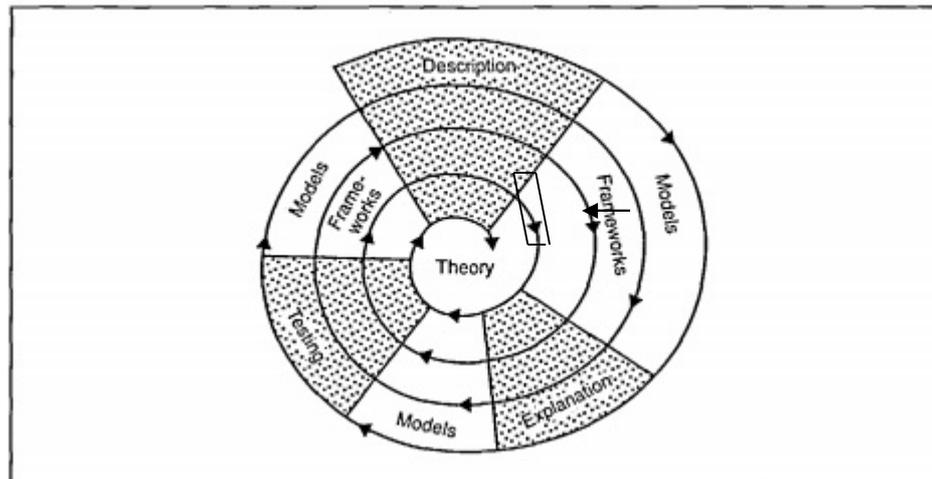
própria percepção do pesquisador e às suas linhas de pensamento. A análise reflexiva, no presente trabalho, faz-se relevante para a discussão a respeito de indícios sobre possíveis caminhos a serem seguidos pela EC.

Para a realização da análise reflexiva, em um campo em construção, que indica para diversos caminhos, o presente trabalho, baseado em Sutherland e Jahari (2018), busca, não um conceito ou uma perspectiva específica, mas sim a identificação de um conjunto de termos relativos ao campo.

A utilização de estruturas conceituais, conforme Nether, Pedersen e Ludeke-Freund (2019), representa uma base para a criação de conceitos. O que diferencia um conceito de uma estrutura conceitual é o fato de que essas constituem um “pré-conceito”, de estudos em fase explanatória, tal qual o presente trabalho se insere. Esse tipo de estrutura envolve deduções, com o propósito de estabelecer características de um fenômeno.

O estabelecimento de características gerais de um fenômeno é considerado por Meredith (1993) como parte integrante do ciclo de pesquisa para fenômenos sociais (FIGURA 1). A falta de clareza observada na EC, com pesquisas que permeiam caminhos e vieses ainda não delimitados, indica um campo ainda em emergência (ACQUIER; DAUDIGEOS; PINKSE, 2017). Levando em consideração a característica desse tipo de campo, através da análise de fenômenos sociais de Meredith (1993), utiliza-se o “normal research cycle”. Tal ciclo indica que todo fenômeno de pesquisa passa por um ciclo de interações entre fases.

Figura 01: The normal research cycle



Fonte: Meredith (1993, p. 5)

A EC, enquanto um fenômeno emergente, estaria na fase transitória entre descrição e explicação (ACQUIER; DAUDIGEOS; PINKSE, 2017; NETTER; PEDERSEN; LÜDEKE-FREUND, 2019). Estando nessa fase, Acquier, Daudigeos e Pinkse (2017) salientam para a necessidade de construção e discussão de modelos conceituais que reflitam o conhecimento levantado até o presente momento e que indicam possíveis caminhos de pesquisas. Após o estabelecimento de modelos, os próximos passos seriam, então, a explicação, os testes e a criação de *frameworks* para então se propor uma teoria com necessário rigor científico (ACQUIER; DAUDIGEOS; PINKSE, 2017).

Com o escopo de que avancem para a fase final descrita por Meredith (1993), denominada construção de teorias, entende-se aqui como necessária, primeiramente, a compreensão de quais as abordagens que as pesquisas realizadas estão seguindo.

2.2 MODELO DE ANÁLISE

No intuito de discutir a EC de forma ampla, para então posicioná-la socialmente, busca-se, na literatura, entender o que está sendo publicado no campo, por meio de estudos empíricos e teóricos. Para que fosse possível analisar esses estudos, substancialmente diferentes, o presente trabalho recorreu à utilização de um *Science Mapping* para a realização de uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL). O *Science Mapping*, segundo Broadus (1987), é a utilização de técnicas de

mapeamento do campo. Segundo o autor, ele é recomendável, pois permite a obtenção de informações tais como: periódicos mais relevantes em sua área de estudo; *papers* mais citados, aqueles que possuem maior fator de impacto; produção na área por ano; *clusters* e redes de pesquisa na área (BROADUS, 1987).

O *Science Mapping* permite ainda, a realização de um processo de revisão sistemática de literatura transparente e reproduzível, baseado em métodos estatísticos. Esse recurso é utilizado por inúmeros trabalhos no campo, tais como os de: De Vries, Bekkers e Tummers (2016) e Miller, McAdam e McAdam (2016). Broadus (1987) indica como razão para se realizar o *Science Mapping* conhecer o que há de mais qualificado/recente na área de interesse (estado da arte); quem e onde a pesquisa no tema está sendo executada em maior intensidade; identificar lacunas na pesquisa atual, a fim de sugerir áreas para uma investigação mais aprofundada; fornecer uma estrutura/plano de fundo para posicionar adequadamente novas atividades de pesquisa; resumir as evidências existentes sobre um método; identificar tendências nas publicações e por fim identificar evidências empíricas de determinado campo.

Para a realização do *Science Mapping*, o presente trabalho segue o caminho proposto por Aria e Cuccurullo (2017).

Quadro 01: Formulação do Science Mapping

01 - Gerar arquivos com dados brutos de <i>papers</i> selecionados nas bases de dados, em função dos critérios do Protocolo.
02 - Realizar a extração dos dados, de forma bruta, os metadados. Para tanto, utiliza-se do pacote <i>Bibliometrix</i> , executado no <i>R-Studio</i> .
03 - Analisar Bibliometria no <i>browser Biblioshiny</i> e obter dados bibliométricos primários.
04 - Importar dados oriundos do arquivo CSV no R Studio, ajustar dados e classificar conforme método <i>Ordinatio (ARIA; CUCCURULLO)</i> ⁵ . Nessa fase, identificam-se os autores e as obras mais referenciadas no campo, a fim de criar uma estrutura conceitual para a EC e uma base para a posterior criação de categorias de análise da etapa 07.
05 - Excluir <i>papers</i> de acordo com critérios complementares do protocolo.
06 - Excluir <i>papers</i> após leitura de Título e Resumos.
07 - Baixar <i>papers</i> selecionados, excluindo os que não irão fazer parte do portfólio final de análise. Nessa fase, identificam-se os objetos empíricos analisados com maior frequência, com a finalidade de compor a estrutura conceitual da fase 04. Também nessa fase, os <i>papers</i> são agrupados e categorizados de acordo com seu conteúdo, são criadas também as categorias de discussão.

Fonte: Formulado pelo próprio autor (2020)

Destaca-se que cada etapa não pode ser considerada isoladamente, mas sim relacionadas entre si. Como, por exemplo, na etapa 07, os artigos selecionados auxiliam na criação da estrutura conceitual da etapa 04 ao fornecerem informações sobre os objetos empíricos analisados nas pesquisas.

Para garantir que o caminho anteriormente citado fosse seguido com o rigor científico necessário, o presente estudo baseou-se em De Vries, Bekkers e Tummers (2016) e Miller, McAdam e McAdam (2016), utilizando o *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA)*⁶. Em Galvão,

⁵ Equação do *Methodi Ordinatio* = $\alpha * FI + \beta * [10 - (\text{Ano da Pesquisa} - \text{Ano da Publicação})] + \gamma * Ci$. Em que: α = Peso que se deseja dar ao Fator de Impacto. Originalmente 1. FI = Fator de Impacto no JCR do periódico onde o *paper* foi publicado. β = Peso que se deseja dar ao quanto mais recente é a publicação. Usualmente 1, variando de 1 a 10. γ = Peso que se deseja dar à quantidade de citações do *paper*. Originalmente 1. Ci = Quantidade de citações do *paper*. (PAGANI; KOVALESKI; RESENDE, 2015).

⁶ O modelo de protocolo Prisma, bem como informações adicionais podem ser encontradas no website: <http://prisma-statement.org/>

Pansani e Harrad (2015) vemos o protocolo de análise e um *checklist* a ser seguido na RSL.

Quadro 02: Protocolo PRISMA

Seção/tópico	N. Item do <i>checklist</i>	Relatado na página nº
TÍTULO		
Título	1	Identifique o artigo como uma revisão sistemática, meta-análise, ou ambos.
RESUMO		
Resumo estruturado	2	Apresente um resumo estruturado incluindo, se aplicável: referencial teórico; objetivos; fonte de dados; critérios de elegibilidade; participantes e intervenções; avaliação do estudo e síntese dos métodos; resultados; limitações; conclusões e implicações dos achados principais; número de registro da revisão sistemática.
INTRODUÇÃO		
Racional	3	Descreva a justificativa da revisão no contexto do que já é conhecido.
Objetivos	4	Apresente uma afirmação explícita sobre as questões abordadas com referência a participantes, intervenções, comparações, resultados e delineamento dos estudos (PICOS).
MÉTODOS		
Protocolo e registro	5	Indique se existe um protocolo de revisão, se e onde pode ser acessado (ex. endereço eletrônico), e, se disponível, forneça informações sobre o registro da revisão, incluindo o número de registro.
Crítérios de elegibilidade	6	Especifique características do estudo (ex.: PICOS, extensão do seguimento) e características dos relatos (ex. anos considerados, idioma, a situação da publicação) usadas como critérios de elegibilidade, apresentando justificativa.
Fontes de informação	7	Descreva todas as fontes de informação na busca (ex.: base de dados com datas de cobertura, contato com autores para identificação de estudos adicionais) e data da última busca.
Busca	8	Apresente a estratégia completa de busca eletrônica para pelo menos uma base de dados, incluindo os limites utilizados, de forma que possa ser repetida.
Seleção dos estudos	9	Apresente o processo de seleção dos estudos (isto é, rastreados, elegíveis, incluídos na revisão sistemática, e, se aplicável, incluídos na meta-análise).
Processo de coleta de dados	10	Descreva o método de extração de dados dos artigos (ex.: formulários piloto, de forma independente, em duplicata) e todos os processos para obtenção e confirmação de dados dos pesquisadores.
Lista dos dados	11	Liste e defina todas as variáveis obtidas dos dados (ex.: PICOS, fontes de financiamento) e quaisquer suposições ou simplificações realizadas.
Risco de viés em cada estudo	12	Descreva os métodos usados para avaliar o risco de viés em cada estudo (incluindo a especificação se foi feito no nível dos estudos ou dos resultados), e como esta informação foi usada na análise de dados.
Medidas de sumarização	13	Defina as principais medidas de sumarização dos resultados (ex.: risco relativo, diferença média).
Síntese dos resultados	14	Descreva os métodos de análise dos dados e combinação de resultados dos estudos, se realizados, incluindo medidas de consistência (por exemplo, I ²) para cada meta-análise.
Risco de viés entre estudos	15	Especifique qualquer avaliação do risco de viés que possa influenciar a evidência cumulativa (ex.: viés de publicação, relato seletivo nos estudos).
Análises adicionais	16	Descreva métodos de análise adicional (ex.: análise de sensibilidade ou análise de subgrupos, metarregressão), se realizados, indicando quais foram pré-especificados.
RESULTADOS		
Seleção de estudos	17	Apresente números dos estudos rastreados, avaliados para elegibilidade e incluídos na revisão, razões para exclusão em cada estágio, preferencialmente por meio de gráfico de fluxo.
Características dos estudos	18	Para cada estudo, apresente características para extração dos dados (ex.: tamanho do estudo, PICOS, período de acompanhamento) e apresente as citações.
Risco de viés em cada estudo	19	Apresente dados sobre o risco de viés em cada estudo e, se disponível, alguma avaliação em resultados (ver item 12).
Resultados de estudos individuais	20	Para todos os desfechos considerados (benéficos ou riscos), apresente para cada estudo: (a) sumário simples de dados para cada grupo de intervenção e (b) efeitos estimados e intervalos de confiança, preferencialmente por meio de gráficos de floresta.
Síntese dos resultados	21	Apresente resultados para cada meta-análise feita, incluindo intervalos de confiança e medidas de consistência.
Risco de viés entre estudos	22	Apresente resultados da avaliação de risco de viés entre os estudos (ver item 15).
Análises adicionais	23	Apresente resultados de análises adicionais, se realizadas (ex.: análise de sensibilidade ou subgrupos, metarregressão [ver item 16]).
DISCUSSÃO		
Sumário da evidência	24	Sumarize os resultados principais, incluindo a força de evidência para cada resultado; considere sua relevância para grupos-chave (ex.: profissionais da saúde, usuários e formuladores de políticas).
Limitações	25	Discuta limitações no nível dos estudos e dos desfechos (ex.: risco de viés) e no nível da revisão (ex.: obtenção incompleta de pesquisas identificadas, viés de relato).
Conclusões	26	Apresente a interpretação geral dos resultados no contexto de outras evidências e implicações para futuras pesquisas.
FINANCIAMENTO		
Financiamento	27	Descreva fontes de financiamento para a revisão sistemática e outros suportes (ex.: suprimento de dados); papel dos financiadores na revisão sistemática.

Fonte: Galvão, Pansani, Harrad (2015, p. 337).

O PRISMA, segundo De Vries, Bekkers e Tummers (2016), é composto por quatro etapas: identificação dos artigos por meio de blocos de palavras-chave; triagem dos artigos de acordo com as questões propostas; aplicação dos critérios de

elegibilidade dos dados extraídos dos artigos e seleção dos artigos para a sumarização e análise dos dados.

Com o intento de que o trabalho compreendesse as etapas sugeridas por De Vries, Bekkers e Tummers (2016), o estudo fez um levantamento nas bases de dados *Scopus* e *Web of Science*, buscando artigos publicados no período entre 2008 a 2019 que continham, no título, no resumo ou nas palavras-chave, os caracteres: “*sharing economy*” OR “*collaborative economy*” OR “*gig economy*” OR “*on-demand economy*”. Os dados foram pesquisados e transferidos para o bibliometrix na forma de arquivo exportado do tipo *BibTex*. A escolha por essas bases de dados se deu pela orientação de Aria e Cuccurulo (2017) como bases compreendidas pelo pacote *bibliometrix* do *R-Studio*. Ao todo, foram encontrados 2058 artigos. Desses, foram excluídos 342 que estavam duplicados entre as bases de dados, permanecendo 1716, nos quais foram realizadas as meta-análises.

Seguindo as orientações de Tranfield, Denyer e Smart (2003), a RSL conteve, de forma introdutória, informações bibliométricas gerais, que indicaram como está o campo, para que posteriormente fossem feitas análises mais direcionadas ao objetivo central do trabalho. No presente trabalho, tem-se como meta-análise, informações obtidas pelo pacote *bibliometrix*: autores mais referenciados; afiliação dos autores; países mais referenciados; periódicos mais relevantes e palavras mais frequentes.

Após o levantamento dos artigos, criou-se no estudo uma estrutura conceitual. Essa estrutura levou em consideração as obras citadas em maior recorrência, cujos números foram gerados automaticamente pelo pacote *bibliometrix*. O número de citações foi extraído a partir dos artigos totais das bases de dados, em sua meta-análise. Uma vez identificadas essas obras, buscou-se nelas a assimilação dos principais termos, bem como conceitos utilizados. Foram levados em consideração, portanto, somente os trabalhos que continham definições próprias. Ou seja, foram excluídos artigos indicados como frequentemente referenciados, porém que não continham definições sobre o tema.

Foi acrescido ainda os trabalhos de Belk (2007, 2010) e Botsman e Rogers (2011), que não foram indicados pela meta-análise. Os primeiros por serem trabalhos prévios a Belk (2014), que consta como um dos mais referenciados. Belk (2014) discute conceitos importantes em seus trabalhos anteriores, de 2007 e de 2010, que

acabam por ser complementados em Belk (2014), por isso foi feita a inclusão. Já o trabalho de Botsman e Rogers (2011) é utilizado por conter definições consideradas na presente tese como importantes acerca da EC. Os autores foram utilizados anteriormente em análises sistemáticas de literatura relevantes, como a de Netter, Pedersen e Ludeke-Freund (2019) e Sutherland e Jarrahi (2018), o que justifica sua inclusão.

Após o entendimento dos termos mais utilizados pelos autores, buscou-se, na literatura, a identificação das organizações mais analisadas pelos trabalhos de cunho empírico. A identificação das organizações seguiu a lógica de Sutherland e Jarrahi (2018) em que objetos empíricos estudados de forma recorrente podem funcionar como parâmetro ou fonte de comparação ao se estudar outras organizações em um mesmo campo.

Uma vez identificado os objetos empíricos mais recorrentes, os artigos foram divididos por abordagens de pesquisa, estabelecidos *a posteriori*. Para a análise dos elementos presentes em cada um dos grupos, baseou-se em Silverman (2006), que cita a possibilidade de agrupamento e análise de conteúdo baseada em assuntos correlatos. Dessa forma, as análises buscaram um entendimento geral do que cada artigo tratava, a fim de identificar as principais abordagens em que a literatura discute a EC. Em cada uma dessas, foram identificados os elementos que mais se repetiam.

Para que fosse possível a identificação dos objetos empíricos, bem como das abordagens de pesquisa, foi necessária a delimitação do número de artigos a serem analisados. Após a análise inicial dos metadados, estabeleceram-se como critérios de elegibilidade: classificação igual ou acima de B1 pelo QUALIS Capes e *Journal Citation Reports* (JCR) acima de 1,491; publicados em periódicos ligados à administração, turismo e contábeis. O critério JCR foi gerado automaticamente pelo pacote *bibliometrix*. Dos 1716 artigos, foram excluídos, de acordo com os critérios anteriormente mencionados, 1580 artigos, restando então 136 artigos.

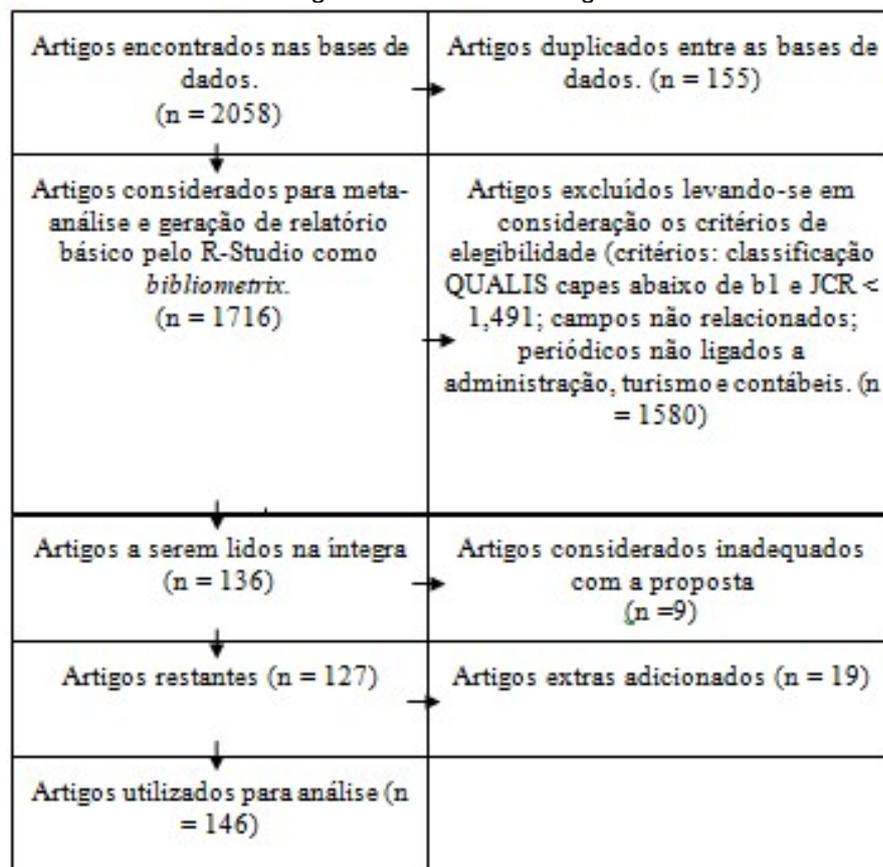
Dos artigos restantes, foram excluídos também aqueles que, mesmo publicados em periódicos das áreas estabelecidas, tratavam sobre assuntos entendidos como não relacionados. Os assuntos não relacionados são aqueles que, mesmo contendo os termos chave da pesquisa, não tratavam sobre a EC. Tal fato ocorreu devido à ambiguidade de termos, como “*gig economy*”, por exemplo, que é utilizado no

trabalho de Peterson, Crittenden e Albaum (2018) como tratando de trabalhadores *freelancers* ou autônomos, o que não está relacionado à EC. Foram excluídos, então, 09 artigos, que possuíam a característica anteriormente citada. Restando 127 artigos, considerados para análise.

Uma vez que as bases utilizadas pelo *bibliometrix* não englobavam outras senão a *Scopus* e *Web of Science*, julgou-se como necessário a inserção de novos *papers*, desde que obedecessem aos critérios anteriormente mencionados. Esses novos *papers* compreendiam principalmente a produção nacional sobre o campo. Foram adicionados então, mais 19 artigos, obtidos nas bases *Scielo* e *Science Direct*.

O total de artigos que compõe o portfólio final de análise e categorização foi de 146. A seguir, tem-se a indicação do fluxo dos artigos.

Figura 02: Fluxo dos Artigos



Fonte: Elaboração própria (2020)

As análises foram feitas em duas etapas, sendo a sumarização dos artigos e a análise do conteúdo (BARDIN, 2006). Para a sumarização, os artigos selecionados foram lidos e organizados da seguinte forma: (1) título, (2) autor (es), (3) JCR, (4) ano de publicação, (6) base de dados (7) objeto de pesquisa (8) eixo temático e (9)

elementos abordados com as principais conclusões do estudo. A análise de conteúdo foi feita através da união de assuntos correlacionados. Tanto a sumarização quanto a análise de conteúdo levaram em consideração os itens do PRISMA.

Antes de discutir o que foi encontrado na RSL, porém, o presente trabalho entende como necessário uma contextualização acerca da EC. Discute-se a noção de compartilhamento e sua relação com o campo de práticas da EC, para então entrar nas discussões dos artigos em si, separados nas categorias de análise.

Para responder os objetivos geral e específicos a presente tese utiliza da RSL para: (1) Criar uma estrutura conceitual para a EC (2) Identificar e discutir as principais abordagens de pesquisa em que a EC vêm sendo publicada. Em relação ao terceiro objetivo dessa tese, utiliza-se de discussões sobre sociedade, capitalismo e possíveis caminhos. Destaque para os trabalhos de Harvey (2011, 2014), Sousa Santos (1999), Dowbor (2017), Chesnais (2017).

Tais trabalhos se tornam relevantes, uma vez que discutem: rumos para o capitalismo moderno e uma possível ruptura em tempos de pós-crise (HARVEY, 2011, 2014); a emergência de possíveis novos paradigmas sociais nas sociedades (SOUSA SANTOS, 1999); crises da financeirização e como o atual modelo capitalista se encontra esgotado (DOWBOR, 2017); e um possível novo ciclo capitalista em rumo, o da superexploração do trabalho (CHESNAIS, 2017). Em conjunto com as discussões anteriormente apresentadas, recorre-se aos artigos sobre EC categorizados, dessa forma busca-se discutir o posicionamento da EC em relação aos 02 possíveis caminhos: um novo paradigma ou novo ciclo.

Uma vez descrito o método, as próximas sessões discorrem sobre a EC e como essa tende, na atual sociedade, a se constituir um novo ciclo capitalista, para tanto, torna-se relevante primeiramente entender como o ato de compartilhar se transformou, nos dias atuais, em uma expressão de economia e sociedade, conforme vemos a seguir.

3 A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO

A fim de discutir a EC, primeiramente resgatamos a ideia de utopia, mais especificamente a utopia social da sociedade da informação, de Wiener (1989),

em uma comparação com a EC. Tal discussão, no contexto dessa tese, torna-se relevante no sentido de mostrar a validade do campo e como esse supera o *status* de utopia e consiste em um projeto válido de mudança social.

Uma vez que o campo se valida, objetivando discuti-lo em maior profundidade, trazemos um panorama sobre o tema, através de uma RSL de artigos empíricos e teóricos publicados em periódicos renomados na área da administração. São trazidas informações tais como: os países e os centros mais referenciados, bem como os periódicos e os artigos mais relevantes, obtidas por meio dos metadados.

Após a demonstração do panorama geral, o trabalho propõe uma estrutura conceitual, que busca uma pré-definição, mesmo que provisória sobre o tema. Tal estrutura propicia a discussão em maior profundidade sobre a EC e o seu impacto social.

A fim de sustentar a estrutura conceitual, o trabalho identifica também os objetos empíricos mais comumente investigados. Tal investigação torna-se relevante a fim de identificar tendências do campo em seu aspecto empírico.

Um vez que o trabalho identifica essas tendências, discute-se a configuração que a EC está tomando nas pesquisas. Busca-se então a separação em abordagens que a mesma está sendo publicada.

Os metadados foram gerados automaticamente pelo pacote *bibliometrix*, levando em consideração 1716 artigos encontrados. A estrutura conceitual, por sua vez, levou em consideração os conceitos utilizados de forma mais recorrente nas publicações.

3.1 A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO PARA ALÉM DA UTOPIA SOCIAL

No contexto dessa tese, vemos em Rifkin (2014) o compartilhamento sendo tratado como solução para as crises capitalistas, porém sem o respaldo teórico e metodológico. Segundo o autor, o compartilhamento, propiciado pelo avanço da internet e das conexões em rede, recorreria em um novo jeito de se viver e de se comercializar, em que as relações capitalistas não mais existiriam. Para entender então, como a EC supera o *status* de utopia social e torna-se um campo válido, o presente trabalho recorre à utopia da “sociedade da informação” para fins de comparação.

Sobre a “sociedade da informação”, seu principal autor foi Nobert Wiener e, segundo Kumar (2006), ela começa a ser discutida em meados dos anos de 1940 e sua principal característica era o tratamento da sociedade do futuro e como ocorreria uma evolução em virtude do computador e da popularização da tecnologia. Wiener (1989) via a invenção do telefone, cinema, computador para fins bélicos, dentre outros elementos como tendência de uma mudança em relação ao modo de se viver em sociedade.

Considerando a sociedade da informação enquanto utopia social, características dela são encontradas em Wiener (1989). O autor entende a informação como um elemento natural da vida em sociedade, como um intercâmbio necessário entre o homem e o ambiente. Para o autor, a informação e as trocas sociais constroem relações, de diversos tipos, e tais relações moldam a sociedade. Wiener (1989) chama a atenção sobre a tendência de uma complexidade natural advinda da troca de informações. Conforme as sociedades evoluem, o modo de se comunicar também evolui, o que leva a criação de novas ferramentas de comunicação e controle.

Sobre o trabalho de Wiener, Breton (1995) esclarece que ocorreu no contexto de meados da Segunda Guerra Mundial, em uma sociedade que vivia o medo de uma bomba nuclear e um grande avanço nas comunicações, sendo a sociedade da informação uma utopia formada em torno dela. Para Breton (1995), a obra de Wiener intitulada “*The human use of human being*”, de 1942, indica uma definição antropológica do homem, que passa do *homo economicus* para o *homo communication*, constituindo assim um grande projeto utópico na época. É visto na obra de Wiener, de 1942, que o homem do futuro seria definido, não pelo seu corpo biológico, mas por sua natureza informacional, ou seja, o que ele conhecia e como ele transmitia esse conhecimento (WIENER, 1989).

Wiener (1989) descreve que o conhecimento e a inteligência na sociedade do futuro não estariam guardados, sendo esses transmitidos de forma transparente e em tempo real. O *homo communication* para o autor é um homem social, que só existe através da troca de informação. Para Wiener (1989) as fronteiras entre indivíduos e sociedade seriam rompidas, formando um emaranhado de interações em que o homem e sociedade se juntam através da informação. Ele acreditava ainda em uma

sociedade do futuro sem segredos, onde a informação e conhecimento estariam disponíveis para todos.

Uma vez que fossem disponibilizados informação e conhecimento a todos os níveis sociais, Kumar (2006) ressalta o papel revolucionário da comunicação. Esse papel seria de que a comunicação iria modificar completamente o modo de se viver em sociedade. Ideologicamente, a comunicação uniria todos os compostos sociais, levando acesso a todos, o que sanaria com as desigualdades.

A utopia vista em Wiener (1989) seria propiciada pelo advento da informática e do computador. O computador, inicialmente, utilizado para cálculos bélicos e para o envio de mensagens codificadas durante a guerra, poderia, em um futuro próximo, ser utilizado como uma extensão do próprio homem, estando junto a ele no processo de comunicação.

Breton (1995), e Kumar (2006) tratam o trabalho de Wiener como uma utopia social, com elementos que não chegaram a se concretizar. Elementos, como a sociedade completamente transparente, onde não mais haveria segredos entre os países e também entre o Estado e o cidadão, e os dados que seriam abertos a todos (BRETON, 1995). Também na utopia de Wiener (1989), a utilização do computador, uma vez popularizada, evoluiria no decorrer dos anos até passar a fazer o trabalho mental autêntico, o que não ocorreu, pois ainda não se pode falar sobre a substituição integral do homem pela máquina.

Muitos dos elementos se mostraram utópicos na obra de Wiener (1989). Alguns dos aspectos descritos por ele chegaram a se concretizar, porém, de uma forma diferente do que foi previsto. O computador, por exemplo, tal qual apontava Wiener (1989), passou a ser utilizado para fins civis e cotidianos, mas, em outro contexto, o da globalização e da terceira revolução industrial.

A expressão “sociedade da informação”, iniciada por Wiener (1989) foi sofrendo alterações ao longo do tempo. Wiener (1989) quando fala da informação e do conhecimento em 1942, trata esses elementos como transformadores radicais que constituíram uma nova sociedade. Algum tempo depois, com a criação do computador, Bell (1976) passa a definir a sociedade da informação, não como uma mudança radical a ponto de modificar a essência humana, mas sim como a melhoria de processos produtivos, políticos e cotidianos, porém que a natureza humana permanecia da mesma forma que era antes.

Considerar as mudanças propiciadas pela tecnologia e pela informação enquanto uma revolução da informação é coerente, mas é muito diferente considerar o surgimento de uma nova sociedade, em uma nova era (KUMAR, 2006). A ideia de sociedade discutida por Wiener, em 1942, segundo Breton (1995), foi uma utopia, por ser concebida em alto nível de abstração e por não possuir elementos empíricos na época, excedendo-se em suas proposições.

A sociedade visualizada por Wiener, em 1942, nunca chegou a se concretizar (BRETON, 1995), permanecendo no status de utopia social. No entanto, futuramente, englobando elementos empíricos não visualizados anteriormente, emergiram novas teorias e campos de estudo. Segundo Kumar (2006), após “a sociedade da informação” passa a ser discutida a globalização. Ela engloba elementos visualizados por Wiener (1989), porém acrescidos de outros debates. Segundo Kumar (2006. p. 23), em um mundo globalizado são objetos de discussão: “crime contemporâneo, novos movimentos políticos e sociais, identidades pessoais e coletivas, atual condição das mulheres, casamento e família, e as mudanças econômicas e culturais”.

Todos esses elementos, para Castells e Cardoso (2006), têm em comum a informação. Informação essa que, segundo o autor, está presente em caráter global, ligando pessoas e lugares através do fluxo de comunicação instantânea, possibilitada pela internet. Segundo Castells e Cardoso (2006), o espaço de fluxos substitui o espaço de lugares. Tal afirmação indica que o espaço físico, como as localidades, se no passado constituía a principal fonte de experiência e identidade, no presente cede lugar para o espaço virtual.

Segundo Castells e Cardoso (2006), a globalização propicia um novo tom para a informação, de forma diferente da qual propunha a teoria da “sociedade da informação”. Há uma mudança de ênfase, em que pessoas passam a desempenhar um papel central. Na discussão da “sociedade da informação”, a tecnologia desempenharia um papel central na vida cotidiana, o que é visto de outra forma por Castells e Cardoso (2006), em que a tecnologia passa a ser o meio utilizado por pessoas e para pessoas na constituição de experiências, ego e identidade.

Exemplos da utilização da tecnologia são citados por Kumar (2006) em que o autor indica uma forte expansão da indústria cultural e o foco cada vez maior das empresas em atender a demandas mais específicas e de forma mais personalizada.

Através da internet, é possível que organizações entendam, de forma individual, o perfil de cada consumidor e invista em propagandas e em divulgação de produtos diretamente direcionados a esse consumidor.

Se a “sociedade da informação” (WIENER, 1989) surge como uma utopia pós-crise de 1929, a globalização, enquanto proposta contemporânea, sugere novos elementos que poderiam “solucionar” a atual crise. Solução essa que, segundo Kumar (2006), é trabalhada sob a perspectiva de uma nova configuração política e econômica.

Essa nova configuração é vista em Castells e Cardoso (2006) como: customização de produtos, descentralização administrativa, produção e trabalhador flexível. Os elementos discutidos por Castells e Cardoso (2006) são alvos de discussão no que tange a possíveis caminhos de sociedade futura.

No contexto da globalização, em que caminhos e possibilidades são diversos, destaca-se o debate sobre a tecnologia e a EC e como essas são tratadas por diferentes abordagens. Enquanto utopia, vemos em Rifkin (2014) que a tecnologia possibilitaria uma nova economia que representaria uma mudança social em direção à sustentabilidade, em uma sociedade menos consumista e mais igualitária. Os debates posteriores sobre EC, diferentemente da “sociedade da informação”, se expressam na sociedade de forma prática. Através da construção de um mercado que utiliza a tecnologia para distribuir e comercializar produtos e serviços.

Negócios compartilhados, antes realizados enquanto vendas de garagem ou de caronas para vizinhos, tomam proporções globais com o impulso tecnológico e com o avanço da internet (SCHOR, 2014; BOTSMAN; ROGERS, 2011; TAPSCOTT; WILLIAMS, 2006; BÉCHAUX, 2014). Segundo Béchaux (2014), as inovações contribuem para a construção de uma sociedade mais conectada, colaborando para com a modificação cultural da comunidade, com elementos que extrapolam o mercado.

Exemplos dessa mudança cultural são citados por Cornella (2012) ao falar sobre toda uma geração de indivíduos que: estuda utilizando salas de aula virtual, que se conecta com outras pessoas através das redes sociais, que vende e compartilha roupas, casas, dentre outros produtos e serviços, através da internet. Essa tendência de comercialização e compartilhamento *online*, na visão de Cornella (2012), tem transformado o espaço virtual em um ambiente altamente propício para

o desenvolvimento da EC. Tal transformação tem sido tão intensa que Turchi (2019) considera ainda que, mesmo sem perceber, a maioria das pessoas está imersa na EC. Como pontua a autora:

Imagine o seguinte cotidiano: você acorda, escuta um *podcast* no *Spotify* enquanto se arruma para fazer uma atividade física, retira em uma estação uma bicicleta para se exercitar, percebe que passou um pouco do seu horário e pede um *Uber* para voltar para casa. Planeja suas férias olhando os imóveis disponíveis no *AirBnb*, pensa que pode alugar um barco para passear essa vez ou fazer um tour com um morador local. Para compor o visual, busca novos modelos de casacos no *Icloset*, um guarda-roupa compartilhado. E, para relaxar, assiste então um novo episódio de sua série preferida na *Netflix* (TURCHI, 2019).

O que Turchi (2019) quer dizer com a passagem acima é que o cotidiano de uma pessoa comum está repleto de iniciativas inseridas no contexto da EC. A autora indica que grande parte delas, mesmo que não estejam familiarizadas com o termo, utilizam desses produtos e serviços, que modificaram substancialmente a relação de consumo e os próprios estilos de vida.

O *status* de utopia da EC parece ter sido superado. As práticas denominadas EC, ao redor do mundo, são diversas, a exemplo do compartilhamento de locais de trabalho (*coworking*), do compartilhamento de moradias ou partes delas (*colodging*), do compartilhamento de carros (*carsharing*), do compartilhamento de assentos livres em carros (*carpooling*), do financiamento coletivo (*crowdfunding*) e da construção de conhecimento de forma coletiva (*crowdsourcing*). Gigantes como *Airbnb* (*colodging*), *Kickstarter* (*crowdfunding*) e *BlaBlaCar* (*carpooling*) são exemplos de organizações que já se destacam no mercado global.

Sobre esse mercado, a PWC (*PricewaterhouseCoopers*) realizou, em 2015, nos Estados Unidos, um estudo analisando a EC. Segundo a agência, os setores que mais possuem movimentação de pessoas são respectivamente: entretenimento e mídia, automotivo e transportes, hospitalidade e alimentação, e varejo. Os dados mostram que 81% dos entrevistados utilizam as redes de compartilhamento por questões financeiras, ou seja, produtos mais baratos; 43% acreditam no compartilhamento, acreditando que a posse pode ser um fardo; e 57% acreditam que o acesso é a nova posse. Sobre o impacto financeiro, segundo a PWC, a estimativa é que as atividades relacionadas ao compartilhamento ampliassem, de 15 bilhões de dólares em 2015, para 335 bilhões em 2025.

A PWC entrevistou ainda especialistas de mercado para saber opiniões acerca do fenômeno do compartilhamento. De acordo com os especialistas, a EC pode ser entendida enquanto uma proposta de negócio futuro em que todas as organizações terão que se adaptar para continuarem a exercer suas atividades. Segundo a opinião da maioria dos entrevistados, o futuro constitui, ainda, em negócios mais acessíveis e sustentáveis, tal qual propõe a EC.

Negócios esses, que têm se ampliado ao redor do mundo. Na América Latina, especificamente, o informe *Economía Colaborativa en América Latina*, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (2016) cita o Brasil como possuindo 32% de todas as iniciativas da EC na América Latina, liderando o mercado na região. Sendo o compartilhamento de carros o líder entre aqueles que possuem a maior quantidade de iniciativas da EC, com 24% do total. Negócios inseridos no contexto da EC, segundo a PWC (2018) representam ainda 30% do PIB do setor de serviços no Brasil, com potencial de crescimento constante.

Há, ainda, uma série de outras organizações, que permitem considerarmos a EC como um campo concreto e não uma utopia, tal qual permaneceu a “teoria da informação”, que não tratava de nenhum exemplo empírico em suas publicações (KUMAR, 2006). Outro elemento que nos permite entender a EC como não utopia é o impacto dessa na sociedade, identificada como uma constante transformadora de perspectiva social, comprovada pelas novas formas de se produzir e de se comercializar bens e serviços (CAMILLERI; NEUHOFER, 2017; GUPTA *et al.*, 2019; LINDBLOM; LINDBLOM, 2017; MOLZ, 2013; PRIPORAS *et al.*, 2017; ROOS; HAHN, 2017).

Uma vez superado o *status* de utopia, a EC, conta com representantes em inúmeros setores, sendo que de pequeno ou grande porte, os representantes geram, em seu conjunto, impacto social significativo. A respeito desse impacto, seria esse suficiente para que a EC representasse uma nova forma de se viver em sociedade, um novo paradigma, não mais capitalista? Ou a mudança de perspectiva ocasionada pelo campo estaria limitada ao mercado, levando a um novo ciclo, porém ainda capitalista?

Schor (2014), por exemplo, indica um novo perfil de sociedade em curso, onde a comunidade tem sido substancialmente alterada para um novo modo de se viver, consumir, produzir e comercializar. Tal mudança social proporcionou negócios cada

vez mais conectados e compartilhados, voltados a atender um novo perfil de consumidor.

A possibilidade de rompimento para com a modernidade capitalista, porém, é questionada por autores como Villanova (2015), destacando que muitas vezes, o compartilhamento ocorre não levando em conta a colaboração e a reciprocidade, mas unicamente o lado econômico. Para exemplificar, Aloni (2016) discute o exemplo da *Uber*, que atua no compartilhamento de carros. O autor indica que a companhia tem adeptos pelo fato de oferecer preços mais baixos no mercado, o que nada se relaciona a uma mudança de perspectiva social ou a um novo perfil de consumidores. Organizações como a *Uber*, então, segundo Aloni (2016), indicariam não uma mudança de contexto econômico e social em curso, mas sim o reestabelecimento de negócios inseridos em um mesmo contexto capitalista, porém com um novo nome, o da EC.

Até meados dos anos 2000, Codagnone, Karatzogianni e Matthews (2019) indicam que a EC era entendida somente através da colaboração em negócios *peer-to-peer*. Esse entendimento, porém passa a se modificar a partir dos anos 2010 com a guinada mais comercial do movimento. Os autores indicam que o que se entendia por EC anteriormente começa a mudar, tornando-se um modelo econômico multimilionário. Ainda como objetivo a utilização máxima de itens subutilizados, tal modelo, todavia, agora, engloba não somente organizações sem fins lucrativos, mas todo tipo de organização que se proponha a compartilhar ou a intermediar o compartilhamento.

Nesse sentido, grandes organizações adentram no ramo, sendo então o objetivo do estudo de Villanova (2015) mostrar a aproximação de algumas dessas companhias com as de economia tradicional. Villanova (2015) percebe o compartilhamento intermediado por organizações como *Uber*, *Airbnb*, dentre outras, muito mais como uma relação capitalista do que enquanto o compartilhamento focando um retorno social pelas suas atividades.

Sobre essas grandes organizações, Cagle (2019) destaca que são perceptíveis as diferenças em relação ao *Couchsurfing* e ao *Whipcar*, por exemplo. Cagle (2019) indica ainda que organizações desse tipo inflamam o problema que a EC se propôs a resolver: solucionar as desigualdades geradas pelo capitalismo. Isso significa dizer que Cagle (2019) entende que organizações de grande porte, ao serem entendidas

enquanto propiciadoras do capitalismo, acabam por ocasionar uma perda de sentido para o que a EC se propôs inicialmente.

Estudos críticos, a respeito da EC e que tipo de organização se enquadram nesse contexto, têm sido realizados (MARTIN, 2016; ALONI, 2016; CERVERO *et al.*, 2014). No entanto, a falta de clareza do campo acerca do que seriam ou não negócios compartilhados, até o presente momento, faz com que organizações como *Uber* e *Airbnb* sejam, muitas vezes, entendidas como pertencentes ao mesmo campo que a *terracicle* e o *couchsurfing*.

Entendendo o campo da EC enquanto abrangente e discrepante, em que vários tipos de organizações podem ser considerados do ramo de compartilhamento, Kalamar (2013) propõe uma separação, utilizando o termo *sharewashing*. Tal termo indica organizações que se utilizam de expressões e preceitos ligados à EC, contudo não cumprem com o que a EC se propõe: o compartilhamento. Em outras palavras, para o autor, organizações desse tipo buscam unicamente a promoção de suas atividades por intermédio da EC, sem fazer parte dela. Kalamar (2013) coloca em dúvida que tipo de organização pode ser considerada pertencente à EC e quais são tidas como *sharewashing*, uma vez que, na literatura, como apontado por Petrini, Sileveira e Santos (2016), não há uma clara distinção.

A utilização do termo *sharewashing*, porém, é questionada, uma vez que a delimitação do próprio campo se encontra em constante modificação, bem como o entendimento do tema e seu impacto. O que Cagle (2019) vê, por exemplo, é que na atualidade, serviços de *streaming*, gigantes do setor de hospedagem e de mobilidade urbana acabam por ofuscar o que a autora chama de promessa do compartilhamento de produtos não monetários. Nota-se, portanto, que a autora põe em xeque se há viabilidade em separar esse tipo de organização no campo ou se a própria EC se modificou em termos de foco de análise.

Tendo em vista a constante modificação do tema, a presente tese, a fim de discutir a EC enquanto novo ciclo, resgata publicações relevantes do campo, em um panorama geral das publicações, conforme vemos a seguir.

3.2 A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO: PANORAMA GERAL DAS PUBLICAÇÕES

Sobre os países mais referenciados nas obras e a média por artigo citado, destaca-se os Estados Unidos, com 4101 citações, representando quase o dobro do total de citações do segundo país mais referenciado, o Reino Unido, com 2084. Destaca-se ainda, que o total de citações não está relacionado à média de artigos citados. Por exemplo, Israel tem 488 citações, porém a média de 162,667 por artigo. Os Estados Unidos, por sua vez, têm a média de 24,557 por artigo citado. Países como a China, que ocupam uma posição intermediária na tabela, tem o total de 821 citações e média de 11,899 por artigo. Isso nos leva a perceber a disparidade do campo, em que é variável a quantidade total de citações por artigo, não seguindo uma lógica, conforme vemos na tabela 01.

Tabela 01: Países mais referenciados

País	Total de citações	Média por artigo citado
Usa	4101	24,557
United Kingdom	2084	30,647
Canada	1735	57,833
Germany	1222	23,961
China	821	11,899
Spain	683	14,532
Korea	620	9,688
Austria	520	27,368
Israel	488	162,667

Fonte: Gerado automaticamente pelo pacote *bibliometrix* no *R-Studio* (2020)

Quando tratamos dos centros de pesquisa, destaca-se a *The Hong Kong Polytechnic University*, a *Tsinghua University* e a *Boston University* (com 15 artigos cada). Tal fato pode indicar que países como a China tem alta produção, no entanto as principais referências ainda se encontram na Europa e nos Estados Unidos, conforme vemos na tabela 02.

Tabela 02: Centros de pesquisa com maior produção

Centos de pesquisa	Artigos
Boston University	15
The Hong Kong Polytechnic University	15
Tsinghua University	15
Oxford University	14
University Of Oxford	14
Utrecht University	14
Manchester University	13
College London University	13
Bi Norwegian Business School	12

Fonte: Gerado automaticamente pelo pacote *bibliometrix* no *R-Studio* (2020)

A concentração de referências é ainda observada ao se analisar os periódicos mais relevantes no campo. A relevância foi estabelecida através de: quantidade de publicações, *h-index* (relação entre a produtividade e o impacto dos autores, levando em consideração o total de vezes que o mesmo foi citado), *g-hindex* e *m-index* (derivações do *h-index*) e o TC (total de citações). Observa-se que apesar da China possuir grande número de publicações, sendo a maior parte em inglês, não possui periódicos enquadrados enquanto de maior relevância. Tal característica corrobora na percepção de um eixo principal das publicações da Europa e dos Estados Unidos que são percebidos pelo campo como mais relevantes.

Dá-se destaque aos periódicos da Europa e dos Estados Unidos, mas percebe-se uma amplitude no campo, em que o periódico que possui maior número de publicações, o *Sustainability* (Switzerland), publicou 70, dos 1716 artigos encontrados. Destaca-se ainda que o periódico com maior número de publicações é o sétimo mais citado, o que indica uma não uniformidade do campo, na medida em que o total de citações, ao ser associado ao *h-hindex*, *g-hindex* e *m-index* não possui peso suficiente para representar maior relevância.

Tabela 03: Periódicos mais relevantes do campo da EC

Sources	Artigos	h_index	g_index	m_index	TC
Sustainability (Switzerland)	70	13	21	2,6	611
Journal Of Cleaner Production	38	19	28	3,8	874
International Journal of Hospitality Management	29	16	29	3,2	1337
International Journal of Contemporary Hospitality Management	28	16	28	4	786
Technological Forecasting and Social Change	22	13	22	2,6	767
Ciriec-Espana Revista De Economia Publica Social Y Cooperativa	18	3	3	0,6	18
Proceedings Of the Acm on Human-Computer Interaction	16	14	14	2,8	1028
Tourism Management	14	10	13	1,25	632
Annals Of Tourism Research	13	5	10	1,25	119

Fonte: Gerado automaticamente pelo pacote *bibliometrix* no *R-Studio* (2020)

Essa amplitude é percebida também, para além do total de periódicos, mas também nos trabalhos citados com maior frequência. O total de citações das obras, em sua amplitude, mesmo não apresentando um campo sólido de discussões, apresenta indícios dos principais caminhos pelos quais a EC tem sido pesquisada. Sobre esses caminhos, entende-se então, ser de fundamental importância, a criação, de forma preliminar, de uma estrutura conceitual. Para tanto, leva-se em consideração os artigos presentes na tabela 04, a seguir.

Tabela 04: Artigos mais referenciados

Artigos	Total de citações	Média de citações por ano
Belk (2014)	949	135,571
Hamari (2016)	890	178
Zervas (2017)	429	107,25
Mhlmann (2015)	427	71,167
Ert (2016)	366	73,2
Martin (2016)	355	71
Cohen (2014)	345	49,286
Frenken (2017)	287	71,75
Cheng (2016)	268	53,6
Tussyadiah (2016)	233	46,6

Fonte: Gerado automaticamente pelo pacote *bibliometrix* no *R-Studio* (2020)

3.3 ESTABELECENDO UMA ESTRUTURA CONCEITUAL PARA A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO

A partir das obras mais referenciadas do campo, que continham definições próprias, segue um quadro que sintetiza os principais conceitos utilizados na literatura acerca da EC.

Quadro 03: Conceitos comumente usados na literatura

Autores	Conceitos e Descrição
Belk (2014)	<p><i>Economia do compartilhamento ou economia colaborativa</i>: fenômeno surgido a partir da internet (...). O compartilhamento enquanto prática de trocas observadas desde os primórdios da humanidade é a base desse fenômeno (...). Observa-se, na atualidade uma popularização do termo, em que organizações utilizam o modelo tradicional de negócios enquanto compartilhados, o que, segundo o autor, só ocorre se houver a substituição da tradicional posse para uma economia de acesso.</p>
Botsman; Rogers (2011)	<p><i>Consumo colaborativo</i>: Economia emergente possibilitada pela internet e suas redes sociais (...). Essa nova forma de negócios é oriunda da necessidade, a partir da percepção da sociedade em consumir produtos e serviços ambientalmente responsáveis e a custos menores. Esse tipo de negócio consiste em grupos que têm como objetivo, principalmente: trocas, permutas, propriedade compartilhada. Os autores indicam três modelos de destaque para o consumo colaborativo: sistemas de produtos e serviços, em que pessoas consomem sem possuir a posse do produto/serviço, como exemplo as organizações Zipcar e Ziploc; em seguida, citam “economias comuns”, em que grupos articulados de pessoas utilizam de barganha para adquirir produtos/serviços para a coletividade do grupo, a preços menores, como as organizações Etsy e Zopa; o terceiro modelo é a redistribuição de mercado no formato consumidor para consumidor, em que produtos são utilizados por pessoas de acordo com as necessidades do momento, para depois serem reutilizados por outras pessoas, como o exemplo da <i>Freecycle</i> e <i>Ebay</i>. Os três modelos, segundo os autores, são considerados tanto propostas empreendedoras quanto “revolucionárias” em um novo modelo de sociedade: social e ambientalmente consciente.</p>
belk (2010)	<p><i>Compartilhamento</i>: Enquanto prática, não enquanto negócio. O compartilhamento está presente nas sociedades desde os primórdios. A necessidade de uma sociedade mais justa, ambientalmente responsável e igualitária leva ao desafio de que a premissa do compartilhamento passe a fazer parte das organizações, em sua forma de negócio e como</p>

	essas impactam a sociedade. A internet possibilita essa forma de interação, levando ao consumo compartilhado.
Martin (2016)	<i>Economia do compartilhamento:</i> Atividades comerciais online no formato peer-to-peer. Abrange negócios diversos, como aluguel (Airbnb), prestação de serviços com fins lucrativos (Uber) e presentes (Freecycle). O sucesso de organizações como Uber e Airbnb chamaram a atenção para o discurso da EC, o que vai em sentidos contraditórios: de um lado um caminho para a sustentabilidade e de outro o estabelecimento do “pesadelo neoliberal”. Mesmo com esse debate, alguns pontos são observados como características gerais da EC, como essa sendo um nicho de inovação, alterando as estruturas tradicionais da indústria. A EC é constituída por um campo de definições, que, de forma geral, a enquadra como: (1) uma oportunidade econômica; (2) uma forma de consumo mais sustentável; (3) um caminho para uma economia descentralizada, equitativa e sustentável; (4) criação de mercados não regulamentados; (5) reforçar o paradigma neoliberal; e, (6) um campo incoerente de inovação.
Belk (2007)	<i>Compartilhamento:</i> Forma alternativa de distribuição de produtos e serviços. O compartilhamento propicia a economia de recursos, o senso de comunidade e a criação de sinergia social. Essas trocas, antes restritas aos pequenos grupos, atualmente, podem ser ampliadas através da utilização da internet e das plataformas de rede.
Hamari <i>et al.</i> (2016)	<i>Economia do Compartilhamento:</i> Consumo de bens físicos ou de serviços no formato <i>peer-to-peer</i> , geralmente, em capacidade ociosa. Leva em consideração a tecnologia e a internet e o princípio das comunidades virtuais.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

As conceitualizações, anteriormente apresentadas, tratam a EC sobre diferentes perspectivas. Botsman e Rogers (2011), por exemplo, utilizam a expressão “*consumo colaborativo*”. Esse termo está associado a uma mudança de perspectiva social e cultural. Os autores apontam para uma mudança profunda nos padrões de consumo da sociedade, que tem migrado da posse para o acesso. Esse novo padrão é derivado das sucedidas crises do sistema capitalista, que geram desigualdade social e devastação ambiental. Para os autores, os negócios compartilhados são um meio mais justo e acessível de se ter acesso aos bens e aos

serviços que, em um sistema tipicamente capitalista, são restritos a pequena parcela da população.

Ao discutirem o conceito, entretanto, Botsman e Rogers (2011) englobam uma série de organizações, desde as sem fins lucrativos àquelas com abordagem mercadológica. Segundo os autores, esse grupo de organizações, em conjunto, estaria modificando o modo tradicional de se consumir e comercializar.

Uma abordagem diferente é vista por Belk (2007, 2010, 2014). Em Belk (2007, 2010) a ideia de compartilhamento não constitui um modelo de negócio especificamente, mas uma mudança de perspectiva social que estaria tendo expressão na forma de fazer negócios. O autor chama a atenção para a forma como a sociedade está lidando com os problemas ambientais e sociais e busca na EC uma possível solução. Em Belk (2014), a ideia de organização é discutida de forma mais contundente.

Ao falar das organizações, especificamente, Belk (2014) trata a EC de forma menos genérica do que Botsman e Rogers (2011), os últimos tratam uma série de diferentes organizações, com perspectivas diversas, como inseridas no contexto da EC. Tal tratamento é desconsiderado por Belk (2014), em que o autor não considera aquelas com fins capitalistas, que possuem a ideia da posse, como pertencentes à EC.

Conceitualizações diferentes são observadas na literatura, desde as mais abrangentes, como de Botsman e Rogers (2011) até as mais restritivas, como as de Belk (2007, 2010, 2014). Tal ocorrência faz com que a EC gere dúvidas sobre o que pode ou não estar inserido em seu contexto. Tal dúvida é vista por Martin (2016) como responsável pelos caminhos contraditórios que estaria levando a EC, podendo ser a EC um caminho em direção à sustentabilidade ou ao estabelecimento do neoliberalismo na sociedade.

Martin (2016) ao reconhecer caminhos diversos para a EC, foca, não nas divergências de conceitos, mas nos elementos em comum, sendo: (1) uma oportunidade econômica; (2) uma forma de consumo mais sustentável; (3) um caminho para uma economia descentralizada, equitativa e sustentável; (4) criação de mercados não regulamentados; (5) reforçar o paradigma neoliberal; e (6) um campo incoerente de inovação (MARTIN, 2016).

A ambiguidade das conceitualizações reforça a ideia de que a EC é um guarda-chuva com práticas, funções e motivações diferentes (ACQUIER; DAUDIGEOS; PINKSE,

2017). Dessa forma, tal qual é visto no trabalho de Sutherland e Jarrahi (2018), mais importante do que estabelecer um conceito ou perspectiva específica, é entender o significado do que está sendo pesquisado. O entendimento desse significado, ainda segundo os autores, é auxiliado pelo empirismo das pesquisas, em que os objetos de estudo mais frequentes podem ser entendidos como pontos de referência ou de comparação.

Com o fito de se realizar uma análise mais precisa dos objetos empíricos de estudo, parte-se da análise geral, dos metadados, para a análise específica dos 146 artigos categorizados após os critérios de elegibilidade. Dos 146 artigos selecionados, 43 deles não continham um objeto ou mesmo um setor específico de estudo, promovendo debates de cunho conceitual, como revisões de literatura ou ensaios teóricos. Dos trabalhos empíricos, as organizações mais incidentes foram:

Tabela 05: Objetos de estudo mais incidentes

Plataforma objeto de estudo	Publicações
Objeto de estudo não específico	43
Airbnb	24
Diversos: Foco no usuário	14
Ride-sharing	12
Host-sharing	8
Uber	7
Marketplace - sites de compras e vendas de itens	4
Bike-sharing	3
Couchsurfing	3

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2020)

Do total, 14 trabalhos não tratam de uma organização específica, mas do fenômeno como um todo. Realizam trabalhos que, mesmo empíricos, buscam entender, pela perspectiva do usuário, o fenômeno da EC, não privilegiando uma organização ou outra. Sobre os trabalhos que estudavam uma organização específica, a literatura abrangeu uma variedade dessas, que vão desde serviços de assinatura (*couchsurfing*, *lyft*), organizações sem fins lucrativos (*bike-sharing*), e organizações com fins lucrativos, destacando-se o *Airbnb* e *Uber*, com 24 e 07 artigos respectivamente. O destaque dado para o *Airbnb* e *Uber* leva ao debate proposto por Sutherland e Jarrahi (2018), em que essas, por se destacarem enquanto objeto de estudo, seriam como um tipo de comparação para outras organizações inseridas no contexto da EC.

O *Airbnb*, por exemplo, é tratado em estudos como os de Christino *et al* (2019), Drogu, Mody e Suess (2019) e Vera (2018) como organização responsável por uma mudança no setor de turismo. Esses são dois exemplos de trabalhos que indicam o papel da organização na transformação do mercado. Ambos os artigos tratam a questão da *tecnologia* em consonância com um novo estilo de vida em ascensão como responsáveis pelo sucesso do *Airbnb*. Vera (2018) pontua ainda características que, segundo a autora, tornam a organização como a maior representante do movimento denominado EC, sendo: a economia de custos, a expectativa de desempenho, a expectativa de experiências e a construção de vínculos sociais.

A maior parte dos artigos trata o *Airbnb* como um modelo de sucesso no mercado. Karlsson, Kemperman e Dolnicar (2017) é um exemplo de trabalho que descreve a organização como um exemplo a ser seguido por outras inseridas no contexto da EC. Exemplo no sentido de que, ao mesmo tempo em que a organização atende às expectativas dos consumidores, ela é lucrativa e possui valor de apego por parte dos clientes, o que significa que quem consome desse serviço, de certa forma, sente-se seguro e satisfeito em relação à organização.

Valor de apego esse que não é encontrado, no mesmo nível, em outras organizações do mesmo estilo, como o *couchsurfing*, que também se destaca enquanto objeto de pesquisa empírica, porém em uma quantidade menor de trabalhos. Sobre o *couchsurfing*, observam-se trabalhos como o de Bezerra e Ferreira (2018) que tratam a organização como responsável por levar valores como: a expectativa de experiências e a construção de vínculos sociais o que, segundo o estudo, é ainda mais intensa do que o *Airbnb*, e ainda associada ao custo zero para os clientes.

O que diferencia as duas organizações, bem como destaca a quantidade maior de trabalhos referentes ao *Airbnb* é o valor de apego (KARLSSON; KEMPERMAN; DOLNICAR, 2017), pois o *Airbnb* abrange um número maior de pessoas em relação ao *couchsurfing* e às outras organizações de *host-sharing*. Essa relação de apego significa que mais pessoas se sentem seguras e dispostas a consumir o serviço do *Airbnb*, tal fato destaca essa grande organização das outras do mesmo setor.

Outra grande organização que se destaca nos estudos é a *Uber*. Sobre essa, destaca-se o entendimento de como funciona o aplicativo e a dinâmica de seus serviços, ou seja, como se dá o algoritmo digital que promove autonomia e flexibilidade entre organização e consumidores (WATANABE *et al.* 2017). A *Uber* foi propulsora de um modelo diferenciado de oferta de serviços que, alguns autores, passaram a utilizar o termo “*uberização*”, referindo-se às outras organizações do mesmo setor. Um exemplo da utilização do termo pode ser visto em Franco e Ferraz (2018) e Fleming (2017), que utilizam o vocábulo para expressar outros tipos de organizações inseridas no contexto da EC que utilizam a mesma lógica da *Uber*. Por “*uberização*”, entende-se tratar da individualização dos meios e responsabilidades do trabalho (FRANCO; FERRAZ, 2018; FLEMING, 2017).

Chama a atenção o destaque dado pelas publicações às grandes organizações *Uber* e *Airbnb*. Tal destaque pode significar uma tendência em considerar a globalidade do fenômeno da EC, em que esses tipos de organizações passam a ser entendidas como principais representantes do movimento. O que não exclui as de menor porte, que ainda tem espaço dentre as publicações, mas levam ao direcionamento sobre o rumo que os estudos estão tomando e se isso significa a consideração da EC a partir da perspectiva de organizações de grande porte.

Nesse sentido, galga-se destaque ao aspecto econômico, ou ainda de modelo de negócio que visa o diferencial competitivo e o lucro, a qual a EC tem se enquadrado. Definições como a de Hamari *et al.* (2016), que focam na EC enquanto modelos de negócios de distribuição de bens e serviços através da internet e redes virtuais, se destacam ao ser analisados esses tipos de organizações. O campo, em seu aspecto empírico, apresenta uma tendência em considerar esse tipo de organização em detrimento daquelas que se enquadram nas definições de Belk (2007, 2010). Nas definições de Belk (2007, 2010), são consideradas EC somente organizações que propiciam o senso de comunidade e distribuem de forma alternativa bens e serviços, o que não vem se apresentando empiricamente ao se destacarem o *Uber* e o *Airbnb*. A fim de confirmar essa tendência que se apresenta, na forma de grandes organizações, a próxima sessão adentra na discussão sobre a configuração que a EC está tomando nas pesquisas. Busca-se então, a separação em abordagens que a mesma está sendo publicada. Para que essas fossem delimitadas, primeiramente parte-se e uma análise geral do campo. Utiliza-se do pacote *bibliometrix*, o relatório de estrutura de correlação entre as palavras-chave repetidas com maior frequência.

Tabela 06: Palavras-chave com maior frequência

Palavras	Ocorrência
Sharing economy	220
Innovation	72
Consumption	67
Economics	67
Sustainability	66
Trust	59
Sustainable development	57
Internet	56
Collaborative consumption	52

Fonte: Gerado automaticamente pelo pacote *bibliometrix* no *R-Studio* (2020).

A frequência em que as palavras são citadas indicam, de forma preliminar, pelo menos 03 grupos distintos em que a EC está sendo publicada, aqui definidos como: Modelo de Negócios (*Innovation, Consumption, Economics, Internet*); Negócios Sustentáveis (*Sustainability, Sustainable Development*); Estilos de Vida (*Trust, Collaborative consumption*).

Uma vez identificados esses grupos, foram estabelecidas as categorias dos artigos selecionados. Na análise desses artigos, os elementos vistos não foram limitados a palavras-chave, como na meta-análise, mas que estiveram presentes no conteúdo geral do texto. Após a leitura dos artigos, para além dos grupos anteriormente mencionados, foram encontrados elementos que puderam dividi-los de acordo com as abordagens de pesquisa, em que as categorias foram: modelo de negócio para geração de valor e lucro; moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso; negócios sustentáveis em uma sociedade em mudança; a forma de enxergar o trabalho em um novo formato de negócios; aspectos regulatórios e discussão conceitual.

Ressaltam-se as categorias “discussão conceitual” e “outros”, que não indicam abordagens de publicações a respeito da EC, não sendo, portanto, trabalhados nessa tese. Sobre o primeiro, foram encontrados artigos que tratam principalmente a respeito de definições, categorizações, bem como revisões de trabalhos anteriores. Sobre o segundo, trabalhos com temáticas diversas dentro da EC, como por exemplo, o artigo de Chenga e Foley (2018), que trata a respeito da discriminação no *Airbnb*. Ou seja, os trabalhos são constituídos de assuntos isolados, não significando, a nosso ver, uma tendência dentro do campo neste momento da pesquisa.

Tabela 07: Categorias de pesquisa da EC

Categoria de pesquisa	Principais elementos abordados	Quantidade de artigos
Modelo de negócio para geração de valor e lucro	<p>(1) Foco na satisfação e identificação de aspectos relevantes para o consumidor realizar sua decisão de consumo</p> <p>(2) Foco na inovação e empreendedorismo, ou seja, meios de se alcançar o diferencial competitivo no mercado.</p> <p>(3) Foco na discussão da necessidade das organizações em se adequarem a uma nova realidade, a da internet e da conexão entre pares.</p>	57
Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	Foco em discutir experiências relacionadas à EC, atuando enquanto uma tentativa de moralização da economia. Tal moralização é propiciada por negócios que proporcionam um tipo de consumo ligado à identidade e às relações de coesão social.	26
Discussão conceitual a respeito da EC	Definição e caracterização da EC; agendas de pesquisa; revisão teórica de artigos anteriores, estudos bibliométricos.	19
Aspectos Regulatórios	<p>(1) Artigos que tratam a legislação diferenciada como um aspecto positivo. Tais artigos entendem que a legislação aplicada para os negócios, inseridos no contexto da EC, propiciam que os mesmos ofereçam produtos e serviços a um menor custo. Tal característica torna esse tipo de negócio como inovador.</p> <p>(2) Artigos que possuem uma abordagem crítica a respeito da legislação. Nesse grupo entende-se a necessidade de uma legislação diferenciada, porém o que se percebe na prática é a falta da mesma. Assim sendo, há prejuízos para parcela da população, principalmente no que tange aos colaboradores e à falta de segurança trabalhista, que não é uma garantia legal, como em negócios tradicionais.</p>	11
Negócios sustentáveis em uma sociedade em mudança	1) Foco na relação de equilíbrio gerada pelos negócios, em que haja preservação ambiental, benefício econômico e social	11

	(2) Foco na diminuição de custos de transação, propiciando que atividades, ambientalmente e socialmente positivas, sejam oferecidas a um preço menor, beneficiando o mercado consumidor.	
A forma de conceber o trabalho em um novo formato de negócios	(1) Artigos que destacam as novas relações de trabalho como propiciando que pessoas ofereçam produtos ou serviços de forma empreendedora, estabelecendo estratégias que vão delinear o futuro econômico de cada indivíduo. (2) Artigos que criticam os novos formatos de trabalho, em que colaboradores utilizam os próprios recursos sem dispor de garantias trabalhistas ou ainda de segurança no trabalho. Tal forma leva ainda à precarização do trabalho como um todo.	10
OUTROS		12
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2020)		

No quadro 04, estão representados os autores enquadrados em cada categoria. Para fins de análise, optou-se por enquadrar cada trabalho em apenas uma categoria, levando em consideração o conteúdo geral do trabalho.

Quadro 04: Artigos enquadrados em cada categoria

Categoria de Pesquisa	Autores
Modelos de negócio para geração de valor e lucro (57 artigos)	Behrend; Meisel; Fagerholt; Andersson (2019); Ciulli; Kolk (2019); Li; Bai; Xue (2019); Mauri; Minazzi; Nieto-García; Viglia (2018); Cheng; Fu; Vreede (2018); Asian; Hafezalkoto; Choi; He (2019); Kwok; Xi (2018); John (2019); Gong; Liu; Liu; Ren (2019); Guyader; Piscicelli (2019); Kumar; Lahiri; Dogan (2018); Cheng; Foley (2019); Drogu; Mody; Suess (2019); Hoi-Lam; Wong; Leung; Chung (2019); Richter; Kraus; Brem; Durst; Giselbrecht (2017); Sun; Ruud; Teunter; Babai; Hua (2019); Zhang; Huimin; Jahromi (2018); Hong; Kim; Park (2019); Akbar; Mai; Hoffmann (2016); Weber (2014); Akbar; Hoffmann (2018); Fung So; Oh; Min (2018); Boysen; Briskorn; Schwerdfeger (2019); Jin; Kong; Wu; Sui (2018); Milanov; Maas (2017); Wu; Zeng; Xie (2017); Guo; Jaramillo; Bloemhof-Ruwaard; Claassen (2019); Guttentag; Smith (2017); Martin (2016); Gibbs; Guttentag; Gretzel; Yao; Morton (2018); Zhu; So; Hudson (2017); Olya; Altinay Gazi; Altinay Aksal; Altinay (2018); Etzioni (2017); Huarng (2018); Park; Armstrong (2017); Benoit; Baker; Bolton; Gruber; Kandampully (2017); Roos; Hahn (2017); Ganapati; Reddick (2018); Schwieterman; Bieszczał (2017); Tussyadiah (2016); Ferreira; Santos; Méxas; Meiriño (2017); Ert; Fleischer; Magen (2016); Roma; Panniello; Lo Nigro (2019); Eckhardt; Houston; Jiang; Lambertson; Rindfleisch; Zervas (2019); Blal; Singal; Templin (2018); Weber (2016); Yu; Seo; Choi (2019); Mody; Suess; Lehto (2018); Costa; Chim-Miki (2018); Zhou; Lin; Zhong; Xie (2018); Ribeiro-Soriano; Zeng (2018); Christino; Silva; Cardozo; Lopes (2019); Jiang; Balaji; Jha (2019); Muren; Mukhopadhyay; Wu; Zhou; Zhiping (2019); Rong; Xiao; Wang (2019); Marimon; Llach; Alonso-Almeida; Mas-Machuc (2019); Benedict; Dellaert (2019).
Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso (26 artigos)	Zvolška; Palgan; Mont (2019); Harvey; Smith; Goulding; Illodo (2019); Davidson; Habibi; Laroche (2018); Hamari; Sjöklint; Ukkonen (2016); Chung (2017); Priporas; Stylos; Rahimi; Vedanthachari (2017); Yanga; Lee; Lee; Koo (2018); Laamanen; Wahlen; Lorek (2018); Gupta; Esmaeilzadeh; Uz; Tennantc (2019); Bernardi; Diamantini (2018); Johnson; Neuhofer (2017); Shaheen; Chan; Gaynor (2016); Wang; Xiang; Yang; Ma (2018); Karlsson; Kemperman; Dolnicar (2017); Lindblom; Lindblom (2017); Cohen; Muñoz (2016); Camilleri; Neuhofer (2017); Yang; Song; Chen; Xia (2017); Roos; Hahn (2017); Hawlitschek; Teubner; Gimpel (2018); Molz (2013); Gyódi (2019); Bezerra; Ferreira (2018); Su; Liu; Zeng; Streimikien; Balezentis; Alisauskait-Seskien (2018); Zhang; Bufquin; Lu (2019); Vith; Oberg; Höllerer; Meyer (2019).

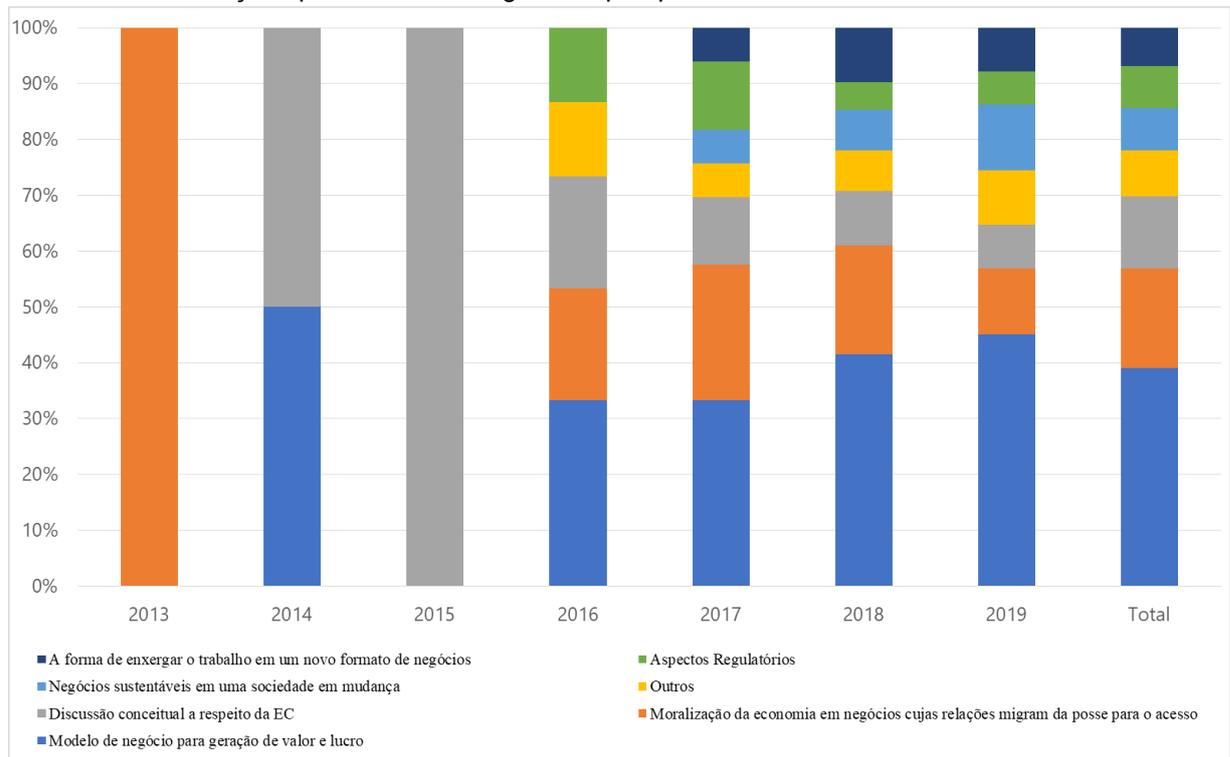
Aspectos Regulatórios: Princípios e desafios para a regulação da EC (11 artigos)	Williams; Horodnic (2017); Hartl; Hofmann; Kirchler (2016); Kathan; Matzler; Veider (2016); Yuana; Sengers; Boon; Raven (2019); Müller; Welpel (2018); Watanabe; Naveed; Neittaanmäki; Fox (2017); Hong; Lee (2017); Querbess (2017); Hong; Lee (2018); Grimmer; Vorobjovas-Pinta; Massey (2019); Berkowitz; Souchaud (2019).
Negócios sustentáveis em uma sociedade em mudança (11 artigos)	Becker-Leifhold (2018); Hartl; Sabitzer; Hofmann; Penz (2018); Melo; Macedo; Baptista (2019); Leung; Xue; Wen (2019); Piscicelli; Ludden; Cooper (2018); Hu; Liu; Yuen; Lim; Hu (2019); Retamal (2019); Bocken; Boons; Baldassarre (2019); Fremstad (2017); Zhu; Li; Zhou (2017); Wruk; Oberg; Klutt; Maurer (2019).
A forma de enxergar o trabalho em um novo formato de negócios (10 artigos)	Gleim; Johnson; Lawson (2019); Griffith; Esch; Trittenbach (2018); Mäntymäki; Baiyere; Islam (2019); Christie; Ward (2019); Fleming (2017); Ménascé; Vincent; Moreau (2017) Ahsan (2018) Chai; Scully (2019); Franco; Ferraz (2018); Vaclavik; Pithan (2018).

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2020)

Os trabalhos encontrados começam a ser publicados no ano de 2013 e seu número tem aumentado até 2019. A respeito das abordagens de pesquisa, destaca-se, na presente base, o trabalho de Molz (2013) que tem a visão da EC enquanto um novo estilo de vida. No ano seguinte, são publicados mais 02 trabalhos, o de Belk (2014) e Weber (2014). O primeiro trata da discussão conceitual a respeito do compartilhamento, que é entendido enquanto um ato de distribuir e receber o que é pessoal, gerando benefícios próprios e coletivos (BELK, 2014). O segundo, por sua vez, discute a EC enquanto um novo modelo de negócios, as vantagens e desvantagens de se eliminar um intermediário nos negócios (WEBER, 2014).

Em 2016, é visto uma ampliação no número de artigos publicados, com quinze publicações nesse ano. A partir dessa data, as abordagens têm se mantido constantes, em que nenhuma se destaca pelo crescimento exacerbado em relação ao ano anterior ou aos demais. A partir dessa data, percebe-se que as pesquisas passam a apontar para direções diversas. A EC passa a englobar também uma gama de significados, que vão desde o entendimento da mesma a partir da perspectiva da transferência da posse para o acesso, até a perspectiva de um novo tipo de negócio para a geração de lucro e valor. A seguir, foram demonstradas quais abordagens de pesquisa essas publicações seguem nos respectivos anos (Gráfico 01).

Gráfico 01: Publicações por ano e abordagens de pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2020)

A despeito de toda essa diversidade no campo, no intuito de compreender a relação entre a EC e a modernidade capitalista, a seguir, discute-se cada uma das abordagens e os principais elementos tratados por elas.

A compreensão acerca das principais abordagens ancora a discussão central do trabalho, permitindo a realização do posicionamento da EC. Assim, posteriormente, o trabalho discutirá a noção de utopia, no sentido de entender o porquê das expressões práticas percebidas no campo, encontradas nos trabalhos empíricos, permitem considerar que a EC seja um fenômeno concreto e não uma utopia. Traz-se então a discussão sobre paradigmas sociais. Nesse sentido, para que a EC fosse considerada um campo com potencial para se constituir um novo paradigma, deveria apresentar, nas categorias a seguir, elementos que permitissem entender o campo enquanto potencial de romper para com o capitalismo.

Uma vez discutida as possibilidades anteriormente mencionadas, o trabalho parte para a compreensão dos ciclos. Ou seja, a partir dos elementos encontrados nas categorias, se discutirá a EC enquanto uma nova forma de se viver, impactando o mercado e a sociedade, mas que mantém características típicas do capitalismo, como a acumulação e a relação trabalho-capital.

3.4 ABORDAGENS DE PESQUISA IDENTIFICADAS NO CAMPO

A seguir, são descritas as principais abordagens de pesquisa encontradas no campo e os principais elementos trabalhados pelos autores em cada uma delas. Sendo: Modelos de negócio para geração de valor e lucro; moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso; aspectos regulatórios; princípios e desafios para a regulação da EC; negócios sustentáveis em uma sociedade em mudança e a forma de enxergar o trabalho em um novo formato de negócios.

3.4.1 Modelos de negócio para geração de valor e lucro

A abordagem engloba estudos que analisam a temática da EC sob uma visão mercadológica. Por visão mercadológica, parte-se de Laurell e Sandström (2017) que entendem essa como tratando de organizações compreendidas a partir de seu modelo de negócios. Tais trabalhos discutem fatores que geram o diferencial competitivo e o lucro organizacional. Os artigos em questão, mesmo que em alguns casos, considerem a EC enquanto um fenômeno social complexo, que envolve a sociedade e usuários em diversos âmbitos, tem como foco de análise a relação organização-mercado.

A relação organização-mercado é tratada nos trabalhos que podem ser divididos em 03 principais grupos: (1) Trabalhos com foco na satisfação e na identificação de aspectos relevantes para o consumidor realizar sua decisão de consumo (COSTA; PINHEIRO; CHIM-MIKI, 2018; RICHTER *et al.*, 2017; HUARNG, 2018; YU; SEO; CHOI, 2019; PARK; ARMSTRONG, 2017; TUSSYADIAH, 2016; MODY; SUESS; LEHTO, 2018; CHENG; FU; VREEDE, 2018; ZHANG; HUIMIN; JAHROMI, 2018). (2) Trabalhos voltados para a inovação e empreendedorismo, ou seja, meios de se alcançar o diferencial competitivo no mercado (BLAL; SINGAL; TEMPLIN, 2018; GUTTENTAG; SMITH, 2017; GONG *et al.*, 2019; CIULLI; KOLK, 2019). (3) A necessidade das organizações em se adequarem a uma nova realidade, a da internet e da conexão entre pares (GIBBS *et al.*, 2018; GUTTENTAG; SMITH, 2017; WEBER, 2014, 2016; SCHWIETERMAN; BIESZCZAT, 2017; SUN *et al.* 2019; ZHU; SO; HUDSON, 2017; KUMAR; LAHIRI; DOGAN, 2018; KWOK; XIE, 2018).

Os artigos enquadrados no grupo 01, em sua maioria, buscam a identificação de perfis de consumidor, suas características e como esses percebem satisfação ao consumir. A adequação ao mercado e ao perfil de consumidor é tratada, em grande parte dos trabalhos, através do entendimento das necessidades dos clientes e na percepção de valor, isto é, o que o cliente busca em um negócio e de que forma ele se sente conectado ao serviço ou ao produto que está consumindo. A percepção de valor é trabalhada nos artigos no sentido de entender as necessidades do público que consome de organizações entendidas como EC. Das organizações pesquisadas, tem-se como objeto de estudo, principalmente *Uber e Airbnb*, em pesquisas com usuários.

Dentre os fatores de satisfação encontrados nos resultados, galga-se destaque ao custo-benefício. Toma-se como exemplo o trabalho de Yu, Seo e Choi (2019), no qual os autores identificam como principal fator de satisfação dos clientes a relação do preço-produto/serviço, ou seja, clientes identificam nos negócios inseridos no contexto da EC um produto/serviço de qualidade semelhante aos tipos de produtos/serviços tradicionais, porém a um custo menor. Yu, Seo e Choi (2019) identificam que antes de realizar o consumo, os indivíduos realizam um comparativo entre o custo e a qualidade e, em muitos casos, tal comparação os fazem optar pelos serviços/produtos inseridos no contexto da EC.

Além do custo-benefício, Zhang, Huimin e Jahromi (2018) percebem outros fatores importantes que geram satisfação. No contexto de serviços de hospedagem, mais especificamente no *Airbnb*, no qual se deu a pesquisa, esses fatores são o conforto e a preocupação com aspectos, tais como: limpeza, bom estado do imóvel, localização, dentre outros que os autores consideram como elementos técnicos da hospedagem. O trabalho identifica ainda, a satisfação gerada através da possibilidade de trocas sociais e emocionais possibilitadas pelo *Airbnb*. Todos esses elementos, contudo, são entendidos como menos relevantes que o custo.

Entende-se, de forma geral, que o custo ainda é considerado fator principal ao se escolher uma organização inserida no contexto da EC. Esse, no entanto, associado à percepção de qualidade, que é diversa, seja na imersão em uma nova cultura, no caso da acomodação (ZHANG; HUIMIN; JAHROMI, 2018), na realização de um percurso de maneira satisfatória, no caso do transporte (CHENG; FU; VREEDE, 2018), dentre outros fatores específicos de cada ramo da EC.

Sendo o custo geralmente inferior, nos casos das organizações inseridas no contexto da EC em relação às tradicionais, Zhang, Huimin e Jahromi (2018) chamam a atenção para que, essas, uma vez que, devido a características próprias, já se destacam pelos baixos preços, dirigem esforços para entender outros elementos que geram satisfação. Uma forma encontrada pelas grandes organizações para garantir que o cliente esteja satisfeito é a avaliação realizada após a prestação do serviço ou venda de um produto. Ela se torna essencial para que a atividade continue a operar, visto que produtos/serviços mal avaliados são impossibilitados de continuar no mercado.

A relação entre o custo-benefício foi um fator considerado fundamental na percepção de valor por parte dos clientes. Valor esse, que grande parte dos estudos identifica como em mudança em relação ao que era considerado no consumo de organizações tradicionais. O elemento “experiência”, citado por Park e Armstrong (2017), exemplifica essa mudança. Tal elemento significa a preocupação dos consumidores em adquirirem um produto/serviço por um tempo, sendo que de outra forma não seria possibilitado o consumo. Usuários consideram então, o custo reduzido em relação ao momento vivido, propiciado pelo produto/serviço em determinado período de tempo. Essas percepções de qualidade específicas constituem, então, um novo perfil de consumidor e uma nova forma de identificar características e fatores de satisfação de clientes.

A identificação desse novo perfil de consumidor e os fatores de motivação foram alvos de estudo dos artigos inseridos no grupo 01. Tais artigos identificam uma mudança no que diz respeito ao perfil e à identificação de valor e de satisfação, como, por exemplo, a valorização da experiência, que pode ser de baixo custo, todavia isso não é encontrado em organizações tradicionais, pois nessas o baixo custo, geralmente, remete à ideia de baixa qualidade.

Em virtude desse novo perfil de consumidor, há uma mudança de perspectiva por parte do mercado. Isso quer dizer que as organizações têm se modificado e se adaptado para atender aos novos clientes. Sendo o foco de análise do grupo 01 o perfil dos clientes, o grupo 02 analisa as organizações, focando no que grande parte dos artigos chamam as organizações inseridas no contexto da EC, como empreendedoras.

Nesse grupo, a EC é tratada como proposta empreendedora por artigos como o de Ribeiro-Soriano e Zeng (2018), por exemplo. Segundo os autores, a EC é um novo meio de se fazer negócios, levando em consideração a economia de recursos (custo) e o perfil do consumidor (percepção de benefício por parte do consumidor). Ao tratar a EC enquanto evolução do comércio tradicional, Ribeiro-Soriano e Zeng (2018) partem do conceito de inovação e empreendedorismo para o alcance do diferencial competitivo e do lucro.

A inovação e o empreendedorismo na EC são discutidos em uma série de artigos. Os trabalhos de Blal, Singal e Templin (2018) e Guttentag e Smith (2017), por exemplo, tratam inovação e empreendedorismo como uma antecipação à mudança, ou seja, organizações inseridas no contexto da EC, ao refletirem sobre uma nova forma de comercializar produtos e serviços, antecipam-se em relação ao mercado tradicional, tornando-se mais competitivas (BLAL; SINGAL; TEMPLIN, 2018; GUTTENTAG; SMITH, 2017).

Os trabalhos que tratam a respeito da inovação consideram o mercado em momento de mudança. A maior parte dos negócios ainda possuem cadeias produtivas no formato tradicional e a comercialização tradicional de produtos e serviços. Blal, Singal e Templin (2018), por exemplo, ao compararem os serviços de hotel com o *Airbnb* visualizam um mercado em modificação. Os autores consideram ainda marcante a presença dos hotéis, onde a maior parte dos consumidores opta por essa opção ao se hospedar. O *Airbnb*, entretanto, destaca-se como uma alternativa crescente, em que há uma tendência de mercado, mas que ainda não se estabeleceu por completo.

Os autores destacam então, que representando o *Airbnb* uma proposta de futuro, os hotéis, objetivando se manterem no mercado, devem se modernizar e oferecer alternativas viáveis para clientes, como preços melhores ou outro tipo de diferencial que o cliente valorize. Caso não haja mudanças, estão fadados a, em um futuro próximo, deixar de existir.

Assim como Blal, Singal e Templin (2018), o trabalho de Guttentag e Smith (2017) também utiliza o *Airbnb* para tratar da inovação no setor de hospedagens. Segundo os autores, a inovação ocorre quando a organização atua intermediando as relações de um anfitrião que utiliza de um meio ocioso para lucrar. No caso, um cômodo ou locação ociosa que pode ser comercializada de forma temporária a um custo menor.

Quem procura a hospedagem, por sua vez, está disposto a se hospedar sem desfrutar dos benefícios oferecidos pelos hotéis, como café da manhã, arrumação do quarto, dentre outros. Há, então, o lucro, que ocorre, pois, mesmo o serviço sendo prestado a um menor preço, o custo do anfitrião não é considerado, devido à ociosidade do bem disponibilizado. Em síntese, se o serviço não fosse prestado também não haveria lucro, sendo esse considerado, de certa forma, como uma fonte extra de renda.

Ainda tratando a EC a partir da inovação e do empreendedorismo, o trabalho de Gong, Liu, Liu e Ren (2019), por exemplo, reflete a lógica de evolução dos negócios, em que organizações utilizam de meios disponíveis para realizar atividades de forma antecipada. Esses meios disponíveis são os recursos dos próprios parceiros, e os autores entendem que, organizações passam a atuar no papel de intermediárias. Dessa forma, há uma economia de recursos, uma vez que quem comercializa lucra ao disponibilizar recurso ocioso, quem consome, obtém acesso ao bem/serviço de forma mais barata e quem intermedeia a operação retira uma porcentagem. Organizações visualizam meios que propiciam a inovação, ocasionada por intermédio de operações, o que não é comum em organizações tradicionais, e, dessa forma, se alcança o diferencial competitivo no mercado.

A possibilidade de intermediação, no contexto da EC, é vista, por parte da literatura, como sendo propiciados pela internet e pelas redes de conexão entre pares. A utilização desses recursos, por sua vez, é tratada em uma série de artigos que constituem o grupo 03 (ZHU; SO; HUDSON, 2017; KUMAR; LAHIRI; DOGAN, 2018; KWOK; XIE, 2018). Através da tecnologia e da internet, as redes conectam consumidores e fornecedores entre si, permitindo a diminuição de custos de transação, o que torna possível a oferta de um produto ou serviço a preços mais baixos (GIBBS *et al.*, 2018; WEBER, 2014, 2016; SCHWIETERMAN; BIESZCZAT, 2017; SUN *et al.*, 2019).

Os artigos, enquadrados no presente grupo, focam em entender como as organizações utilizam da tecnologia e da internet para criar propostas de negócios como o *Airbnb* (KWOK; XIE, 2018; BLAL; SINGAL; TEMPLIN, 2018; GUTTENTAG; SMITH, 2017). Levando em consideração elementos como a relação cliente-organização e custos de transação, o foco dos trabalhos é então, em sua maior parte, descrever organizações e como elas se comportam em um novo ambiente

competitivo. Os autores, nessa abordagem, focam no entendimento da relação organização – mercado.

Em Kwok e Xie (2018), por exemplo, vemos um estudo que discute acerca de como as redes de conexão entre usuários possibilitam a criação de uma plataforma online que ofereça serviços de hospedagem. Essa plataforma utiliza das conexões em rede para oferecer tanto serviços mais personalizados, quanto preços mais baixos, oportunizados pela diminuição dos custos de transação.

Tal diminuição é também tratada por Lahiri e Dogan (2018). Os autores entendem os custos de transação como todos os valores gastos pela organização para oferecer um produto/serviço, sendo que tal custo influi no preço final. No caso da EC, esses custos não se aplicam, uma vez que as organizações somente intermedeiam as operações. Dessa forma, o custo passa a ser dividido entre organização e quem oferece de fato o produto/serviço.

Outro fator de destaque, apontado por Lahiri e Dogan (2018), é a ociosidade do bem, no caso dos produtos, que contribui para a diminuição do custo. Como a EC propicia que produtos sejam compartilhados, preza-se pela utilização máxima, o que faz com que o custo de depreciação de um produto seja dividido pela quantidade de pessoas que o utilizam. Logo, quanto maior essa quantidade, menor será o custo.

Essa relação, porém, é complexa, conforme vemos no trabalho de Jin *et al.* (2018), em que, uma mudança de perspectiva social mais ampla influencia a forma de se fazer negócios, sendo a relação organização-mercado, influenciada por elementos diversos a ela, como, por exemplo, as relações sociais para além do âmbito do mercado. Nesse sentido, o trabalho entende que, as organizações somente conseguem ser lucrativas com esse tipo de negócio, pois possuem adeptos. Em outras palavras, a própria sociedade e os clientes demandam por produtos e serviços compartilhados. Isso denota dizer que os indivíduos vêem como importante a utilização máxima de um produto, ou a possibilidade de compartilhar bens/serviços. Assim, as organizações os atendem no que demandam, intermediando as relações de acesso.

Na presente categoria, é observado que os artigos, em sua maioria, focam nas grandes organizações do campo e como elas estão sendo cada vez mais lucrativas, ao propiciarem experiências de forma diferenciada das tradicionais. Percebe-se

ainda, na categoria, que clientes visualizam na EC um produto/serviço de qualidade associado ao baixo preço.

Porém, essas análises não tratam a complexidade do fenômeno da EC para além das organizações pesquisadas ou analisam elementos como a mudança de perspectiva na sociedade, para além do âmbito mercadológico. A maior parte dos artigos enquadrados na presente categoria utiliza a EC como contexto de aplicação e tem como foco de seus estudos o entendimento da organização pesquisada, e não o âmbito social, de forma mais ampla, em que essas organizações estão inseridas. O entendimento mais amplo sobre a EC, em que essa representaria uma mudança de perspectiva social é trabalhado em uma série de outros artigos descritos a seguir.

3.4.2 Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso

Os artigos enquadrados na presente abordagem tratam a EC para além do aspecto mercadológico, no que tange à cultura e às transformações sociais. Esses tratam as organizações pertencentes à EC como inseridas em um contexto amplo, em uma diversidade de experiências e de práticas que convidam o leitor a refletir acerca da complexidade do fenômeno. O consumo baseado nas relações sociais e nos benefícios percebidos através da EC é tema recorrente na maior parte dos artigos enquadrados nessa categoria. Os trabalhos, em grande parte, partem do pressuposto de que uma sociedade em mudanças necessita de novos meios de consumir e de comercializar produtos e serviços.

Esses 26 artigos representam menos da metade do que foi publicado no que se entende enquanto viés mercadológico (57 artigos) e abordam outra visão acerca da EC, partindo da ótica de uma sociedade em mudança. Os artigos tratam em maior profundidade as experiências compartilhadas, sendo o foco não somente a relação organização-mercado, mas as relações mais profundas entre os pares, que podem ou não estar relacionadas à ideia de mercado em si.

Dentre os estudos que compartilham essa premissa, destaca-se o papel, não das organizações, mas como a sociedade tem lidado com o compartilhamento. Destaca-se o crescente número de experiências que tratam de soluções compartilhadas e não tradicionais de adquirir e de comercializar produtos e serviços. A busca por

produtos e serviços compartilhados é tratada, pela presente abordagem, como uma tentativa de moralizar as relações econômicas. Tal mudança é ocasionada por uma sociedade que, no presente, valoriza a identidade, as relações e a coesão social (CAMILLERI; NEUHOFFER, 2017; GUPTA *et al.*, 2019; LINDBLOM; LINDBLOM, 2017; MOLZ, 2013; PRIPORAS *et al.*, 2017; ROOS; HAHN, 2017).

Nesse sentido, vemos trabalhos como o de Camilleri e Neuhofer (2017), que discute a moralização econômica como uma tentativa de solução das crises do capitalismo moderno. Os autores responsabilizam o capitalismo por gerar não só uma crise financeira, mas também ambiental e social. Uma sociedade que, na visão de Camilleri e Neuhofer (2017), perdeu gradativamente valores como o senso de comunidade e de responsabilidade para com o meio ambiente. Nesse contexto, a EC engloba organizações que buscam a gradativa recuperação desses valores.

Valores esses também discutidos em Molz (2013), que destaca a conexão entre relações e coesão social nas sociedades modernas. Segundo o autor, as crises ocasionaram uma demanda crescente de pessoas que passaram a buscar experiências de consumo em que houvesse benefícios mútuos. A busca por esses benefícios ocorre, principalmente, devido a uma “crise moral”, em que se entende a sociedade como passando por um momento de transformação nas relações econômicas. Busca-se, então, meios mais sustentáveis de se consumir, o que é benéfico para o meio ambiente e, ao mesmo tempo, propicia o consumo através de produtos e serviços mais acessíveis (MOLZ, 2013).

A crise moral em curso, levando aos negócios compartilhados é também discutida por Gupta *et al.* (2019). Os autores atribuem à sociedade como um todo, a responsabilidade pela mudança individual de mentalidade. O estudo foi realizado em oito países e trata sobre os valores culturais envolvidos nos negócios inseridos no contexto da EC. Foi percebido que uma quantidade significativa de pessoas passa a entender a necessidade de se compartilhar produtos e serviços como um valor social, ou seja, realizam atitudes ou utilizam do compartilhamento por uma questão de convenção social. O que também é percebido por Camilleri e Neuhofer (2017), foi que consumidores utilizam dos serviços e dos produtos inseridos no contexto da EC, pois existe em torno disso a responsabilidade de se contribuir para com a sociedade. Responsabilidade essa que, de certa forma, enquanto convenção social, passa a ser

também uma exigência. Os trabalhos discutem as questões em torno das exigências modernas de se “compartilhar” e “proteger o meio ambiente”.

Essa convenção social é percebida de forma mais explícita em Lindblom e Lindblom (2017). Os autores discutem a noção de compartilhamento e de consumo colaborativo, fazendo um comparativo entre pessoas de diferentes idades. Observa-se que quanto mais jovens, maior a preocupação em consumir produtos benéficos ao meio ambiente e que sejam compartilhados, o que segundo esses mesmos jovens, o compartilhamento permite economia de recursos e o alcance de benefícios mútuos. Tal fato ocorre, pois, segundo os autores, porque pessoas jovens nasceram em um contexto de crise, assim as soluções morais já estariam emergindo e fazendo parte de seu cotidiano.

A consciência moral, tal qual percebem Lindblom e Lindblom (2017), e também Molz (2013), pode não ser explícita, mas está na mente das pessoas. Molz (2013) fala sobre uma moralização da economia de forma gradativa e, até mesmo, imperceptível, em que não mais seriam admitidas organizações que não fossem benéficas para o meio ambiente ou que não trouxessem algum tipo de benefício social. Lindblom e Lindblom (2017) posteriormente discute que percebem que cidadãos jovens julgam como necessário o consumo tido como consciente, sem necessariamente entenderem o porquê.

O consumo consciente tem, portanto, duas características principais: são benéficos ao meio ambiente e propiciam algum benefício social para quem participa das transações. Por participar das transações Lindblom e Lindblom (2017) indicam ser as pessoas envolvidas no processo. Quem comercializa obtém benefícios financeiros, quem consome adquire um produto ou serviço mais acessível, e ambos se beneficiam com a troca de experiências, de valores e de construção de laços sociais.

Destaca-se aqui o benefício mútuo gerado, o que é visto no trabalho de Bezerra e Ferreira (2018) como propiciado pelas características específicas dos produtos e dos serviços ligados à EC. Tais produtos e serviços possuem características exclusivas, específicas e ligadas à identidade. Ao consumir, os grupos buscam esses produtos e acabam por formar pequenos grupos. Grupos esses que possuem características identitárias semelhantes. Esses indivíduos semelhantes, dentro de um mesmo

grupo, passam então a se relacionar, acarretando uma coesão social entre pessoas que se identificam através de características identitárias em comum.

Em Molz (2013), vê-se que as práticas relacionadas à EC, quando compartilhados produtos ou serviços, constituem em uma forma de atender a essa nova característica social. Essa relação, por vezes, não ocorre na economia tradicional, que possui uma gama mais ampla de consumidores, com perfis distintos, em que a constituição de grupos e de coesão social fica impossibilitada (MOLZ, 2013).

A economia tradicional acaba por não atender as demandas da nova sociedade, havendo então, uma migração de negócios tradicionais para compartilhados. A mudança das perspectivas sociais é tratada por Karlsson, Kemperman e Dolnicar (2017), por exemplo. Em seu estudo, inserido no contexto do *Airbnb*, os autores percebem que há a criação de laços, através da troca de experiências. Pessoas, ao se hospedarem, criam laços com quem as recebe, e vice-versa. Segundo a pesquisa dos autores, tanto quem recebe quanto quem hospeda percebe um valor para além do financeiro, mas a troca de experiências que criam laços sociais.

O artigo trata do benefício financeiro, para ambos os lados, tanto quem hospeda que recebe uma recompensa financeira, tanto quem é hospedado, que tem um menor custo. Porém, segundo os autores, o benefício social, da troca de experiências, é o elemento de maior destaque no compartilhamento residencial. Para os autores, em um modelo tradicional de hospedagem, não existe a relação entre pares, tal qual no compartilhamento, o que tem levado um significativo número de pessoas a buscar essa nova forma de se hospedar, independente do preço cobrado. Juntamente com os trabalhos de Lindblom e Lindblom (2017), Camilleri e Neuhofer (2017) e Priporas *et al.* (2017), o benefício social alcançado nos serviços de hospedagem compartilhada, bem como a troca de experiências, é identificado como mais valioso em detrimento ao benefício financeiro adquirido.

Essa nova forma de se viver em sociedade, a do compartilhamento, é tratada no trabalho de Laamanen, Wahlen e Lorek (2018) como ocorrendo de forma gradativa, oriunda de suscetíveis crises capitalistas. Os autores pontuam outro aspecto da mudança social e da migração de práticas tradicionais em relação ao compartilhamento, que é a ideia de sustentabilidade, tema do próximo tópico desse trabalho.

3.4.3 Negócios sustentáveis em uma sociedade em mudança

Em Laamanen, Wahlen e Lorek (2018), vemos que novos meios de se consumir e de comercializar vêm, por parte, da consciência adquirida ao longo dos anos de que a produção e o comércio de produtos “descartáveis” não são mais adequados e que isso levaria a um colapso da produção e do próprio planeta. Esse possível colapso tem levado, então, a uma mudança cultural, na busca por meios mais responsáveis de se fazer comércio, com o escopo de se alcançar a sustentabilidade.

A sustentabilidade é tratada em grande parte dos artigos sobre EC, artigos esses enquadrados em outras categorias como, por exemplo, o trabalho de Ribeiro-Soriano e Zeng (2018), que trata sobre esse aspecto. O foco do artigo, porém, é discutir a economia de recursos, a fim de se alcançar o diferencial competitivo e o lucro, sendo assim o artigo foi categorizado como possuindo uma abordagem que enfoca novos modelos de negócios. Esse, dentre outros escritos, aborda o tema, todavia não como discussão principal, mas sim de forma que a sustentabilidade corrobore com outra ideia, como no exemplo citado, o de novo modelo de negócio.

A presente categoria, então, destaca artigos que têm a sustentabilidade como discussão principal dos seus trabalhos, o que representou 11 dos 146 trabalhos analisados. Nessa literatura, a EC é entendida como estabelecendo a comercialização de produtos e de serviços sustentáveis, tornando-se um meio necessário para o alcance do equilíbrio ambiental, social e econômico na sociedade.

Esse meio, para que propicie o equilíbrio, utiliza-se da tecnologia e das redes de conexão entre os pares para a geração de negócios que impactam de forma positiva o meio ambiente, a economia e a sociedade em seu bem-estar, mas ainda sim sendo lucrativa para as organizações (VITH *et al.*, 2019; HARVEY *et al.*, 2019; HAWLITSCHKE; TEUBNER; GIMPEL, 2018; WANG *et al.*, 2018).

Ao abordar a sustentabilidade nos negócios, bem como a própria ideia de sociedade sustentável, é possível identificar nos artigos, duas principais frentes: (1) a da relação de equilíbrio, gerada pelos negócios, em que haja preservação ambiental, benefício econômico e social (LAAMANEN; WAHLEN; LOREK, 2018; LEUNG; XUE; WEN, 2019); e (2) a da diminuição de custos de transação, propiciando que atividades ambiental e socialmente positivas, sejam oferecidas a um preço menor, beneficiando o mercado consumidor (MELO; MACEDO; BAPTISTA, 2019; HU *et al.*,

2019; ZHU; LI; ZHOU, 2017; BECKER-LEIFHOL, 2018; RETAMAL, 2019; FREMSTAD, 2017).

Enquadrado na primeira frente, o trabalho de Leung, Xue e Wen (2019), por exemplo, trata a EC sob a perspectiva dos ecossistemas. Os autores sugerem que organizações e sociedade funcionam através da relação de trocas, em que, de forma constante, essas influenciam e são influenciadas mutuamente. Ou seja, organizações ao mesmo tempo em que influenciam o modo em que a sociedade consome, também se adequam ao que essa demanda.

Leung, Xue e Wen (2019) entendem, então, que em uma sociedade social e ambientalmente devastada, como a nossa, a fim de que o equilíbrio seja reestabelecido, emerge um novo estilo de vida, que preza por modelos de negócios sustentáveis. Por esse tipo de negócio, entende-se como sendo ambientalmente responsável e que seja acessível, por meio de um baixo custo. Uma vez que esse novo estilo de vida se faz presente, as organizações, com o intuito de atendê-lo, sentem a necessidade de se adequar. Os autores defendem a idéia de que os negócios inseridos no escopo da economia do compartilhamento surgem como uma alternativa encontrada pelas organizações para atender a um novo perfil de mercado consumidor.

Estudos como os de Laamanen, Wahlen e Lorek (2018) e Leung, Xue e Wen (2019) tratam a ideia de que esse novo perfil de consumo, pautado na ideia de sustentabilidade, vem ganhado força. Os autores destacam a ideia do equilíbrio dos ecossistemas quando afirmam que esse novo perfil surge a partir da necessidade do alcance do equilíbrio, ou seja, da sustentabilidade. Essa é tão somente alcançada quando benefícios econômicos, sociais e ambientais possuem a mesma força, como nos ecossistemas ambientais (LAAMANEN; WAHLEN; LOREK).

O equilíbrio entre econômico, ambiental e social nos negócios é entendido por Leung, Xue e Wen (2019) como ocorrendo através da troca entre organizações e sociedade. A sociedade demanda por soluções ambiental e socialmente positivas, à medida que as organizações demandam por serem lucrativas. Segundo os autores, o campo da EC tem se destacado em virtude dessa necessidade mútua, em que organizações inseridas no contexto do compartilhamento, utilizam-se de meios diferenciados para serem lucrativas e de forma concomitante oferecerem os benefícios demandados pela sociedade, ou seja, serem sustentáveis.

De forma empírica, a sustentabilidade é discutida por trabalhos, como o de Zhu, Li e Zhou (2017), que abordam o assunto do trânsito chinês e da emissão de gás carbônico, indicando que as atividades de compartilhamento de carros influenciam positivamente na diminuição do lançamento de carbono no ar. A EC é tratada então, como atividade geradora de benefícios para a população no âmbito ambiental, quando diminui a quantidade de carbono lançada no ar e no contexto social quando diminui o trânsito local. Há ainda o benefício para a organização que, ao realizar suas atividades, consegue ser lucrativa.

Para que ela seja lucrativa, é visto na literatura, que foi necessária a inovação desse tipo de negócio, bem como tivesse focado no benefício social. Dessa forma, o compartilhamento propiciou a diminuição dos custos de transação, eliminando o intermediário entre organização e cliente final, possibilitando que o serviço custasse menos, acarretando o oferecimento de um serviço mais barato e ao mesmo tempo lucrativo. Tal diminuição de custos propicia que atividades, ambientalmente e socialmente positivas, sejam oferecidas a um preço menor, conforme é vista na segunda frente de artigos enquadrados na abordagem da sustentabilidade (MELO; MACEDO; BAPTISTA, 2019; HU et al., 2019; ZHU; LI; ZHOU, 2017; BECKER-LEIFHOL, 2018; RETAMAL, 2019; FREMSTAD, 2017; PISCICELLI; LUDDEN; COOPER, 2017; HARTL *et al.*, 2018; WRUK *et al.*, 2019).

Nessa segunda frente, destacam-se trabalhos como o de Fremstad (2017), em que o autor entende que o baixo custo, juntamente com o anseio social por uma sociedade mais sustentável, são os principais elementos que fazem com que a população busque soluções nas iniciativas inseridas no contexto da EC. Esses modelos, por sua vez, utilizam desses elementos como instrumentos de diferenciação e alcance do diferencial competitivo e do lucro. Ou seja, o campo da EC trata então, de modelos inovadores de negócios, mas que tenham como foco a diminuição dos malefícios para o meio ambiente e para sociedade e ao mesmo tempo são lucrativos (PISCICELLI; LUDDEN; COOPER, 2017; HARTL *et al.*, 2018; WRUK *et al.*, 2019).

Para que possam ser lucrativos, Hartl *et al.*, 2018, por exemplo, tratam a questão da inovação social. Para os autores, uma organização somente consegue gerar benefícios sociais e ambientais a um baixo custo e mesmo assim ser lucrativa, através da inovação, e que essa tenha como cerne da questão atender demandas

sociais. Organizações utilizam a diminuição dos custos de transação para oferecerem um serviço mais acessível e ainda sim serem lucrativas.

No mesmo caminho do trabalho de Hartl *et al.* (2018), em Piscicelli, Ludden e Cooper (2017) vemos que as plataformas digitais têm propiciado o alcance da sustentabilidade. Isso significa dizer que se não fosse por elas, organizações não conseguiriam ser lucrativas ao oferecerem soluções ambiental e socialmente responsáveis, não alcançando o equilíbrio e, por consequência, a sustentabilidade.

De forma geral, os trabalhos enquadrados na presente categoria possuem uma abordagem de análise referente à sustentabilidade sendo que essa é proporcionada pela inovação. A respeito da inovação, um tema que tem sido recorrente nos estudos sobre EC, diz respeito aos aspectos regulatórios e à sua relação com os negócios inovadores. Tais aspectos são entendidos por um grupo de autores como benéficos e necessários para que organizações possam inovar. Porém, há ainda outro grupo que entende a regulamentação faltante como beneficiando um tipo de negócio não sustentável, mas que o lado econômico possui maior peso do que o ambiental e social. A seguir, trazemos esse debate, na forma como foi abordada nos artigos pesquisados.

3.4.4 Aspectos regulatórios

A presente categoria analisa os artigos que têm como foco discutir como a legislação tem lidado com as novas formas de negócios, como ela se aplica e como é regulada.

A presente categoria engloba três principais abordagens, sendo:

(1) artigos que tratam a legislação diferenciada como um aspecto positivo. Eles entendem que a legislação aplicada para os negócios inseridos no contexto da EC propicia o oferecimento de produtos e de serviços a um menor custo. Tal característica torna esse tipo de negócio como inovador (HONG; LEE, 2018; GRIMMER; VOROBOVAS-PINTA; MASSEY, 2019; WILLIAMS; HORODNIC, 2017; WATANABE *et al.*, 2017; KATHAN; MATZLER; VEIDER, 2016; WILLIAMS; HORODNIC, 2017; GRIMMER; VOROBOVAS-PINTA; MASSEY, 2019);

(2) artigos que possuem uma abordagem crítica a respeito da legislação. Nesse grupo, entende-se a necessidade de uma legislação diferenciada, porém o que se percebe na prática é a falta da mesma. Assim sendo, há prejuízos para parcela

dapopulação, principalmente, no que tange aos colaboradores e à falta de segurança trabalhista, que não é uma garantia legal, como em negócios tradicionais (YUANA *et al.*, 2019); MÜLLER; WELPE, 2018; QUERBES, 2017; BRANCO; NUNES, 2018).

No primeiro grupo, os artigos discutem os aspectos regulatórios, principalmente de forma descritiva, como no trabalho de Watanabe *et al.* (2017), que trata a organização *Uber*, no sentido de discorrer sobre qual a legislação envolvida e como ocorre o desenvolvimento da plataforma. Watanabe *et al.* (2017) destacam o sucesso da empresa como propiciado pelos baixos preços de transporte oferecidos. Esses baixos preços não são executados por companhias de transporte tradicional, como *táxis*, pois essas são taxadas de forma diferenciada da *Uber*, que está isenta de uma série de impostos. A isenção de impostos, pela pesquisa de Watanabe *et al.* (2017), se dava, até o momento da publicação, pelo entendimento de que organizações como a *Uber* atuam como intermediárias para que particulares coloquem à disposição um bem privado para complementar a renda.

Por serem consideradas intermediárias, impostos relativos à execução da atividade, bem como normas e procedimentos exigidos pela legislação trabalhista para o funcionamento de atividades tradicionais não se aplicavam. Por não se aplicarem as regras válidas para o mercado tradicional, particulares conseguiam disponibilizar seus bens, de forma lucrativa e a um custo mais baixo. Tal como a *Uber*, Williams e Horodnic (2017) indicam outro exemplo de organização que seguia o mesmo caminho no que tange à legislação, só que dessa vez no setor de hospedagem, o *Airbnb*.

Williams e Horodnic (2017) descrevem o *Airbnb* como organização que atua como intermediária no setor de hospedagem. Para os autores, isso significa que ela não oferece um serviço final, como os hotéis. A organização tem a função de conectar indivíduos, tanto quem busca quanto quem oferece o serviço. A posição de intermediária faz com que a mesma não esteja submetida a mesma legislação aplicada a organizações tradicionais, o que propicia a inovação no mercado. Tal posicionamento, porém, é questionável.

Esse questionamento é levantado pelos artigos inseridos no segundo grupo, aqueles que possuem uma abordagem crítica. Em Williams e Horodnic (2017), por exemplo, é debatido sobre o posicionamento de organizações como o *Airbnb*. Em diversos

países como França, Portugal, Grécia, dentre outros, houve o questionamento sobre o funcionamento desse tipo de organização. Em Williams e Horodnic (2017) vemos que o que ocorria não era uma legislação diferenciada, mas sim a falta dela, permitindo a oferta a um menor custo, no entanto ocasionava problemas como a falta de segurança para o trabalhador e para o cliente, a falta de privacidade em relação aos dados, bem como prejudicava outras organizações do setor tradicional que não estavam aptas a competir com os preços.

O debate sobre a legislação e a regulamentação de atividades inseridas no contexto da EC fez com que em muitos locais, tais atividades fossem proibidas, como vemos no trabalho de Grimmer, Vorobjovas-Pinta e Massey (2019), que descrevem a proibição do *Airbnb* na Austrália. Os autores descrevem que depois de implantado o *Airbnb*, organizações do setor tradicional entraram com uma petição junto aos governantes locais para que fosse proibido esse tipo de atividade, alegando a competição injusta devido à falta de impostos cobrados e uma possível falta de segurança na execução da atividade. Inicialmente acatada, mas após recorrer na justiça, o *Airbnb* teve novamente seu direito de funcionar no país, e sem a mesma taxaçoão dos hotéis ou de outras organizações tradicionais de hospedagem.

O fato de ganhar as disputas judiciais, garantindo seu direito de atuar, é entendido por Grimmer, Vorobjovas-Pinta e Massey (2019) como o Estado atestando que organizações como o *Airbnb*, bem como outras inseridas no contexto da EC, constituem uma novidade na forma de se comercializar produtos e serviços.

Esse direito de atuação, decorrente de uma legislação diferenciada e da isençoão de impostos é questionado por autores como Yuana *et al.* (2019). Eles atribuem à legislação a responsabilidade de se adaptar a sociedade. Os autores reconhecem a inovação gerada pelas organizações inseridas no contexto da EC e reconhecem também a impossibilidade de se aplicar a mesma legislação que regula atividades tradicionais.

Yuana *et al.* (2019) pontuam, entretanto, que da forma como a legislação está sendo aplicada, há prejuízos para os colaboradores e para a sociedade em geral. Para os autores, a legislação deve ser repensada, a fim de regulamentar as atividades inseridas no campo da EC sem gerar prejuízos aos envolvidos. Os autores afirmam que tais atividades, se tratadas de forma correta pelo Estado, têm potencial de transformação social e de melhoria da qualidade de vida da população. O que se

visualiza no momento, porém, é uma deficiência ou até mesmo falta da legislação. O que propicia que muitas organizações se beneficiem desse aspecto, sem necessariamente trazer um impacto positivo no que tange à inovação e ao desenvolvimento social.

Quando surgem organizações como as de transporte compartilhados, por exemplo, essas, por utilizarem de mão de obra privada, se eximem de uma série de obrigações legais. No contexto brasileiro, Branco e Nunes (2018) indicam que o pagamento de taxa para exercer a atividade, a regulamentação do taxímetro (taxa exigida a taxistas), custo com cursos obrigatórios, diárias de autônomo são gastos que as organizações inseridas no contexto da EC são eximidas.

Ao eximir esse tipo de organização dos custos e exigências regulatórias, organizações estão habilitadas a oferecer um serviço a preços mais acessíveis. Branco e Nunes (2018) reconhecem que, ao oferecerem esses serviços, benefícios são encontrados, como: diminuição da quantidade de carros nas ruas, contribuindo para a diminuição da emissão de gases poluentes; melhoria do trânsito, o que contribui para a melhoria da qualidade de vida; criação de empregos, para que pessoas possam ter uma renda extra, utilizando o próprio carro, sem empecilhos legais. Por outro lado, percebe-se um impacto negativo para com os colaboradores que têm direitos trabalhistas e garantias negados.

O que seria algo que beneficiaria a população passa, portanto, a ser prejudicial para uma parcela dessa que, nesse caso, seriam os colaboradores da organização. Esses, por precisarem do trabalho, acabam por aceitar condições de subemprego, como a falta de garantias trabalhistas e segurança no trabalho (BRANCO; NUNES, 2018).

Da mesma forma que Branco e Nunes (2018), Grimmer, Vorobjovas-Pinta e Massey (2019) indicam benefícios advindos desse novo tipo de atividade, que é somente para parcela da população, o que não inclui os próprios colaboradores das organizações. Müller e Welpé (2018) e Querbes (2017) afirmam ainda que não beneficiar os colaboradores implica em malefícios para a sociedade em geral. Tal argumento se baseia no entendimento dos autores de que os colaboradores fazem parte da sociedade. Por não terem seus direitos trabalhistas legalmente garantidos, um impacto negativo é gerado para o todo. Sendo então os benefícios gerados por tais atividades exclusivas para as organizações que são cada vez mais lucrativas.

Segundo os autores, a ausência de regulamentação propicia que organizações imponham seus serviços e operações, independente do impacto social que causam aos trabalhadores. Alguns desses impactos são: a não geração de empregos e de renda advinda do recolhimento de impostos, diferentes condições de trabalho, quebra de segurança e de proteção para todos os usuários dos serviços de compartilhamento (MULLER; WELPE, 2018). Vê-se nos trabalhos um destaque para o impacto gerado em relação ao trabalho. Devido à importância desse elemento, observada nas discussões sobre EC, o mesmo constitui também uma abordagem de pesquisa, discutida a seguir.

3.4.5 A forma de conceber o trabalho em um novo formato de negócios.

Na presente abordagem, destacam-se os artigos que trazem como tema principal as relações de trabalho dentro da EC. Nesse escopo, são visualizadas duas principais frentes, sendo:

- (1) artigos que destacam as novas relações de trabalho como propiciando que pessoas ofereçam produtos ou serviços de forma empreendedora, estabelecendo estratégias que vão delinear o futuro econômico de cada indivíduo (MANTYMAKI; BAIYER; ISLAM, 2019; MÉNASCÉ; VINCENT; MOREAU, 2017);
- (2) artigos que criticam os novos formatos de trabalho, em que os colaboradores utilizam os próprios recursos para oferecer um produto ou serviço, sem dispor de garantias trabalhistas ou ainda segurança no trabalho. Tal forma leva ainda à precarização do trabalho como um todo (AHSAN, 2018; CHAI; SCULLY, 2019; CHRISTIE; WARD, 2019; FLEMING, 2017; FRANCO; FERRAZ, 2018; GRIFFITH; ESCH; TRITTENBACH, 2018).

Sobre os artigos enquadrados na primeira frente, vemos o trabalho de Mantymaki, Baiyer e Islam (2019), por exemplo, que entende que a EC como um formato de negócio pertencente a um contexto de modificação das relações de trabalho. Essas novas formas tratam de um novo perfil de trabalhador, o trabalhador parceiro, em um contexto de flexibilização. Os autores discutem a definição de trabalhador parceiro, baseando-se em uma pesquisa realizada com motoristas de um aplicativo de transportes.

Esse perfil de trabalhador, segundo o estudo realizado, valoriza a independência, os horários flexíveis e a autonomia propiciada pela ausência de um “chefe”. O estudo de Mantymaki, Baiyer e Islam (2019) indica ainda, que motoristas de aplicativos se sentem menos estressados, após começarem a trabalhar dessa forma, do que quando trabalhavam em organizações tradicionais. A diminuição do estresse, segundo os autores, é oriunda da sensação de independência, de poder fazer seu próprio horário, bem como não precisar reportar sobre o trabalho a superiores.

Em Mantymaki, Baiyer e Islam (2019), vemos as relações de trabalho dentro da EC sendo tratadas como uma evolução natural nos negócios. As características de empreendedorismo e inovação presentes na EC refletem também nas relações de trabalho. Colaboradores, nesse contexto, são considerados empreendedores individuais em um ambiente de inovação. Empreendedores por serem entendidos como indivíduos que utilizam de um objeto ocioso, como o carro ou parte da casa, para exercer uma atividade remunerada (MANTYMAKI; BAIYER; ISLAM, 2019).

O entendimento de colaboradores no contexto da EC como empreendedores individuais é, frequentemente, questionado, o que é visto nos artigos enquadrados na segunda frente. Nessa frente, observa-se uma diversidade de trabalhos em que há o entendimento de que a utilização de um bem próprio não é uma forma de geração de renda extra, mas sim de sobrevivência (CHAI; SCULLY, 2019; FLEMING, 2017; FRANCO; FERRAZ, 2018; GRIFFITH; ESCH; TRITTENBACH, 2018). A diferença desse conjunto de trabalhos para os anteriormente discutidos é que esses autores não consideram os colaboradores inseridos no contexto da EC como empreendedores, uma vez que, ao necessitarem do trabalho, ficam reféns das grandes organizações. Isso denota que a flexibilização do trabalho, ocorrida na EC, não traz independência, mas propicia maior controle e exploração por parte das grandes organizações.

As organizações veem a possibilidade de controlar e explorar a mão de obra sobre o pretexto do slogan do maior lucro, sem oferecer garantias trabalhistas e segurança para os trabalhadores. Fleming (2017) e Franco e Ferraz (2018) destacam que tal slogan é pautado no fato de que, nesse tipo de negócio, cada colaborador controla o volume e a forma de trabalho, tendo, a princípio, controle sobre o percentual de lucro, ou seja, quanto mais se trabalha, maior o lucro.

O lucro ampliado, no entendo, acaba por não ocorrer na prática. Como os trabalhadores devem custear as próprias despesas, incluindo seguros, taxas de manutenção, bem como tudo o que engloba o funcionamento de seu negócio, na maior parte dos casos, o lucro acaba por não cobrir de forma significativa o investimento implementado (FLEMING, 2017; FRANCO; FERRAZ, 2018). Fleming (2017) afirma ainda que a flexibilização, além de não propiciar o lucro prometido, implica em outro fator para os colaboradores, que é a falta de segurança ao exercer certos tipos de atividades.

Sobre o assunto, Christie e Ward (2019) realizaram uma pesquisa com motoristas e gerentes de uma organização de compartilhamento de carros. A pesquisa indicou que a maior parte dos colaboradores não se sentem seguros e nem protegidos pela empresa a qual prestam serviço. Foi identificado ainda, que o trabalho constantemente levava os colaboradores a sofrer danos por fadiga ou pressão para violar regras de trânsito. Os colaboradores, segundo a pesquisa, não sentiam que recebiam apoio da organização em caso de necessidade, porém precisavam se encaixar nas normas para continuarem a realizar o trabalho, do qual necessitavam para sobreviver (CHRISTIE; WARD, 2019).

Tal situação, a da falta de garantias trabalhistas e segurança, a princípio, poderiam gerar impactos negativos de imagem perante a sociedade, o que levaria as organizações a repensarem a postura em relação aos colaboradores, o que se provou falso no estudo de Griffith, Esch e Trittenbach (2018). O estudo foi executado em um contexto de desacreditação da marca *Uber*, em que a empresa perdia inúmeros executivos, inclusive o CEO. Segundo os autores, o intuito da realização da pesquisa foram as constantes alegações de assédio e de discriminação por parte da organização.

A fim de verificar se isso realmente ocorria, Griffith, Esch e Trittenbach (2018) realizaram uma pesquisa de percepção com os consumidores, para identificar se acusações de assédio, bem como a de falta de segurança para colaboradores impactava negativamente na imagem da empresa. O resultado da pesquisa indicou que, de forma geral, os consumidores não se sentem confortáveis com tais acusações para com a empresa. Em virtude, porém, dos baixos preços executados, em comparação com outras organizações, o serviço ainda é preferível. Ou seja, o

aspecto financeiro é entendido como primordial nesse tipo de negócio, em detrimento da imagem negativa da organização.

A supremacia do aspecto financeiro é abordada também por Franco e Ferraz (2018) que tratam as relações de trabalho na EC como uma forma mais avançada de capitalismo. Nessa forma, o contexto de mudanças socioculturais da produção e do consumo proporciona o desenvolvimento de uma nova força produtiva neoliberal. Os autores chamam essa nova força de *uberização* do trabalho, termo derivado da forma como a organização *Uber* se relaciona com sua força de trabalho. “A *uberização* do trabalho representa um modo de acumulação capitalista, ao produzir uma nova forma de mediação da subsunção do trabalhador, o qual assume a responsabilidade pelos principais meios de produção da atividade produtiva”. FRANCO; FERRAZ, 2018, p. 845).

Franco e Ferraz (2018) tratam sobre a EC e essa é, frequentemente, relacionada às formas inovadoras de gestão, como a evolução do capitalismo. Segundo os autores, ao mesmo tempo em que intensificam os lucros, precarizam as formas de trabalho. Essa precarização, segundo Ahsan (2020), pode ser explicada através da teoria dos stakeholders e do equilíbrio organizacional.

O estudo de Ahsan (2020), levando em consideração a *Uber*, entende que organizações inseridas no contexto da EC atuam, no presente contexto sociocultural, de forma inovadora, levando soluções sustentáveis e a um menor custo para os clientes. No meio de produção capitalista para que os lucros organizacionais se mantenham em constante crescimento, é necessário que uma das partes, ou um dos stakeholders ceda. Ahsan (2020) indica que, para que sejam possíveis a geração das soluções sustentáveis e a baixo custo, o stakeholder representado pelos trabalhadores cede. O que o autor se refere ao ceder diz respeito ao trabalho realizado com bens próprios e de forma precária.

Em um contexto capitalista, Franco e Ferraz (2018) não veem como possibilidade a geração de benefícios para a comunidade se isso de alguma forma diminuir o lucro das organizações. Tal fato pode ser associado ao trabalho de Ahsan (2020), em que, os colaboradores, como elo mais frágil, de certa forma, arcam com o custo das soluções sustentáveis. Segundo Franco e Ferraz (2018), os próprios colaboradores, muitas vezes, não se veem em tal situação. Tal fato ocorre, pois, segundo os autores, muitas das organizações inseridas no contexto da EC, como a *Uber*,

ganham força em um contexto de desemprego. Em tal contexto, indivíduos, por necessidade, acabam por se submeter a formas de trabalho, mesmo que precárias, para subsidiarem condições básicas de sobrevivência.

4. A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO: UM NOVO PARADIGMA OU UM NOVO CICLO CAPITALISTA?

As categorias anteriormente discutidas demonstram, no contexto dessa tese, artigos que destacam o campo da EC como formado por propostas de negócios que: têm modificado as relações comerciais, em que a posse cede lugar ao acesso; em que há a exaltação de aspectos relativos à comunidade, como identidade e coesão social; em que há foco na sustentabilidade, em que negócios são lucrativos ao mesmo tempo que podem ser social e ambientalmente responsáveis. Destaca-se ainda, nas abordagens, a questão trabalhista e a modificação das relações de trabalho, com destaque para a precarização, que propicia a alta taxa de lucro das organizações. Outro destaque é a questão da regulamentação que, em virtude da novidade do campo, encontra-se em território cinzento.

Uma vez discutidas as abordagens de pesquisa em que a EC vem sendo publicada, as sessões posteriores focam no que se entende sobre a modernidade e as relações capitalistas e como essas se relacionam com a EC. Tal entendimento se faz relevante no intuito de enquadrar a EC socialmente enquanto paradigma ou novo ciclo.

Nesse contexto, é visualizado que cada vez menos o campo vem sendo abordado utopicamente. O movimento parte da ideia de uma utopia social e Rifkin (2014) descreve uma sociedade na qual o compartilhamento de bens e de serviços propiciariam a redistribuição de produtos e serviços de forma igualitária. Para tanto, não se ancorava em metodologias específicas nem em exemplos práticos. Ao longo dos anos, esse tipo de publicação cede espaço para artigos que abordam o campo enquanto propostas inovadoras de negócios. Negócios esses, porém, que poderiam ou não estar relacionadas a uma mudança de perspectiva social, para uma sociedade não mais capitalista.

A seguir, a presente tese resgata a ideia de como o conceito de paradigma foi estabelecido nas ciências sociais e como esse entendimento evoluiu no decorrer do

tempo. No que tange à essa evolução, destaca-se o conceito de paradigma societal de Sousa Santos (1999). A partir do entendimento do paradigma societal, busca-se compreender como o capitalismo se estabelece enquanto paradigma moderno e como se relaciona com a EC.

4.1 PARADIGMAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E O PARADIGMA SOCIETAL

Para estabelecer uma compreensão acerca das características da EC, em relação ao paradigma moderno capitalista, recorreremos a Sousa Santos (1999) e à definição de paradigma societal. Para o autor, paradigmas são padrões a serem seguidos, ou seja, são pressupostos, ou ainda teorias de conhecimento que permeiam determinado campo. A princípio, a única forma de se identificar novos paradigmas seria através da ciência e dos paradigmas científicos.

Sousa Santos (1999), porém, ao tratar os fenômenos sociais, indica que seja necessário englobar percepções advindas da sociedade e não somente da ciência, o que é denominado paradigma societal. Esse, segundo Sousa Santos (1999), visa à identificação de movimentos e de experiências econômicas e sociais e, a partir daí identifica padrões e similaridades que constituem o paradigma. Portanto, o paradigma societal é observado a partir da ótica da própria sociedade e não somente da ciência em si.

A compreensão sobre o paradigma societal, se da, primeiramente, se retornamos aos paradigmas científicos. Para tanto é necessário o entendimento de qual era o objetivo da ciência dos séculos XVII e XVIII. Essa buscava, em seu método, a concepção da institucionalização experimental, o que quer dizer que seu método era a observação e a quantificação dos fenômenos. Em Garcia e Bronzo (2000), vê-se que a ciência dos séculos XVII e XVIII prezava pela descrição e pelo estabelecimento de relações entre os fenômenos, que deveriam ser matematicamente observados e comprovados. Mesmo nas ciências sociais, o método utilizado era o empirismo lógico, que buscava deduzir leis que guiassem o desenvolvimento da sociedade, baseados nas leis naturais e matemáticas.

Tenório, Pereira e Cançado (2015) destacam que a ciência, inicialmente marcada pela lógica positivista de August Comte e René Descartes, passa, ao longo dos anos, por uma evolução, englobando elementos para além do lógico e matemático,

como a cultura, simbolismo, dentre outros. Na medida em que a sociedade evolui, a definição de ciência também, englobando a cada dia novos elementos, métodos e até mesmo se discutindo e refletindo a própria noção do que se considera ciência.

Nessa evolução, em meados dos anos 1960 e anos 1970, destacam-se os trabalhos de Thomas Kuhn. Em um cenário positivista, Kuhn tece uma crítica ao apego exagerado do pensamento exclusivamente lógico e matemático (KUHN, 2001). As ideias vistas em Kuhn (2001) relativizavam o conhecimento científico em termos de se entender os fenômenos sociais como sendo compostos também por elementos descritos pela sociologia e história e não apenas pelas leis naturais.

Kuhn (2001) sinaliza para a importância da análise empírico-analista nas ciências sociais em que, no empirismo analítico, fenômenos lógicos só poderiam ser considerados científicos se fossem observados em alguma situação real. Garcia e Bronzo (2000) citam o exemplo taylorista como experimento empírico-analítico. A lógica dos tempos e movimentos somente pôde ser admitida enquanto científica quando foi aplicada, de forma bem-sucedida nas linhas de produção das fábricas.

Ainda sobre o empirismo analítico, para Kuhn (2001), os fenômenos sociais são lógicos e entendidos em uma realidade, porém, dá-se destaque ao fato de que o autor considera que objetos eram entendidos por sujeitos. Ou seja, sobre um mesmo objeto, haveria mais de um tipo de entendimento. A possibilidade de haver múltiplos entendimentos, segundo Garcia e Bronzo (2000), foi uma das maiores contribuições de Kuhn para as ciências sociais. Essa contribuição ampliou o debate sobre ciência e paradigmas epistemológicos, admitindo a existência de inúmeros paradigmas que coexistem.

Ao admitir a existência de múltiplas perspectivas sobre um mesmo objeto, Kuhn (2001) entende os paradigmas atuando não sobre o objeto, mas sim sobre os cientistas que analisavam esse objeto. Cientistas têm visões diferentes sobre um mesmo objeto e aqueles que compartilhavam de visão semelhante se unem em grupos e esses grupos de análise são denominados de paradigmas.

Ao admitir a existência de múltiplas visões, Kuhn (2001) vai de encontro à visão utilizada até então nas ciências sociais. A crítica de Kuhn (2001) se referia ao fato da ciência, através da lógica e da matemática, buscar o entendimento de um objeto de forma única e absoluta, o dito entendimento natural sobre o objeto.

Os paradigmas seriam então, para Kuhn (2001), um conjunto de suposições, crenças e perspectivas compartilhadas por um grupo científico, que descreviam um objeto. Em outras palavras, existia uma realidade objetiva que era interpretada de forma diferente pelos grupos científicos. Kuhn (2001) admitia a existência de grupos diversos, contudo salienta para a ideia de visão dominante, ou seja, aquela que era legitimada pelo grupo dominante.

A visão dominante era chamada por Kuhn (2001) de ciência normal, que era a forma como os cientistas pertencentes ao grupo dominante utilizavam as teorias, experiências e métodos na interpretação dos objetos. As demais visões, vindas de outros grupos, eram denominadas anomalias. A noção de Kuhn (2001) sobre anomalia científica era de que essas eram as visões dos outros grupos, que não se enquadravam na dominante. Tais grupos continuavam a existir, no entanto, seus métodos e suas teorias eram desconsiderados, ficando à margem do que se considerava ciência.

Kuhn (2001) salienta que, por vezes, a teoria tradicional se deparava com questões sem solução, provocando assim uma crise paradigmática na ciência. Uma vez que a ciência normal em curso não conseguia estabelecer respostas objetivas para os problemas, os cientistas buscam soluções em fontes alternativas, nas anomalias e dos grupos não dominantes.

Para Kuhn (2001), esse processo de não resposta e busca por fontes alternativas eram naturais e importantes para a evolução da ciência, em que a mesma se dá a partir da anomalia. As anomalias são entendidas como parte do processo, sendo que os paradigmas dominantes emergem a partir dessas. Quando as “anomalias” ganham força e destaque suficiente a ponto de substituírem a ciência normal em curso, formam um novo paradigma (KUHN, 2001).

Kuhn (2001) entende os paradigmas científicos como desenvolvidos em fases, sendo essas: (1) se estabelece um paradigma dominante, que é a ciência normal; (2) a ciência normal se depara com problemas sem solução; (3) busca-se solução nas fontes alternativas do conhecimento, as chamadas anomalias e (4) as anomalias ganham força suficiente para substituírem o paradigma existente, tornando-se, assim, a nova ciência normal.

Kuhn é considerado o propulsor do que se chama de paradigma nas ciências sociais (SOUSA SANTOS, 1988). Garcia e Bronzo (2000) indicam que o trabalho de Kuhn

eleva o nível do debate positivista proposto por August Conte e René Descartes. Em Kuhn (2001) são vistos novos elementos, como a admissão dos múltiplos paradigmas e diferentes perspectivas sobre um mesmo objeto. Esses elementos fazem, segundo Garcia e Bronzo (2000), que a sociedade seja entendida sob uma nova lógica, para além do que é possível analisar utilizando-se unicamente dos métodos das ciências naturais.

A visão *kuhniana* é utilizada como base de diversos estudos a respeito de paradigmas nas ciências sociais. Sousa Santos (1989), por exemplo, parte de Kuhn para criar sua própria definição de paradigma. Para Sousa Santos (1989), a visão *kuhniana* é um marco, tendo a maior parte das abordagens paradigmáticas, nas ciências sociais, partido dela. Utilizando-a como ponto de partida, Sousa Santos (1989), destaca o aspecto estritamente positivista de *kuhn*, o que abre espaço para trabalhos que contemplem a subjetividade, a importância da comunidade e do senso comum na definição do que é científico.

Trabalhos esses como o do próprio Sousa Santos (1989), que em sua obra: *Introdução a uma ciência pós-moderna*, propõe uma nova abordagem nas análises sobre paradigmas. O autor considera, por exemplo, que a mudança paradigmática é responsabilidade não somente da comunidade científica, mas da sociedade como um todo. Na definição de paradigmas, Sousa Santos (1989) destaca a importância de se investigar as percepções da sociedade em geral, inseridas em um contexto histórico e sociopsicológico. O autor considera fundamental o entendimento para além do que é definido por uma comunidade científica, mas também o que é entendido pela sociedade em geral.

Ao falar sobre o papel da sociedade e da ciência em uma mudança paradigmática, Sousa Santos (1999) destaca a importância do senso comum na construção da ciência. Para o autor, a ciência é aquilo que coloca à prova as opiniões e o senso comum. O senso comum é a busca por estabelecer uma consciência, é um pensamento conservador, fixista e não possui comprovação lógica. O desafio científico se dá no sentido de romper com o senso comum, presente tanto nas ciências naturais quanto sociais. Para Bauman e May (2010), o que difere as duas é o fato de o cientista social estar mais propício a opiniões e consensos de senso comum do que os cientistas das ciências naturais.

De acordo com Bauman e May (2010), as práticas relativas às ciências naturais se diferem das sociais em sua relação para com o senso comum. “Os assuntos com os quais eles lidam não se voltam para as experiências cotidianas nem passam pela mente de homens e mulheres comuns” (BAUMAN; MAY, 2010. p. 14). Já para as ciências sociais, o autor indica que a observação da sociedade, das visões individuais e as percepções das pessoas “comuns” estabelecem questões importantes para a orientação da ciência.

Após a percepção do senso comum, esse é posto à prova, levando a um processo de ruptura. O abandono do senso comum se dá através de uma observação científica contra um objeto ou determinado conhecimento anterior. Sousa Santos (1989) e também Bauman (2010) indicam a existência de um embate entre ciência e senso comum. É importante salientar que ambos os autores destacam o papel do senso comum, considerando-o como fundamental na construção do que é científico. O senso comum é entendido como um ponto inicial na definição do que é ciência e essa é estabelecida a partir dele.

Bauman e May (2010) apontam para a importância de se compreender os limites do que é ciência e do que é senso comum. Segundo os autores, nas ciências sociais há um ponto de interseção entre eles, sendo a função do pesquisador ultrapassar essa interseção. Tal interseção é representada, na visão de Sousa Santos (1988), pelas ações do cotidiano, que a fim de ser ultrapassada, devem ser compreendidas. Em sua obra, *Pelas mãos de Alice*, Sousa Santos, na tentativa de compreender o cotidiano extrapola a noção de paradigma científico (SOUSA SANTOS, 1999). Agora, o cotidiano assume um novo papel, o de paradigma societal. Em Sousa Santos (1999) vemos a importância dos paradigmas sociais, a fim de serem utilizados para o estabelecimento de paradigmas científicos.

4.1.1 O Paradigma Societal e a mudança paradigmática

Em Sousa Santos (1999) paradigmas sociais significam o entendimento da sociedade em seus aspectos cotidianos. Esses representam uma nova forma de se fazer ciência, a partir da perspectiva da sociedade em suas relações econômicas, sociais e culturais. Sousa Santos (1999) e Bauman e May (2010) apontam para a ciência social contemporânea como baseada no cotidiano. Bauman (1998; 2007)

indica como a ciência tem buscado respostas levando em consideração as relações humanas. Segundo o autor, nas ciências sociais, atualmente, tem ganhado espaço e análises cada vez mais subjetivas e que buscam entender o humano em sua essência.

Em Sousa Santos (1999) vemos que os paradigmas societais tratam as experiências na tentativa de compreender o cotidiano. Tal valorização torna-se fundamental a partir da compreensão do autor de que o saber científico é incompleto. Sousa Santos (1999) fala ainda sobre os diferentes saberes, em que, para se compreender os paradigmas, não se deve levar em consideração somente uma perspectiva, mas o conjunto dessas. Ou seja, as ciências sociais, para que estabeleça paradigmas deve, além de considerar a ciência, buscar também a compreensão dos aspectos do cotidiano e do senso comum. Conforme vemos na passagem a seguir:

A experiência social em todo mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição social científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante. Esta riqueza social está a ser desperdiçada e é deste desperdício que se nutrem as idéias que proclamam que não há alternativa, que a história chegou ao fim e outras semelhantes. Para combater o desperdício da experiência, para tornar visíveis as iniciativas e os movimentos alternativos e para lhes dar credibilidade, de pouco serve recorrer à ciência social tal como a conhecemos. No fim das contas, essa ciência é responsável por esconder ou desacreditar as alternativas (SANTOS, 2004, p. 778).

Sob essa perspectiva, Sousa Santos (1989) afirma que a ciência passa por um momento de transição, entre o que o autor chama de – entre a ciência moderna e pós-moderna – o que, porém, deveria ser completado por uma reflexão sobre os paradigmas societais. Sousa Santos (1999) indica a modernidade enquanto representação do paradigma societal atual, no que tange às relações humanas e às sociais. A sociedade, entretanto, poderia estar passando por um momento de transição entre o que é moderno para um paradigma futuro, a ser investigado. Segundo Bauman (1998), as mudanças de comportamento, economia e sociedade percebidas no cotidiano indicam que o paradigma moderno está em declínio, e que esse declínio levaria a sociedade para um novo caminho, até então incerto.

As mudanças de comportamento descritas por Bauman (1998) somente levariam a um novo paradigma societal se apresentassem elementos com potencial transformador suficiente para levar a sociedade para além do paradigma moderno. Sendo o capitalismo, base do paradigma moderno, um novo paradigma implicaria no

abandono desse, sendo suas relações substituídas por outros tipos de relações políticas, econômicas e sociais.

Mudanças essas que são discutidas sob uma série de diferentes perspectivas. Uma delas é a EC, que emerge enquanto um novo fenômeno. Estando em fase de emergência, transita entre descrição e explicação, entre senso comum e campo científico (ACQUIER; DAUDIGEOS; PINKSE, 2017; NETTER; PEDERSEN; LÜDEKE-FREUND, 2019). Ou seja, enquanto descrição há uma série de estudos que tratam de organizações e exemplos empíricos, indo por caminhos distintos. Como exemplo desses caminhos, vemos abordagem dos tipos: teorias de empreendedorismo e inovação (BLAL; SINGAL; TEMPLIN, 2018); teorias de abordagem de consumo (HUARNG, 2018); teorias de consumo e identidade (CAMILLERI; NEUHOFER, 2017); tecnologia e sustentabilidade (WANG *et al.*, 2018), dentre outros. Não há ainda, quando se trata do campo, nem teorias nem modelos conceituais próprios da EC, conforme se verificou na RSL.

Na falta de modelos conceituais, é observada uma diversidade de abordagens, bem como na própria indefinição do termo. Por vezes, considera-se o campo, enquanto organizações que têm como foco o alcance do benefício social (BELK, 2014). Por outras, o foco se dá em organizações que possuem atividades envolvendo trocas do tipo P2P, que não possuem o foco no benefício social, mas sim no alcance do diferencial competitivo e do lucro (BOTSMAN; ROGERS, 2011).

Dessa forma, a EC, enquanto campo de estudos é entendida, em um momento inicial, como o compartilhamento de bens e serviços entre grupos de indivíduos. Experiências essas, tais como o *couchsurfing* (MOLZ, 2013); compartilhamento de alimentos (ASIAN; HAFEZALKOTOB; JOHNC, 2019); *bike-sharing* (RONG; XIAO; WANG, 2019), dentre inúmeras outras que tem como foco o desenvolvimento social dos grupos nos quais elas são realizadas. Tais características passam, com o evento da globalização, a adentrar um número maior de negócios (SCHOR, 2014; BOTSMAN; ROGERS, 2011; TAPSCOTT; WILLIAMS, 2006).

Na presente pesquisa, foram identificados uma quantidade significativa de estudos que indicam para uma mudança social em curso, o da reorientação de negócios da posse para o acesso (CAMILLERI; NEUHOFER, 2017; GUPTA *et al.*, 2019; LINDBLOM; LINDBLOM, 2017; MOLZ, 2013; PRIPORAS *et al.*, 2017; ROOS; HAHN, 2017). Identificaram-se também o destaque de novos elementos no mercado, como

a percepção de sustentabilidade, que passa a ser essencial na definição de negócios inseridos no contexto da EC, diferente dos modelos tradicionais (LAAMANEN; WAHLEN; LOREK, 2018; LEUNG; XUE; WEN, 2019).

A despeito dessa diversidade, observa-se um confronto que envolve a EC. Essa, por não possuir arcabouço teórico próprio, apresentando direções diversas, faz com que um possível novo paradigma ainda configure como sendo senso comum. Isso somente seria modificado, levando em consideração o que Bauman e May (2010) e Sousa Santos (1989) chamam de confronto para com a ciência, ou seja, teorias da área se consolidassem e ganhassem arcabouço teórico e metodológico próprios.

Em um paralelo com o que Sousa Santos (1999) indica como característica de emergência de um novo paradigma societal, a globalidade alcançada pelas experiências inseridas no contexto da EC, se possuírem características suficientes que indicassem uma mudança substancial na sociedade, apresentaria então indícios de se constituir um novo paradigma. Esses indícios possibilitariam que o senso comum fosse colocado à prova, a fim de que, no futuro, pudesse ser considerado um novo paradigma.

Enquanto campo, a EC não apresenta características de um paradigma, não possuindo arcabouço teórico próprio. Porém, ao se levar em consideração os impactos causados, faz-se relevante investigar se a mesma possui potencial de propiciar a emergência futura de um novo paradigma societal. Nesse sentido, para que pudesse ser considerada um novo paradigma em ascensão, sendo o atual, o moderno capitalista, teria que possuir características com potencial de romper com o mesmo.

Conforme visto na sessão anterior, a EC representa um campo válido, com expressões de negócios presentes na sociedade, o que a alavanca do *status* de utopia. Teria esse campo então, força suficiente para se constituir, no futuro, um novo paradigma societal ou seria ele um novo ciclo? Para responder à pergunta, na próxima sessão, discutiremos os ciclos capitalistas. A partir da discussão, identificamos quais são os elementos típicos da modernidade capitalista percebidos em cada ciclo e como a EC não apresenta indícios de estar rompendo com os mesmos, não podendo, portanto, representar um novo paradigma.

A descrição baseou-se principalmente em Sousa Santos (1999) que compreende a modernidade e o capitalismo através de 03 ciclos, sendo: 1) o estabelecimento do

capitalismo enquanto modo de produção; 2) capitalismo em reestruturação: a crise do comércio e crise industrial e 3) ciclo da financeirização após os anos sessenta. Em Sousa Santos (1999), os três ciclos representam sucetivamente: o apogeu e implementação do capitalismo enquanto promessa de uma sociedade desenvolvida, justa e igualitária. O segundo, na percepção de que o sistema gerava desenvolvimento, porém, ao mesmo tempo em que ocorriam sucessivas crises e desigualdade social. E o terceiro, em que, mesmo percebidas as sucessivas crises e desigualdades, a constante reestruturção do sistema continuava a ocorrer.

O presente trabalho se baseia em Sousa-Santos (1999) para o estabelecimento dos ciclos, porém compreende outros aspectos para além do que foi abordado por ele. Tais aspectos se fazem presentes, principalmente, na descrição da modernidade e desacreditação do sistema visto em Polanyi (1980) e a reestruturação do capitalismo, representado pela financeirização, visto em Dowbor (2017).

4.2 A MODERNIDADE E O CAPITALISMO

Sobre os ciclos, o primeiro ciclo trata de como o capitalismo se estabelece durante a idade moderna, consistindo em uma nova forma de organização econômica, social e política. Nesse momento, é percebida uma nova sociedade em desenvolvimento, cujas antigas relações baseadas no feudalismo já não mais estavam presentes, cedendo lugar a outro modo de produção, o moderno capitalista. A modernidade, enquanto projeto de sociedade, tem como elemento propulsor a formação do Estado (GRUPPI, 1980).

O segundo ciclo, na visão de Sousa Santos (1999), é marcado pelo apogeu da teoria liberal a partir da segunda metade do século XVIII. Primeiramente, entendida enquanto expressão da modernidade, para posteriormente serem percebidas as crises intrínsecas a esse tipo de modelo econômico. Uma vez que o liberalismo pautava as atividades capitalistas, foi visualizado, principalmente na Europa, um enorme apogeu da indústria, o que é denominado de Revolução Industrial. Processos que antes eram feitos através da manufatura passaram a ter sua fabricação otimizada pelas fábricas (BOBBIO, 1994).

O terceiro ciclo é definido por Sousa Santos (1999) como um momento marcado pelo capital financeiro. Nesse, entende-se a geração de valor, ocorrendo através do

rentismo, ou seja, o dinheiro gerando dinheiro, sem a necessidade de produção de bens físicos (DOWBOR, 2017).

Nesse sentido, o quadro 05 traz as principais características encontradas em cada ciclo, para que possamos então discuti-las de forma mais aprofundada. Através da discussão acerca dos ciclos capitalistas foi possível, na presente tese, o entendimento do porquê a EC oferece indícios de constituir um novo ciclo no futuro.

Quadro 05: Ciclos Capitalistas

Ciclo I
Estabelecimento do capitalismo enquanto modo de produção
Promessas de desenvolvimento
Limitação do papel do Estado na busca do desenvolvimento individual
Ciclo II
Sucessivas crises e tentativas de reestruturação do sistema
Crise do padrão-ouro e comércio
Reestruturação do sistema e apogeu do capital industrial
Crise industrial
Ciclo III
Reestruturação do sistema
Estabelecimento do capital financeiro como atividade base para geração de valor
Desenvolvimento acelerado da economia, porém com geração de desigualdade ainda maior que no ciclo anterior
Economia em desacreditação, destino incerto para o capitalismo

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2020)

4.2.1 Ciclo I - O estabelecimento do capitalismo enquanto modo de produção

Segundo Gruppi (1980, p. 07), o Estado “é um poder político que se exerce sobre um território e um conjunto demográfico (isto é, uma população ou um povo)”. Para o autor, Estado é a maior organização política já vista na história da humanidade. Antes da formação dos estados, eram percebidos pequenos reinos e unidades de domínio, independentes entre si.

De Castro (2017) salienta que a formação dos estados modernos ocorre após as grandes navegações. As grandes navegações marcam a passagem entre duas Eras, em que o modo de produção feudal, que vinha enfrentando crises, perde seu significado, dando espaço para o capitalismo-mercantil, que começava a ser considerado enquanto nova forma de vida (DE CASTRO, 2017). O modo de produção que surgia exigia um novo arranjo político, o mercantil, que refletia na sociedade em dois eixos estruturantes: na economia e na política. Na economia

denominava uma nova forma de se comercializar e na política estabelecia o estado-nação, em substituição aos pequenos reinos medievais (GONÇALVES, 2012).

Da mesma forma que o mercantilismo atuou como base para a formação dos estados modernos, ele também propicia outro tipo de relação econômica e política, a capitalista. Para Gonçalves (2012), apesar do mercantilismo e do capitalismo serem fases substancialmente diferentes, o mercantilismo pode ser entendido como uma fase de pré-capitalismo. O mercantilismo o precede, pois, segundo o autor, ambos partiam do mesmo objetivo: aumentar o poder da nação e acumular riquezas.

De castro (2017) pontua diferenças entre essas duas formas econômicas, no que tange aos interesses individuais e coletivos. Ideologicamente, no mercantilismo, os interesses coletivos deveriam se sobressair em relação aos individuais, ao contrário do capitalismo, em que se acreditava na supremacia dos interesses individuais. Outro elemento de divergência era o papel do Estado na economia, que para os capitalistas deveria ser mínimo, enquanto que no mercantilismo não, sendo o Estado, inclusive, patrocinador das atividades mercantis. Tais divergências, entretanto, são entendidas por Gonçalves (2012) como fundamentais para que, em um primeiro momento houvesse fortalecimento da burguesia (mercantilismo) para, posteriormente, essa se estabelecesse enquanto classe dominante (capitalismo).

No mercantilismo, a burguesia se destacava economicamente, mas não desfrutava dos mesmos benefícios e *status* da aristocracia. Nesse contexto, o ideal liberal surge enquanto movimento legitimador das atividades burguesas que já eram predominantes. O ideal liberal, segundo Bobbio (1994), surge enquanto corrente teórica do capitalismo. Além do caráter legitimador, o ideal liberal passou a possuir também a função de proteção para as atividades burguesas. Utiliza-se do discurso da propriedade privada, de John Locke, como uma medida de proteção da burguesia em relação à coroa e à aristocracia.

A proteção se dava no sentido de evitar as constantes ameaças que o capital comercial sofria da coroa, como: "...as secularizações feitas sob Henrique VIII, o roubo da Casa da Moeda sob Carlos I ou a -parada- do Erário sob Carlos II." (POLANYI, 1980. p. 247). Essas ameaças, citadas por Polanyi (1980), ocorreram como uma última tentativa da coroa e da aristocracia se manterem no status de classe dominante, que foram frustradas.

O discurso da propriedade privada passa a proteger os bens da burguesia das investidas estatais. No mercantilismo, Gonçalves (2012) pontua a necessidade que a burguesia tinha do Estado, principalmente para patrocinar suas atividades, tais como as grandes navegações. Tal necessidade é indicada por Melquior (2016) como propiciando ao Estado domínio sobre todos os aspectos da nação, desde o econômico ao social. Uma vez que não eram mais necessárias as investidas do Estado, podendo a burguesia já financiar suas próprias atividades, a corrente liberal é difundida visando a proteção da propriedade privada e, por consequência, a independência da burguesia em relação ao Estado.

Por consenso histórico o Liberalismo (a coisa, não o nome) surgiu na Inglaterra na luta política que culminou na revolução gloriosa de 1688 contra Jaime II. Os objetivos dos vencedores era tolerância religiosa e governo constitucional. Ambos tornaram-se pilares do sistema liberal, espalhando-se com o tempo pelo ocidente (MERQUIOR, 2016. p. 12).

A princípio, a doutrina liberal luta contra a supremacia do Estado e dos privilégios aristocráticos. Para alcançar tal fim, tem como discurso principal a ideia de democracia e liberdade. Democracia, no sentido de uma sociedade onde uma maior parcela da população, não só os aristocratas, tem responsabilidade pelas decisões políticas. Liberdade no sentido de compreender o sucesso financeiro a partir do esforço (BOBBIO, 1994). Segundo a doutrina liberal, todo cidadão, pelo trabalho, tinha a oportunidade de alcançar uma posição de destaque na sociedade, mesmo que não tivesse nascido nobre.

O liberalismo enquanto corrente política é visto, em Merquior (2016), como seguindo quatro princípios básicos, sendo eles: a defesa da propriedade privada; o livre mercado; mínima participação do estado na economia e a igualdade de todos perante a lei. A doutrina liberal, vista em Bobbio (1994), limita o papel do Estado e amplia o papel dos entes privados, legitimando a proteção às atividades privadas, que eram exercidas pela burguesia.

A burguesia, na tentativa de proteger a própria classe, bem como suas atividades, faz valer-se da separação dos poderes, das esferas econômica e jurisdicional. Tal separação garantia a proteção da propriedade privada e utilizava do *slogan* da garantia de que qualquer cidadão livre poderia exercer atividades comerciais de forma independente, sendo a única função do Estado, a proteção dos direitos humanos (BOBBIO, 1994).

Por direitos humanos, entende-se que todos os homens, indiscriminadamente, têm por natureza, certos direitos fundamentais, sendo: direito à vida, à liberdade, à segurança, à felicidade. Segundo Bobbio (1994), na doutrina liberal, o papel do Estado se limita a garanti-los, deixando que as atividades comerciais ocorrem de forma livre e autorreguladas. Bobbio (1994) indica que uma vez que o Estado tivesse seu papel limitado, a sociedade se tornaria mais justa e igualitária.

Justiça e igualdade passam, então, a ser o lema central do liberalismo, como vemos em Sousa Santos (1999), pois, através do liberalismo se alcançaria o ideal de sociedade. Nesse ideal se conseguiria equilibrar os pilares: mercado, comunidade e Estado. Tal equilíbrio, porém, acabou por se tornar contraditório, o que, Polanyi (1980) viu se comprovar com o passar do tempo, em que o mesmo jamais ocorreu.

Polanyi (1980) justifica o não equilíbrio como ocorrendo logo na implantação do liberalismo quando o livre comércio e a ideia de um Estado não interventor fazia o pilar mercado destacar-se dos demais. Tal fato ocorria, uma vez que, segundo Sousa Santos (1999), a separação das esferas favorecia a mais forte, que é o mercado. Não podendo haver intervenção nos demais pilares, a comunidade e o Estado passaram a atuar em função do mesmo, não ocorrendo a igualdade conforme prometia o ideal liberal.

Para Sousa Santos (1999) e também para Polanyi (1980), o liberalismo enquanto movimento, atua legitimando o mercado. Esse, ao se destacar em detrimento dos outros pilares, não proporciona igualdade, mas sim a desigualdade, o que, segundo Bobbio (1994) contribui para o de desenvolvimento desigual das pessoas. Para o autor, o liberalismo proporciona o desenvolvimento individual da personalidade mais rica, que se firma em detrimento da personalidade mais pobre. Ao passo que a ideia de sociedade igualitária busca o desenvolvimento da comunidade, e não de personalidades de forma individual.

Ao proporcionar o desenvolvimento individual, Sousa Santos (1999) indica que a ideia liberal reduz o princípio da comunidade em dois elementos: a sociedade civil, em que há a primazia da agregação competitiva e a defesa dos interesses particulares em detrimento do coletivo; e os indivíduos, que são estabelecidos formalmente enquanto livres e iguais, porém a única igualdade estabelecida é a igualdade entre iguais. Em outras palavras, igualdade entre ricos e igualdade entre pobres, mas não entre ricos e pobres.

Como é visto em Bobbio (1994), desde o estabelecimento do liberalismo enquanto doutrina política e econômica, esse, por proporcionar o desenvolvimento de apenas parte da população, culminou no acirramento de desigualdades sociais e sucessivas sucedidas crises. Tais crises somente foram percebidas no que Sousa Santos (1999) denomina como sendo o segundo ciclo da modernidade.

No segundo ciclo, depois de percebidas as contradições pós-crisis, tenta-se retornar as promessas estabelecidas *a priori*, de justiça e igualdade, bem como diminuir os impactos negativos do capitalismo, que não foram previstos pela doutrina liberal. Segundo Sousa Santos (1999) e Polanyi (1980), foram inúmeras as tentativas de se reestabelecer a sociedade, como veremos no próximo ciclo.

4.2.2 Ciclo II - Capitalismo em reestruturação: Da crise do comércio à industrial.

Na tentativa de reestabelecer a sociedade, após o término do primeiro ciclo, o segundo ciclo é marcado pelo apogeu da indústria e pela produção em massa. Nesse sentido, a fim de sistematizar a produção, destacam-se correntes como o *fordismo* e *taylorismo*, que são descritas por Gomes (2007) como sendo um marco para o mercado, simbolizando a revolução industrial e a produção em massa. Sendo o taylorismo uma corrente focada nos aspectos internos da fábrica, como meios de se otimizar a produção e o fordismo, preocupando-se com aspectos gerenciais e como comercializar os produtos produzidos.

As duas correntes, em um contexto de ampliação da produção, otimizam a produção em série e com menor custo. Gomes (2007) destaca ainda o papel do *fordismo* para além da produção, mas também na disseminação da cultura em massa, que, agrega valores na mídia, nas artes, e no modo de se viver e consumir, que passa a ser padronizado. Logo, um produto, seja ele de qualquer setor, pode ser produzido de forma padrão e também comercializado dessa maneira.

Rocha (2008) atribui à mídia e à publicidade papel primordial na comercialização em massa. A publicidade entende um código, que no contexto é a produção padrão, e o torna público, através da moda, programas de televisão, bem como outros meios de comunicação. Dessa forma, há a socialização desse código para a população em

geral. Essa socialização, porém, somente ocorre, conforme vemos em Tenório (2011), pois são percebidas, pela sociedade, vantagens imediatas.

O *fordismo*, na visão de Tenório (2011), através da produção em massa torna produtos mais acessíveis e, por consequência, amplia o consumo. Tal característica, em um momento inicial, gerou uma sensação de desenvolvimento, por permitir uma ampliação do consumo por parte da população. A ampliação do consumo, porém, em um contexto maior de sociedade, a industrial, eclodiria, posteriormente, na crise de 1929.

Para entender a crise industrial, que tem como marco a crise de 1929, recorreremos a Polanyi (1980), que descreve a sociedade moderna, até meados do século XIX, como firmada em quatro instituições: (1) o equilíbrio do poder, que evitava guerra entre as grandes potências; (2) o padrão-ouro, que representava uma organização única na economia mundial; (3) o mercado autorregulável, que garantia o bem-estar material e (04) o estado liberal.

Instituições essas, porém, que segundo o autor, estabeleciam-se de forma artificial, portanto estavam propensas ao fracasso. Polanyi (1980) entende as instituições enquanto falácias modernas, em que o mercado não seguia uma tendência natural ao desenvolvimento, mas sim estava atrelado a um pequeno grupo que, de forma centralizada, comandava a sociedade em suas relações políticas e econômicas.

Mesmo que artificiais, porém, para Polanyi (1980), essas instituições faziam funcionar a sociedade, determinando seus contornos característicos. Segundo o autor, elas estavam interligadas e, em conjunto, equilibravam o estado, o mercado e a comunidade. Estando a ligação em equilíbrio, a queda de uma dessas instituições ocasionaria o desequilíbrio das demais. Um exemplo prático sobre a importância do equilíbrio entre as instituições foi a queda do padrão-ouro e como isso ocasionou crises nas demais instituições e no sistema como um todo.

O padrão-ouro, segundo Marcondes (1998), foi um método econômico que destacava a relação entre preço e valor da moeda a nível internacional. De acordo com a teoria aplicada, todos os países europeus deveriam seguir um padrão de câmbio em comum, baseado no ouro. Tal padrão fazia com que os países que tivessem moedas inflacionadas equilibrassem o câmbio com os países que tivessem moedas deflacionadas. Dessa forma, em um nível global, o equilíbrio cambial era alcançado (MARCONDES, 1998).

O padrão-ouro, na manutenção do equilíbrio cambial, funcionou de 1879 até 1939. Sendo garantia de estabilidade do valor da moeda, acabava por proporcionar geração de renda e estabilidade interna. Como é visto em Henriques (2020), porém, a Primeira Guerra Mundial e a Depressão de 1929 causaram consequências cambiais, desestabilizando a moeda europeia. O fracasso na reestruturação das moedas nacionais, em vários lugares do mundo, como na França e na Alemanha, por exemplo, levou ao declínio do padrão-ouro e a crises internas.

Com início nos territórios nacionais, as crises começam a se espalhar a um nível externo, abalando a percepção de soberania financeira em uma economia interdependente. Henriques (2020) indica que, mesmo com a desconfiança crescente acerca da instabilidade da moeda, o padrão-ouro ainda mantinha uma equivocada impressão de estabilidade. Tal impressão advinha da crença social que o ouro era um elemento raro e escasso e representava o trabalho.

Polanyi (1980) descreve o esforço realizado pelos países para manter a estabilidade cambial após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Os países vencedores, além de manter a própria moeda, ainda tinham de patrocinar os países que não conseguiam mantê-las. Um exemplo citado por Henriques (2020) é o da Inglaterra, que por um tempo dependia dos EUA para manter seus juros baixos. Tal fato ocorreu até que os EUA, em decorrência da crise de 1929, não mais podiam controlar seus próprios juros, abandonando o padrão-ouro em 1933.

O padrão-ouro, que era símbolo da solidariedade internacional é posto à prova quando, na tentativa frustrada de proteção da própria moeda, os países passam a diminuir suas relações de comércio externo. Tal diminuição é apontada por Polanyi (1980) como ocorrendo em decorrência da tentativa de estabilização do câmbio interno sem influenciar negativamente o padrão de vida da população.

Por representar uma instituição da sociedade do século XIX, foram feitas inúmeras tentativas de se recuperar o padrão-ouro, que acabaram por falhar. O abandono desse padrão, segundo Polanyi (1980), ocasionou uma completa desacreditação nas instituições. Buscando a sobrevivência, alguns países aderiram a novas formas de economia e de política, como por exemplo, o fascismo e o comunismo nos casos da Itália e União Soviética respectivamente. Henriques (2020) entende os dois movimentos como exemplos de adaptações políticas e econômicas em relação à crise ocasionada pelo liberalismo após a queda do padrão-ouro.

A crise, a guerra e o próprio fracasso do padrão-ouro fazem parte da tese trabalhada por Polanyi (1980), a de que a manutenção de um mercado autorregulável é utópica. A impossibilidade de manter uma economia autorregulável ocorre por um motivo que Polanyi (1980) cita como tendo sua validade não reconhecida pela história, que é o princípio fundamental da obtenção do lucro em uma sociedade liberal. Esse princípio é a liberdade do mercado em relação aos outros pilares da sociedade (comunidade e estado). Polanyi (1980) lança a ideia de duplo movimento entre economia e sociedade. A ideia é que sempre que o mercado tenta se separar, há uma reação da sociedade (isso inclui o Estado porque se vê pressionado) para não permitir essa separação total que, para Polanyi (1980), significaria o esgarçamento do tecido social.

Segundo Polanyi (1980), o mercado, ao ser estabelecido enquanto autorregulável tende a maximizar o lucro de um pequeno grupo de indivíduos, o que ocasiona a pobreza da maior parte da população, levando a crises. Tais crises são evitadas a todo o custo, porém são iminentes nesse modelo de sociedade. O abandono do padrão-ouro, por exemplo, foi retardado o máximo possível, a fim de garantir a estabilidade política e econômica, até enfim não mais se sustentar.

O colapso do sistema internacional até então vigente e a queda do padrão-ouro fizeram, segundo Polanyi (1980), a sociedade perceber a verdadeira natureza do sistema e o quão frágil ele era. O autor argumenta que, em um primeiro momento, entendeu-se a crise da primeira metade do século XX somente enquanto econômica. Quando o padrão-ouro de fato se rompe, percebe-se que a crise ia muito além da economia, mas também para a política e a sociedade como um todo, inclusive na principal característica do mercado, que é a obtenção do lucro em uma economia autorregulável.

Com o fracasso do padrão-ouro e após a Primeira Guerra Mundial, as nações vitoriosas tentam resgatar o sistema, com a criação da liga das nações. No campo da política, na tentativa de se manter a paz, a liga das nações estabeleceu que o grupo perdedor da guerra fosse desarmado. O que foi uma tentativa falha, em que o equilíbrio do poder não consegue ser mantido, uma vez que os vitoriosos ainda estavam armados, o que levou o público a um estado de confusão (POLANYI, 1980).

No campo da economia, Polanyi (1980) destaca o papel da liga das nações na tentativa de se reestabelecer o sistema monetário internacional. Tal tentativa tinha

como preceito a ideia de que um comércio equilibrado levaria a paz. A fim de garantir o equilíbrio econômico, a liga tinha como objetivo reestabelecer o sistema monetário pré-1914, porém “agora com fundações sólidas” (POLANYI, 1980. p. 23).

A liga das nações e suas medidas foram, segundo Polanyi (1980), um esforço de se reestabelecer o sistema em uma tentativa de volta ao passado anterior à guerra, o que não surte efeitos, uma vez que a guerra era consequência e não a causa. Consequência no sentido de que, para o autor, essa foi ocasionada pelo sistema desigual, gerado pelo liberalismo. Tendo o sistema anteriormente estabelecido ocasionado a guerra, Polanyi (1980) cita as revoluções e contrarrevoluções em um pós-guerra, como sendo reações mecânicas a derrota militar e não uma tentativa válida de mudança. Ou seja, o retorno a um momento anterior, porém sem romper com o sistema vigente, acabaria, posteriormente, por causar novas crises e isso, de fato, ocorreu nos anos seguintes.

Em um contexto de suscetíveis crises, Sousa Santos (1999) indica que o segundo ciclo foi marcado por tentativas de se manter o sistema autorregulável, como a liga das nações e a manutenção, a qualquer custo, do padrão-ouro. O princípio do mercado estava em expansão, em que o capital industrial, financeiro e comercial concentrava e se centralizava, gerando crises, que atingem os pilares estado e também comunidade. Ou seja, o desequilíbrio de um dos pilares em relação aos outros, no caso o mercado, eclodiu em crises, atingindo a sociedade como um todo. Tendo em vista a característica sistêmica das crises, Sousa Santos (1999) não vê como possibilidade de solução propostas de cunho estritamente econômico, político ou social, mas sim que englobem os três pilares da sociedade.

Após a crise de 1929, por exemplo, vendo a sociedade se desgastar, tanto no que diz respeito ao câmbio e ao trabalho, destaca-se o debate sobre a necessidade de uma solução sistêmica. Tal debate foi representado, principalmente, pelas correntes que pregavam o intervencionismo. Paniago (2012) pontua que, pela primeira vez na história do liberalismo, discute-se a necessidade de intervenção estatal. Em outras palavras, percebe-se a necessidade de uma solução que reestabeleceria o equilíbrio entre os três pilares sociais.

A necessidade do intervencionismo estatal, segundo Polanyi (1980), ocorreu após a crise da moeda e do câmbio na década de 1930, em que o Estado teve que optar, entre manter o mercado autorregulável ou a estabilidade cambial. Nações começam

a abandonar a ideia liberal como foi concebida e veem como única alternativa a realização de intervenções diretas na economia. Um exemplo de intervenção foi o *New Deal*, que foram programas governamentais implementados pelo presidente Franklin Delano Roosevelt, com o fito de recuperar a economia norte-americana. O *New Deal* foi implantado nos EUA e posteriormente adotado também por nações europeias.

Outra tentativa de se recuperar o sistema se deu através das políticas *Keynesianas*. O *Keynesianismo* foi, na visão de Mézaros (2002), uma forma de controle utilizada pelo Estado, em uma sociedade até então liberal, para diminuir as desigualdades sociais pós-crise de 1929. Paniago (2012) define o *keynesianismo* como uma doutrina econômica em que o estado tem a função de regular o que o mercado capitalista não foi capaz de fazer por si próprio, ou seja, atuar nas limitações do próprio sistema, oferecendo benefícios sociais e trabalhistas quando o mercado, por si só, não os oferece.

Segundo Paniago (2012), as políticas *Keynesianas* surtiram efeito positivo no início do século XX, em que a Europa vivia um estado de *Welfare State*, com amplo emprego e diminuição das desigualdades sociais. Porém, como o capitalismo está em constante expansão, ao longo do tempo as desigualdades sociais e o desemprego voltaram a ocorrer, gerando uma nova crise e carecendo de novas soluções.

Nesse tempo, é demonstrada a incapacidade na solução de crises, o que Sousa Santos (1999) indica ser um indício suficiente para comprovar que não há nenhuma promessa capitalista ainda a ser cumprida. Segundo Sousa Santos (1999), o segundo período da modernidade é marcado por “excessos”. Se, por um lado, o sistema comprova-se desigual e insuficiente para solucionar crises, por outro, o desenvolvimento científico e tecnológico excede as expectativas, o que o autor aponta como outro “excesso”, entretanto, dessa vez levando ao desenvolvimento.

O capitalismo, enquanto redefinidor da cultura e da vida em sociedade, influencia a ótica da aceleração. A idade moderna é marcada pelo aumento da capacidade produtiva nas indústrias, através da diminuição do tempo em que cada produto leva para ser produzido. Na vida cotidiana, esse aumento da velocidade leva a descobertas como o cronômetro, os mapas, dentre outros artefatos que refletem em um novo significado à vida em sociedade (HARVEY, 1992).

Se o sistema se mostra desigual e suscetível a crises, esse se mostra também produtivo e gerador de desenvolvimento técnico-científico. No *fordismo*, por exemplo, a sociedade experimenta a aceleração da capacidade produtiva, através do surgimento de indústrias com modernas técnicas e métodos. Da mesma forma, em momento posterior a crise industrial, novamente se vê grande desenvolvimento tecnológico (SOUSA SANTOS, 1999).

Durante a década de 1940 até os anos 1960, o mundo experimentou grande desenvolvimento produtivo, cultural e tecnológico, o que foi chamado de “a era do ouro do século XX” (HOBSBAWM, 1995). Durante esse período, houve, segundo Hobsbawn (1995), um avanço tecnológico tal qual a sociedade jamais havia experimentado. Se, por um lado, o capitalismo aumentava a distância entre a classe operária e os detentores do capital, gerava grandes riquezas (HOBSBAWM, 1995).

O desenvolvimento, de novas tecnologias, ocorrendo, ao mesmo tempo em que se causavam múltiplas crises econômicas, aponta para o surgimento de uma nova maneira de se entender a sociedade (ADORNO, 2003; CHESNAIS, 2007; HARVEY, 1992; HARVEY, 2014; HOBSBAWN, 1995; HORKHEIMER, 2007). Essa nova maneira, segundo Sousa Santos (1999), estava atrelada à consciência da incapacidade do projeto moderno em se concretizar enquanto solução para os problemas da sociedade que, porém, levava essa mesma sociedade ao desenvolvimento econômico.

Enquanto isso, na impossibilidade de se alcançar uma sociedade igualitária, mas gerar desenvolvimento econômico, Mézaros (2002) indica que soluções advindas do próprio sistema eram implementadas, como a *keynesianista* e as constantes tentativas de se manter o padrão-ouro. Uma vez que tais soluções não mais surtiam efeito, é visualizado a desestruturação de um ciclo para a posterior reformulação em outro.

No contexto da crise industrial, em que as medidas adotadas não mais reestruturavam a sociedade, começa a se discutir a emergência do ciclo da financeirização. A financeirização do capital, como veremos a seguir, representaria uma reestruturação do sistema. Esse ciclo é descrito por Dowbor (2017) como iniciado, a partir dos anos 1950, em que o capital e a mais-valia modificaram-se, da lógica da produção, tal qual era no segundo ciclo, para a especulação. Lógica essa, que sofreu alteração, todavia mantendo o mesmo padrão, o da acumulação.

4.2.3 Ciclo III: A financeirização após os anos sessenta.

O modelo emerge em meados dos anos 1950, como alternativa econômica pós-crise de 1929. Segundo Dowbor (2017), a financeirização do capital, em um primeiro momento, visava à retomada do desenvolvimento econômico e, por consequência, a diminuição das desigualdades sociais. Para que isso fosse possível, Furtado (1964) descreve que economistas da época defendiam a ideia de que o capital financeiro propiciaria o desenvolvimento e o crescimento das empresas. Uma vez que as empresas crescessem, uma quantidade maior de dinheiro seria aplicada na economia, gerando desenvolvimento e, por conseguinte, maior igualdade. Em teoria, com o intuito de acumular capital, o setor privado, uma vez que possuísse recursos, investiria em atividades de base, como a indústria e a construção civil, gerando lucro e também desenvolvimento.

Segundo Dowbor (2017), porém, percebendo a alta lucratividade de se investir no setor financeiro, representado pelo mercado de ações, muitos investimentos passam a ser feitos não nos setores de base, mas sim no financeiro. O investimento no mercado financeiro passou a gerar acúmulo de capital, mas não desenvolvimento na produção nem diminuição das desigualdades sociais. Ao invés disso, Dowbor (2017) visualiza a ocorrência de uma maior concentração da renda. O autor entende que essa concentração propicia oligopólios e a política passa a ser controlada pelos interesses corporativos, dificultando a implementação de políticas públicas, em um ciclo vicioso que não funciona para a população em geral.

De forma crítica, Dowbor (2017) cita dois estudos que estacam esses efeitos negativos da financeirização, sendo: Joseph Stiglitz, em *Rewriting the rules of the American economy: An agenda for growth and shared prosperity*, e Michael Hudson, em *killing the host*. Stiglitz (2015) critica os oligopólios ao afirmar que a concentração de renda nas grandes organizações contribui para o acirramento das desigualdades sociais. O autor propõe medidas que reorientariam a economia americana, o que ele chama de “prosperidade compartilhada”. Para Stiglitz (2015), economias desenvolvidas têm por obrigação auxiliar as subdesenvolvidas. Em uma crítica ao livre mercado, o autor defende a criação de um fundo de reserva compartilhado entre os países, a fim de auxiliar economias em recessão.

Assim como Stiglitz (2015), Hudson (2015) também cita efeitos negativos da financeirização. O autor pontua a necessidade de ampliação progressiva dos impostos pagos pelas grandes organizações, incluídos aí os bancos, com o objetivo de garantir o orçamento da “seguridade social”. O mesmo indica que o orçamento deveria ser destinado a programas sociais, sendo que, nos EUA, são destinados à criação de moedas para salvar os bancos e, no Brasil, para pagar juros da dívida pública. A crítica de Hudson (2015) se constitui no argumento de que, na financeirização, ocorre o travamento da economia. O investimento que deveria ser feito em seguridade social é utilizado para o pagamento de dívidas financeiras, em um contexto que o sistema drena os recursos econômicos e produtivos.

Para Hudson (2015), o travamento da economia, apesar de afetar a população em geral, não impacta o lucro das grandes organizações. Dowbor (2017) indica que as megaorganizações financeiras operam a nível global, não estando fixadas a um único país. Por isso, acabam por não seguir regras locais, atuando onde melhor atende seus interesses. Como exemplo, Dowbor (2017) cita organizações que atuam em países como França, Estados Unidos e também Brasil. Essas possuem a maior parte de seus investimentos nos ditos paraísos fiscais, como as Ilhas Cayman, cuja jurisprudência permite manobras financeiras que são ilegais nos países onde atuam.

Esse tipo de manobra acaba por transformar o poder financeiro em poder político. Dowbor (2017), ao falar sobre a influência das organizações na política, cita o exemplo de que, em um país, com o intento de atrair investimento estrangeiro, aumenta as taxas de juros. Uma vez que os juros estão altos, organizações transnacionais têm maior interesse em investir, devido à remuneração de capital. Sendo essas grandes organizações importantes para o desenvolvimento local, elas acabam por influenciar as decisões políticas de cunho macroeconômico no que tange ao aumento ou à redução das taxas, de acordo com o próprio interesse.

Ainda em Dowbor (2017), entende-se que o fato de o capital ser melhor remunerado em países onde a incidência de impostos é menor, acaba por gerar um déficit no investimento em políticas econômicas e, conseqüentemente, no setor produtivo. A transnacionalidade, segundo Dowbor (2017), faz com que, ao influenciarem negativamente o investimento em políticas econômicas, elevem as riquezas das transnacionais ao mesmo tempo que as economias estão em crise.

O sistema financeiro manipula as taxas de juros, objetivando lucrar com isso, e utiliza da liberdade, proporcionada pela globalização e pela falta de regras globais para aumentar suas taxas de ganho. Para Bresser-Pereira (2010), a liberdade desfrutada pelo sistema financeiro propicia o endividamento da economia, e assim estabelece laços de dependência em relação às organizações financeiras, sendo o ônus transferido para os trabalhadores médios. Seja ao pagar um cartão de crédito, realizar pequenos investimentos, financiar uma compra, dentre outras operações, os trabalhadores acabam por dedicar a maior parte da sua renda para pagar juros econômicos.

Para Bresser-Pereira (2010), esses juros transferidos para os trabalhadores médios fazem com que as grandes organizações não comprometam suas taxas de lucro, o que acirra as desigualdades sociais. As desigualdades, na financeirização, ocorrem pela apropriação dos recursos, não por quem produz, mas por quem maneja o dinheiro, que estão no topo da cadeia. A concentração, por meio da financeirização, ao influenciar a política e a economia, fazem com que o pilar mercado se amplie em relação ao estado e a comunidade.

Estando o mercado em destaque, Bresser-Pereira (2010) aponta para o desinteresse dos governos nas soluções de problemas como: desigualdades sociais, aquecimento global e degradação ambiental, sendo o foco a regulação e controle de taxas, câmbios, inflação e demais variáveis macroeconômicas. Bresser-Pereira (2010) entende esse desinteresse como beneficiando, principalmente, os bancos. Para tal afirmação, o autor se baseia no fato de que, durante a crise de 2008, os bancos privados multiplicaram seus lucros, enquanto a maior parte da população enfrentava a crise.

Os lucros crescentes dos bancos, mesmo em tempos de crise, fazem com que Bresser-Pereira (2010) identifique um descontrole na economia. Tal descontrole se dá devido à complexidade das relações financeiras, uma vez que o capital, cada vez mais, opera somente pelas mãos de grandes oligopólios, impossibilitando que organizações de menor porte também operem no setor. De forma livre e global, esses oligopólios realizam operações cada vez maiores e menos reguladas, que crescem de forma exponencial, a fim de aumentar a geração de valor e manter a lógica capitalista da acumulação.

Dowbor (2014) faz uma análise do crescimento desregulado a partir de 2014, ao mesmo tempo em que os juros e os lucros oriundos de intermediários financeiros aumentavam entre 20% e 30%, o PIB caía, gerando crises econômicas e o acirramento das desigualdades sociais. O aumento exponencial do valor gerado pelo capital financeiro, e o descontrole desse é apontado por Silva (2016) como levando às crises de 2007-2010, em que houve um colapso dos mercados imobiliários nos EUA, Inglaterra, Irlanda e Espanha.

Essa crise, mesmo eclodindo em 2007, foi observada por Bresser-Pereira (2010) desde o início dos anos 2000, pois o descontrole financeiro já começava a dar sinais de esgotamento para o sistema. Bresser-Pereira (2010) entende a crise financeira ocorrida como consequência da falha dos mercados em controlar a especulação e a desregulação do mercado financeiro. Mais uma vez, tal como a crise de 1929, o sistema econômico mundial demonstra sua lógica frágil e suscetível a crises.

Voltando a tese de Polanyi (1980), cuja origem da crise é o próprio sistema, no seu princípio de autorregulação, é visto que, após a Primeira Guerra Mundial, com a Europa devastada, atribui-se a ela a causa da crise. A guerra, no entanto, não foi o motivo, mas sim a consequência de uma sociedade que enfrentava dilemas políticos e econômicos desde os anos 1900. Repete-se a mesma lógica após as crises de 1929 e de 2007. Tal como não foi percebido que a guerra era uma consequência e não a causa, mais uma vez entende-se as crises contemporâneas como causa e não consequência.

Tal entendimento remete ao que Bresser-Pereira (2010) chama de crises inevitáveis em um modelo de capitalismo-liberal. Visto em Polanyi (1980), sobre a Segunda Guerra Mundial, e Bresser-Pereira (2010), sobre a crise de 2007, o capitalismo-liberal, ao exigir uma separação clara entre Estado e economia demonstra a incapacidade do mercado em solucionar problemas. Tal separação se mostra ineficiente, conforme indica Polanyi (1980), no pós-1929 quando o Estado intervém na economia e, mais uma vez, após os anos 2010.

A intervenção diz respeito a políticas econômicas controladas e à criação de projetos e benefícios sociais (BRESSER-PEREIRA, 2010). Por muito tempo, os economistas liberais consideraram que a interferência do Estado, tanto no câmbio, quanto através de políticas sociais eram uma ameaça à propriedade privada e ao livre mercado. Em Polanyi (1980), vemos que, após a crise na década de 1929, temas como o

intervencionismo político assombram a economia de mercado por colocarem em dúvida a separação entre a economia e a política.

Ao longo de todo o século XIX, Sousa Santos (1999) indica a ocorrência de inúmeras tentativas de se reestabelecer o sistema, medidas essas que colocam em dúvida a própria essência do capitalismo. Tais medidas, entretanto, indicam uma grande dicotomia no sistema. Ao mesmo tempo que se percebe a impossibilidade de existência do mercado autorregulável, na financeirização, o pilar mercado ganha proporções maiores do que nos ciclos anteriores, ofuscando os demais pilares (comunidade e estado).

Sousa Santos (1999) descreve o terceiro ciclo como “o capitalismo desorganizado”. No pilar comunidade, ele indica haver uma fragmentação cada vez maior. Segundo o autor, as práticas de classes passam a adotar uma postura pós-materialista (luta antinuclear, pacifista, movimentos feministas, antirracistas). Os movimentos sociais surgidos e fortalecidos no segundo ciclo tinham como propósito o fortalecimento da classe trabalhadora e a garantia de melhores salários e condições de trabalho. Tais movimentos perdem o foco, tendo as políticas de distribuição de renda, perdendo espaço para políticas de mercado. Ou seja, o pilar comunidade perde seu sentido enquanto um grande grupo, constituindo um âmbito mais pessoal (pequenos grupos).

A nova configuração dos mercados e da comunidade faz com que o Estado diminua de tamanho, perdendo sua capacidade de regular as esferas de produção. Sousa Santos (1999) utiliza como exemplos de diminuição do Estado as privatizações e as crises do estado-previdência. Segundo o autor, essas modificações apontam para uma desregulação global das esferas econômicas, sociais e políticas.

Sousa Santos (1999) indica que a financeirização, bem como o terceiro ciclo da modernidade, é uma fase em que há a completa desacretitação no projeto moderno. A forma como isso ocorrerá, contudo, é posta em dúvida. Estaria a sociedade, desacreditada no ideal liberal, sendo guiada para um novo caminho mais igual e compartilhado? Ou estaria o pilar mercado se consolidado em sua supremacia em relação aos demais, com relações trabalhistas cada vez mais desreguladas e flexíveis?

A crise da financeirização no terceiro ciclo nos leva a refletir sobre esses dois principais caminhos. Levando em consideração os debates sobre a EC, a segunda

opção parece ser a mais provável. Ao serem analisadas as organizações inseridas no contexto da EC, observa-se o *Uber* e *Airbnb* enquanto experiências mais abordadas no campo, que passam a ser estudadas, de forma empírica, dentro da ótica da EC. Tais organizações, por sua vez, segundo autores com Martin (2016), Aloni (2016), dentre outros, são exemplos clássicos de formas capitalistas de se fazer negócios.

Martin (2016), por exemplo, ao analisar organizações que compartilham carros, reconhece o impacto positivo dessas no que tange à melhoria de mobilidade urbana, à redução da emissão de gás carbônico e outros elementos ligados à sustentabilidade. Destaca também o benefício gerado para o cliente, que possui acesso a um produto mais barato. Tais benefícios, porém, segundo Martin (2016), estão distantes de tornar organizações como a *Uber* uma forma não capitalista.

É visto ainda que a EC, enquanto solução para a crise da financeirização, discute elementos que apontam para a construção de uma nova sociedade, cujas relações comerciais migram da posse para o acesso (CAMILLERI; NEUHOFER, 2017; GUPTA *et al.*, 2019; LINDBLOM; LINDBLOM, 2017; MOLZ, 2013; PRIPORAS *et al.*, 2017; ROOS; HAHN, 2017). A solução advinda da EC, porém, é questionada quanto a sua quebra para com a modernidade, uma vez que se estabelece através de grandes organizações capitalistas.

Na próxima sessão, discutiremos o possível caminho que a crise moderna poderia levar a sociedade e quais elementos nos levam a entender como maior possibilidade de incidência de um novo ciclo e não um novo paradigma.

4.3 O CAPITALISMO MODERNO E A EMERGENCIA DE UM NOVO CICLO.

Para entendermos os possíveis caminhos, primeiramente recorreremos a Furtado (1964), que descreve o porquê da ocorrência de crises do sistema. Para o autor, o capitalismo é um sistema que busca o desenvolvimento das nações baseando-se no valor do produto social: capital constante (depreciação dos equipamentos, matéria prima, combustíveis) e capital variável (salários, gastos de produção) sendo transformados em dinheiro. O valor visto em Furtado (1964) é o quanto o produto é vendido e o quanto essa revenda gera lucro para quem o comercializa.

Para Furtado (1964), nos sistemas capitalistas, do valor gerado, parte é absorvido pelo mercado e parte é reinvestido em novos fatores de produção e criação de novas tecnologias. Furtado (1964) indica que tal relação ocorre de maneira cíclica e constante. Por ser cíclico, cada vez mais valor é gerado, em níveis exponenciais, até que a quantidade de valor atinge dado nível a não mais se sustentar.

Uma vez que o ciclo atinge valores críticos, o sistema entra em crise. A partir daí, Furtado (1964) indica dois possíveis caminhos: a reestruturação do sistema ou o rompimento com o mesmo. Tendo em vista a análise dos momentos históricos, vistos principalmente pelas óticas de Sousa Santos (1999), Polanyi (1980) e Dowbor (2017), vê-se que, ao longo da história, crises não foram o suficiente para que ocorresse uma quebra para com o capitalismo.

Harvey (2011) considera que a crise da financeirização tem uma particularidade em relação às demais. Para o autor, as crises anteriores foram fruto de um descontrole na regulamentação econômica, ao passo que a atual se constitui no esgotamento do modo de produção, a fim de gerar lucros. O lucro, segundo Harvey (2011), é o objetivo das organizações capitalistas e gerado através da exploração da força de trabalho.

A partir dos anos 1970, entretanto, com o apogeu da financeirização da economia, com o capital especulativo, há uma quebra no padrão de geração do lucro. Como a produção por si só não é proporcional ao valor de lucro gerado, conseqüentemente, não há a geração do lucro real, mas apenas de um lucro fictício, o que eclode em crises, tais como a de 2007. Segundo Harvey (2011), essa crise é um forte sinal de que o capitalismo se encontra esgotado, pois fere um princípio básico do sistema, que é a obtenção do lucro através da produção. O autor deixa claro que seu posicionamento ainda é abstrato, sendo o fim do capitalismo apenas discutido no campo das ideias, em que não se consegue provar substancialmente que o sistema está de fato no fim e quando seria esse fim.

Harvey (2014) indica, entretanto, 17 contradições que levariam o capitalismo ao fim, como resumido no quadro 06. A respeito das contradições, as fundamentais dizem respeito ao funcionamento essencial do capital, que são as características base do capitalismo, sendo essas inerentes ao tempo e ao espaço. Ou seja, em todos os ciclos estão presentes características como a exploração do trabalho, a propriedade

privada, dentre outras, que fazem valer a acumulação capitalista, bem como a constante geração de valor.

As mutáveis, diferentemente das fundamentais, são alteradas de acordo com o contexto, por exemplo, características como tecnologia e divisão do trabalho são diferentes se analisadas no contexto da financeirização em relação à industrial (HARVEY, 2014). A forma que se obtém o valor capitalista se modifica, mas sempre mantendo a característica anteriormente referida, que é a acumulação.

Já as contradições perigosas são aquelas que conduziriam à superação do capitalismo, através da emancipação via consciência (HARVEY, 2014). Tais contradições denotam a fragilidade do sistema e uma possível ruptura. Uma vez que as contradições fundamentais e mutáveis são percebidas e quando se adquire consciência das contradições perigosas, o sistema está em vias de ser superado.

Quadro 06: 17 contradições para o fim do capitalismo

Contradições fundamentais	Finalidade
Valor de uso e valor de troca O valor social do trabalho e sua representação pelo dinheiro Propriedade privada e o estado capitalista Apropriação privada e riqueza comum Capital e trabalho Capital como processo ou como coisa A unidade contraditória entre produção e realização	Funcionamento essencial do capital
Contradições mutáveis	
Tecnologia, trabalho e descartabilidade humana Divisões do trabalho Monopólio e competição: centralização e descentralização Desenvolvimentos geográficos desiguais e produção de espaços Disparidades de renda e riqueza Reprodução social	Não são permanentes, se modificam de acordo com o contexto
Contradições perigosas	
Liberdade e dominação Crescimento exponencial infinito Relação do capital com a natureza A revolta da natureza humana: alienação universal	Conduzem a superação do sistema capitalista

Fonte: elaborado pelo autor com base em Harvey (2014)

As 17 contradições de Harvey (2014) indicam o início de uma possível consciência em relação ao capitalismo, em que ele passa a ser entendido como não capaz de gerar desenvolvimento sem desigualdade. A consciência, por sua vez, emerge a partir de crises e, como pontua Mézaros (2002), pode levar a soluções de cunho

econômico/social que visam o rompimento total para com o sistema. Como exemplo desse tipo de solução, temos o comunismo enquanto tentativa de solução às crises do século XIX, em uma ótica anticapitalista. Tal movimento, segundo Polanyi (1980), teve sua proposta falha ao não ser implementado de forma efetiva, sendo posteriormente suprimido pelos liberais.

Por outro lado, a consciência que levaria ao fim do capitalismo pode não ocorrer. Em Mézaros (2002), vemos que crises podem despertar na sociedade o entendimento de que o sistema é falho e necessita de correções. As soluções não necessariamente estariam ligadas ao fim do capitalismo, no que o autor chama de remédios não reais. Ou seja, segundo o autor, aplicam-se medidas de resgate que funcionam por um momento, até o sistema novamente eclodir.

Esses remédios não reais referidos por Mézaros (2002) podem também ser chamados de propostas de soluções de cunho interno, que são meios de reestabelecimento do capital, porém com o mesmo princípio básico, o da acumulação e exploração da mão de obra. Esse tipo de solução, segundo Mézaros, tem se mostrado com maior recorrência no decorrer da história.

Para exemplificar o que Mézaros (2002) chama de soluções que visam o reestabelecimento do capital recorremos a Chesnais (2017) em que o autor pontua ainda que esse tipo de solução se divide em dois tipos: as reparadoras, que corrigem imperfeições do sistema, porém mantendo a mesma lógica de obtenção de valor, e as reestruturadoras, que modificam a lógica de acumulação capitalista.

De caráter reparador, Chesnais (2017) cita o *keynesianismo*, que segundo o autor atuou como forma de reparar o sistema. O reparo se deu através de incentivos aos investimentos estatais na economia, bem como a implementação de benefícios sociais, que visavam a diminuição das desigualdades ocasionadas pelo capitalismo. O movimento, enquanto reparador, promove mudanças, porém mantendo a lógica da era industrial, de geração de valor através da produção.

Quando soluções reparadoras não mais surtem efeito, Chesnais (2017) indica que o sistema busca soluções reestruturadoras, tal qual a financeirização representou para as crises enfrentadas na era industrial. Nesse contexto, em que estava estabelecido o capitalismo industrial, após sucessivas crises e tentativas de reparação, o sistema modifica a lógica de geração de valor, através do capital fictício e não mais da produção.

Tais movimentos, de cunho interno, indicam uma mudança cultural e econômica, mas não propõe uma mudança paradigmática e sim uma modificação dentro do próprio capitalismo. Busca-se uma nova forma de sobreviver, utilizando-se da flexibilização da economia, da política e da cultura para a ampliação do mercado consumidor (HARVEY, 1992). Assim, há uma mudança que, em um primeiro momento, pode ser confundida com uma mudança paradigmática, porém, que se constitui em uma narrativa dentro do próprio capitalismo e não em uma quebra para com o mesmo.

Na atualidade, Chesnais (2017) observa indícios de que uma solução reestruturante esteja em vias de se tornar concreta. A consciência em relação ao capitalismo adquiridas nas últimas décadas, para Chesnais (2017) ainda não foi percebida enquanto uma contradição perigosa, não sendo, então, fator determinante para o fim do capitalismo, mas sim uma solução reestruturante do sistema. Chesnais (2017) faz uma análise sobre a globalização e o cenário atual, afirmando que, após as crises na financeirização, o sistema encontrou limites para seu modo de produção. Esses limites são barreiras para o desenvolvimento do capitalismo, mas não barreiras intransponíveis.

Não são intransponíveis da mesma forma que, anteriormente na história, também foram presenciados limites para o desenvolvimento capitalista, como a crise de 1929. Tendo o sistema encontrado, na ampliação do capital fictício, um meio de transpô-los. A lógica da reestruturação do capital, ao transpor uma barreira, reestrutura os limites, a fim de manter a geração e ampliação constante da massa de valor (CHESNAIS, 2017).

Chesnais (2007) indica a ocorrência de um novo limite, em que o capital fictício chegou, após os anos 2000, a equivaler a 300% do PIB mundial, chegando a nível crítico, entra em crise. Com agravamento, por volta de 2007, o sistema incorre novamente em um limite encontrado para o desenvolvimento capitalista. Segundo o autor, esse limite não mais encontra solução de nível reparador. Exemplificando o argumento de Chesnais (2017), Silva (2011) cita como exemplo de soluções reparadoras as tentativas de salvamento de grandes empresas e de bancos, que ocorreram nos EUA após a crise de 2007. Tais soluções deixaram de surtir efeito, tendo em vista as novas crises econômicas (CHESNAIS, 2017).

Se por um lado, soluções reparadoras não mais surtem efeito, soluções reestruturadoras têm sido colocadas em prática por meio da doutrina neoliberal que, segundo Chesnais (2017), têm-se transferido, para a mão de obra, a responsabilidade de reestabelecer a saúde do sistema. Nesse novo ciclo capitalista, busca-se a obtenção de valor através da mão de obra a baixo custo, ou seja, da superexploração do trabalho.

A fim de ser superado, o sistema estaria em vias de retomar o valor gerado por unidade de produção, agora extraindo valor diretamente da força de trabalho. A forma de extração de valor, diretamente da força de trabalho seria, segundo Chesnais (2017), a base do novo ciclo, que traria também impacto nos demais âmbitos sociais, tais como política e sociedade.

Nesse sentido, a seguir buscamos entender como o campo da EC se enquadra nesse contexto. Não sendo uma utopia, conforme discutido anteriormente nessa tese, a EC enquanto campo, poderia então se enquadrar em duas possibilidades: um novo paradigma, oferece-se indícios de estar rompendo para com o capitalismo, ou um novo ciclo, se demonstrasse indícios de que há uma mudança substancial em curso, todavia mantendo a lógica da acumulação e da geração de valor.

Aliado ao trabalho de Chesnais (2017), há então uma tendência a se considerar a EC enquanto novo ciclo, conforme veremos na próxima sessão. Discute-se o campo enquanto proposta inovadora, que modifica as relações econômicas e impacta significativamente a sociedade. Também é discutida a característica base do capitalismo, no que se refere à extração de valor, em que na EC esse padrão é mantido, sendo o valor ainda extraído das atividades, entretanto de forma diferente do que era na financeirização e sim diretamente do trabalho, tal qual pontua Chesnais (2017).

A ideia da EC, enquanto novo ciclo capitalista, é defendida, na presente tese, levando em consideração elementos relativos ao seu posicionamento em relação ao capitalismo.

4.3.1 A EC enquanto um novo ciclo capitalista

A partir dos artigos levantados, o caráter inovador da EC se destaca através dos trabalhos entendidos como parte das abordagens: (1) modelos de negócio para

geração de valor e lucro; (2) moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso e (3) negócios sustentáveis em uma sociedade em mudança. Ambas ressaltam o papel da EC enquanto proposta em que há uma ruptura para com a forma tradicional de se fazer negócios.

Na primeira abordagem o foco foi discutir acerca da da EC pela perspectiva do mercado. Nela, os artigos entendem o ambiente competitivo como sofrendo constantes alterações. Autores como Jin *et al.* (2018), por exemplo, afirmam que, no atual contexto, organizações que não se adaptarem não conseguirão se manter no mercado. Sobre uma perspectiva de mercado, os artigos presentes nessa abordagem reconhecem a EC e sua validade enquanto campo transformador.

Para investigar o caráter inovador da EC, busca-se verificar a relação sociedade-mercado e a complexidade que envolve o campo. Nesse sentido, as segunda e terceira abordagens trazem uma série de artigos que tratam as modificações ocorridas socialmente e como a EC se insere nesse contexto. É vista uma demanda social crescente por negócios que valorizem a identidade, o senso de comunidade e responsabilidade para com o meio ambiente (CAMILLERI; NEUHOFER, 2017; GUPTA *et al.*, 2019; LINDBLOM; LINDBLOM, 2017; MOLZ, 2013; PRIPORAS *et al.*, 2017; ROOS; HAHN, 2017).

Galga-se destaque ainda para a terceira abordagem, que trata da sustentabilidade. O tema foi recorrente nos estudos sobre EC e, assim como na abordagem anterior, trata a respeito da mudança social em curso. Tal discussão emerge em um contexto que cada vez mais indivíduos prezam por negócios em que haja preservação ambiental, benefício econômico e social (LAAMANEN; WAHLEN; LOREK, 2018; LEUNG; XUE; WEN, 2019).

A EC então, utiliza um novo contexto global, que é o da internet e das conexões em rede, possibilitando unir dois aspectos importantes, as demandas sociais e a viabilidade de se oferecer um produto/serviço. Observa-se, através das análises dos artigos enquadrados nas abordagens anteriormente citadas, que o campo apresenta indícios de se constituir uma mudança social, impactando de forma contundente os pilares: economia (transferência das relações de posse para acesso) e sociedade (modificação de valores e valorização da sustentabilidade).

Ainda a respeito do pilar sociedade, vemos: uma mudança de perspectiva social em curso (CAMILLERI; NEUHOFER, 2017; GUPTA *et al.*, 2019;

LINDBLOM; LINDBLOM, 2017; MOLZ, 2013; PRIPORAS *et al.*, 2017; ROOS; HAHN, 2017). Um campo que propicia mais do que modelos de negócios, mas meios de vida (CAMILLERI; NEUHOFER, 2017; GUPTA *et al.*, 2019; LINDBLOM; LINDBLOM, 2017; MOLZ, 2013; PRIPORAS *et al.*, 2017; ROOS; HAHN, 2017). Destaca-se ainda as novas formas de organizações e o papel dessas na sociedade (LAAMANEN; WAHLEN; LOREK, 2018; LEUNG; XUE; WEN, 2019).

A partir da literatura, é possível compreender a EC enquanto uma mudança de cultura e perspectiva de vida dos indivíduos (CAMILLERI; NEUHOFER, 2017; GUPTA *et al.*, 2019). A própria forma de se produzir e de se comercializar sofre alteração, em que a posse cede lugar ao acesso, e que bens são utilizados em sua máxima capacidade.

A princípio, essas características poderiam indicar a emergência de um novo paradigma, tal qual indica Rifkin (2014), o que uma sociedade não mais capitalista, mas sim baseada no compartilhamento. Para que fosse considerada um novo paradigma, porém, a EC deveria também acarretar uma modificação nas relações base do capitalismo, como a acumulação e a relação entre trabalho-capital (HARVEY, 1992). Como não há essa alteração, mas, pelo contrário, verificamos elementos como a superexploração do trabalho, as soluções implementadas pela EC demonstram não serem suficientes para a mudança social para além do paradigma capitalista.

Enquanto novo ciclo, seguindo a lógica capitalista de geração de valor, a EC apoia-se à superexploração do trabalho. Dessa forma, grandes organizações ao mesmo tempo que oferecem produtos/serviços a preços mais baixos ainda assim são lucrativas. Tal característica se torna possível por meio da transferência dos custos diretamente para os trabalhadores (AHSAN, 2018; CHAI; SCULLY, 2019; CHRISTIE; WARD, 2019; FLEMING, 2017; FRANCO; FERRAZ, 2018; GRIFFITH; ESCH; TRITTENBACH, 2018).

Através da literatura, observa-se que a EC, enquanto campo de práticas, oferece indícios de se constituir em um novo ciclo, uma vez que altera os pilares bases da sociedade. É observado significativo impacto em relação às mudanças na forma de produzir e comercializar, alterando o mercado e a própria sociedade. Tais mudanças, ainda enquanto uma solução capitalista, apoiam-se na geração de valor diretamente através do trabalho.

Sendo a geração de valor, característica base do capitalismo, como bem pontua Harvey (2014), inerente ao tempo e ao espaço, destaca-se, no próximo item, como a EC se utiliza do trabalho para esse fim.

4.3.2 A EC enquanto novo ciclo sustentado pela geração de valor através da superexploração do trabalho

Nos estudos referentes à EC, foi identificada uma adaptação na forma capitalista de trabalho, vistos no grupo de artigos enquadrados na abordagem “a forma de enxergar o trabalho em um novo formato de negócios”. Ao invés da organização ser detentora dos meios de produção, na EC o trabalho é constituído de forma autônoma e utilizando de recursos próprios (AHSAN, 2018; CHAI; SCULLY, 2019; FLEMING, 2017; FRANCO; FERRAZ, 2018; GRIFFITH; ESCH; TRITTENBACH, 2018).

Tal característica vai ao encontro do que Chesnais (2017) traz ao falar sobre o novo ciclo capitalista em emergência, em que o valor passaria a ser obtido diretamente através do trabalho. Vale ressaltar que Chesnais (2017) utiliza o conceito de mais-valia inicialmente estabelecido por Karl Marx (1980), porém, o autor considera não somente a produção, mas também o serviço em sua análise. Marx (1980) considera como mais-valia a diferença do valor gerado por unidade produzida em relação ao custo de tal unidade. O conceito é adaptado por Chesnais (2017), que não considera mais somente a unidade produzida, mas o serviço em si como gerador da mais-valia.

Se no presente ciclo capitalista (financeirização), a mais-valia é gerada através do capital fictício, agora ela pode ser gerada através da transferência dos custos de produção para os trabalhadores. Chesnais (2017) alerta que nesse novo ciclo as relações de trabalho tendem a se tornar cada vez mais exploradoras até não mais se sustentarem, gerando uma nova crise ao sistema.

O que Chesnais (2017) descreve como mão de obra a baixo-custo, que acarreta a geração de valor para o capitalismo é visto na prática, com os trabalhos de Villanova (2015), Cervero *et al.* (2014), Martin (2016), Aloni (2016). Esses trabalhos citam organizações como *Uber* e outras que possuem ótica semelhante, que é a transferência do ônus dos custos de produção para o trabalhador.

Em organizações como o *Uber*, Martin (2016) indica que a empresa não possui a responsabilidade para com seus colaboradores, sendo todos os custos, bem como riscos, inteiramente do próprio colaborador. Tal transferência traduz, na prática, o que Chesnais (2017) indica como sendo a alternativa capitalista para reestabelecer a saúde do sistema. Sendo a mais-valia a diferença entre o valor gerado e o custo de produção, quando não há um aumento na produção, a transferência dos custos para o trabalhador faz com que a mais-valia seja mantida. A superexploração do trabalho em um possível novo ciclo pode ser relacionada aos tipos de negócios estudados enquanto EC (CHAI; SCULLY, 2019; FLEMING, 2017; FRANCO; FERRAZ, 2018; GRIFFITH; ESCH; TRITTENBACH, 2018).

Sobre os tipos de negócios enquadrados no campo, retornamos a discussão de Kalamar (2013) sobre *sharewashing*, ou seja, a multiplicidade de organizações fundamentalmente diferentes entendidas enquanto EC. Para efeitos dessa tese, ao estudarmos o campo, *Uber* e *Airbnb* são exemplos utilizados com maior frequência, bem como parte dos trabalhos que consideram a EC enquanto um modelo lucrativo de negócios. Nesse sentido, em tipos de organizações como essas, observa-se a relação de exploração do trabalho.

Essa superexploração, por sua vez, encontra precedentes na legislação, que traz indícios nos trabalhos enquadrados na abordagem “Aspectos Regulatórios”. Tais trabalhos buscam o entendimento de como se dá a regulação das atividades em um campo relativamente novo. O que vem sendo publicado demonstra que o foco atual da legislação segue uma tendência global, que é a desregulamentação e flexibilização (WILLIAMS; HORODNIC, 2017; GRIMMER; VOROBOVAS-PINTA; MASSEY, 2019; ANDRÉ; SILVA; NASCIMENTO, 2019).

Para a Associação Brasileira de Direito (ABDIR, 2010), a desregulamentação e a flexibilização são ideias liberais, em que as relações e condições de trabalho são estabelecidas através de acordos diretos entre as partes e que as leis do mercado dominam as da comunidade e do estado. Elas representam também o ajuste da legislação em função do mercado e da comunidade, no sentido de estabelecer o melhor funcionamento da sociedade.

A desregulamentação e flexibilização, ainda segundo a ABDIR (2010), geralmente ocorrem em decorrência de crises, em que emergem novas configurações de trabalho e modo de vida. Com o intuito de adequação a nova realidade, a legislação

também sofre modificações. Na atualidade, tais modificações têm sido vistas na EC, enquanto tendência de negócio, e atuado na esfera política, no que tange à flexibilização da legislação trabalhista (ANDRÉ; SILVA; NASCIMENTO, 2019; YUANA *et al.*, 2019; MÜLLER; WELPE, 2018; QUERBES, 2017; BRANCO; NUNES, 2018).

O trabalho de André, Silva e Nascimento (2019), por exemplo, indica que, em decorrência das crises econômicas, muitas pessoas perderam rendimentos ou até mesmo seus empregos. Uma alternativa encontrada para continuar consumindo, foi a adequação a novas formas de trabalho, como as oferecidas por organizações como a *Uber*. Situações semelhantes podem ser encontradas também em outros setores, como o do compartilhamento de hospedagens (NOGUEIRA; KUHLEN; FIATES, 2016) ou de empréstimos solidários (PREVIDI, 2014), em que a falta de legislação propicia grandes organizações a entrarem no campo.

Essas organizações implicam em significativo aumento do pilar mercado, tal como ocorreu no início do segundo ciclo, com o aumento das fábricas e também no terceiro, com os bancos e instituições financeiras. O novo ciclo, pós-financeirização, demonstra novamente um aumento significativo do mercado em relação ao estado e à comunidade. Como consequência desse aumento, tal como vimos anteriormente em Polanyi (1980), sempre que o mercado se destaca, há a tentativa da sociedade de não deixar que uma separação ocorra, ocasionando o esbagaçamento do tecido social. Mais uma vez observa-se esse movimento, no novo ciclo representado pela EC.

Visualiza-se grandes organizações no campo, tais como *Uber* e *Airbnb*, que vêm seus negócios serem cada vez mais lucrativos. A reação da sociedade se dá através de demandas, tais como: sustentabilidade em suas atividades, preocupação com a qualidade de vida dos clientes, produtos mais acessíveis, consumo ambientalmente consciente e a valorização das individualidades ao se consumir (CAMILLERI; NEUHOFER, 2017; GUPTA *et al.*, 2019; LINDBLOM; LINDBLOM, 2017; MOLZ, 2013; PRIPORAS *et al.*, 2017; ROOS; HAHN, 2017). A fim de atender essa demanda, as organizações recorrem ao esbagaçamento de um outro extrato social, que é a de seus colaboradores, que realizam as atividades com recursos próprios, sem garantias e segurança trabalhista (AHSAN, 2018; CHAI; SCULLY,

2019; CHRISTIE; WARD, 2019; FLEMING, 2017; FRANCO; FERRAZ, 2018; GRIFFITH; ESCH; TRITTENBACH, 2018).

A reação do Estado, na tentativa de pressionar o pilar mercado, tem se mostrado ineficiente, uma vez que o Estado tem falhado ao regulamentar esse tipo de atividade ao redor do mundo. A falha do Estado na regulação insere o ciclo em um cenário tão ou ainda mais liberal do que os demais, pois há a diminuição do Estado e o predomínio das organizações privadas na economia e na política. Como ciclo capitalista, a EC, tal como os demais, no futuro, ao gerar valor em níveis críticos tende a entrar em crise.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho tratou o fenômeno da EC norteado pela questão: seria a EC, a partir da ótica dos principais trabalhos publicados no campo, um paradigma ou um novo ciclo capitalista? Sendo o objetivo geral: **caracterizar a EC, a partir da ótica dos principais trabalhos publicados no campo, enquanto um paradigma ou um novo ciclo capitalista**. Norteados pelo objetivo geral, foram apresentados os seguintes objetivos específicos: (1) criar uma estrutura conceitual para a EC (2) identificar e discutir as principais abordagens de pesquisa em que a EC vem sendo publicada; (3) discutir os indícios encontrados nas publicações que apontem a EC enquanto um novo paradigma ou um novo ciclo.

No estabelecimento da estrutura conceitual, em resposta ao primeiro objetivo desta tese, buscou-se as obras mais referenciadas do campo e como elas definiam a EC. Foi visualizado uma amplitude de definições e conceitualizações, desde as mais abrangentes, como de Botsman e Rogers (2011) até as mais restritivas, como as de Belk (2007, 2010, 2014). Tal ocorrência faz com que a EC gere dúvidas sobre o que pode ou não estar inserido em seu contexto. Tal dúvida é vista por Martin (2016) como responsável pelos caminhos contraditórios que estaria levando a EC, podendo ser a mesma um caminho em direção a sustentabilidade ou o estabelecimento do neoliberalismo.

A EC, enquanto campo, inicialmente apresentava definições que tangiam à mudança de perspectiva social, em uma sociedade esgotada pelo capitalismo, são visualizadas organizações que migram suas relações econômicas da posse para o

acesso. Nesse sentido, organizações, junto à sociedade, passam a visualizar modelos de negócios mais conscientes e que tem a sustentabilidade, como pressuposto, ou seja, negócios que são benéficos para o meio ambiente e também para a sociedade em geral.

Ao longo das discussões, porém, o campo passa a abranger inúmeros exemplos questionáveis. Organizações como o *Uber* e *Airbnb* passam a ser estudadas dentro do escopo da EC. Tais organizações, dentre outras, são questionáveis no sentido de que as mesmas não buscam a mudança de perspectiva social e muito menos a sustentabilidade. Essas são formas capitalistas que visam o diferencial competitivo e o lucro. Para tanto, utilizam-se de elementos como a exploração do trabalho, que também passa a ser discutido na literatura.

Uma vez questionado o real significado do campo da EC, que passa a abranger organizações fundamentalmente diferentes, expressões como *sharewashing* (KALAMAR, 2013) passam a ser discutidas. Tal expressão indica que, somente poderia ser considerado o campo da EC, organizações que visassem a substituição da posse pelo acesso em busca do alcance da sustentabilidade e do benefício social. Ademais, organizações que não o fizessem, estariam utilizando da EC enquanto *slogan*, e que não poderiam ser enquadradas enquanto parte do campo.

Tal expressão, porém, passa a ser questionada, uma vez que o campo, em sua diversidade e constante modificação, começa a apresentar serviços de *streaming*, gigantes do setor de hospedagem e de mobilidade urbana, dentre outras organizações de grande porte. Essas, nas publicações, acabam por ofuscar o que se entende como uma promessa do compartilhamento de produtos não monetários. Ou seja, se coloca em dúvida se há viabilidade em separar esse tipo de organização no campo ou se a própria EC se modificou em termos de foco de análise.

Em um campo em constante modificação, na EC é observado uma falta de clareza conceitual. Tal qual é visto no trabalho de Sutherland e Jarrahi (2018), a presente tese entendeu que, no estabelecimento da estrutura conceitual, mais importante do que estabelecer um conceito ou perspectiva específica, foi entender o significado do que estava sendo pesquisado. O entendimento desse significado foi auxiliado pelo empirismo das pesquisas e teve como objetos de estudo mais frequentes grandes organizações do mercado, como *Uber* e *Airbnb*.

O campo, em seu aspecto empírico, apresentou uma tendência em considerar esse tipo de organização em detrimento as de pequeno porte. Organizações que se enquadram nas definições de Belk (2007, 2010), por exemplo, em que são consideradas EC somente aquelas que propiciam o senso de comunidade e distribuem de forma alternativa bens e serviços, vem se apresentando empiricamente em menor número do que o *Uber*, *Airbnb* e outras grandes organizações do mercado. De forma geral, entende-se que o campo da EC tem englobado organizações que tem o compartilhamento enquanto pressuposto, sendo esse utilizado para fins sociais, porém, em muitos casos, o fim econômico se destaca.

Visando o posicionamento da EC, uma vez que foi estabelecida, de forma provisória, a estrutura conceitual do campo, o trabalho buscou, também, a partir da literatura, identificar e discutir as principais abordagens de pesquisa que vêm sendo publicada sobre a EC, o que constitui o segundo objetivo específico dessa tese. Identificar como essas abordagens se fazem relevantes, a fim de entender o significado do que está sendo pesquisado a respeito da EC e quais direções o campo está tomando.

Nesse sentido, galga-se destaque ao aspecto econômico, ou ainda de modelo de negócio que visa o diferencial competitivo e o lucro, a qual a EC tem se enquadrado. Ao realizar a categorização, em que os artigos pesquisados foram divididos quanto à sua abordagem, destacou-se o “Modelo de negócio para geração de valor e lucro”, indicando uma forte tendência na consideração de experiências relacionadas à EC sob a ótica econômica. Destaca-se, ainda, uma gama significativa de trabalhos de cunho empírico que estudam o contexto da EC enquanto decisões de consumo; com foco na internet e na conexão entre pares, dentre outros tipos de estudos empíricos.

Não se pode desconsiderar categorias que indicavam a moralização da economia e um novo perfil de consumidor, que buscavam alternativas mais sustentáveis e acessíveis, em uma modificação das relações de posse para as de acesso. Nessas categorias, os estudos identificaram uma sociedade em mudança, em que os indivíduos passam a demandar por soluções que devem ser atendidas pelas organizações.

Assim, entende-se que a EC é um campo que possui potencial transformador, em que há uma mudança significativa na forma de se produzir e comercializar, bem como nos meios de vida. É visualizada também a tendência de se considerar a EC

enquanto modelo de negócio lucrativo, tendo em vista que parte significativa dos trabalhos destacam as grandes organizações do mercado e como essas constituem suas atividades.

Dessa forma, a fim de responder ao terceiro objetivo específico e a pergunta central da tese, busca-se na literatura, estudos como os de Chesnais (2017), Harvey (2014), Dowbor (2014), dentre outros, sobre possíveis rumos da sociedade atual e do capitalismo, para então entender a EC nesse contexto. Foram identificadas então, *a priori*, duas possibilidades, em que a EC poderia se enquadrar na forma de um novo paradigma ou um novo ciclo.

Uma vez que a EC passa a ser entendida enquanto campo válido e não uma utopia social, tendo em vista suas expressões práticas e seu impacto na sociedade, o trabalho investigou indícios que poderiam enquadrar a EC enquanto novo paradigma societal. Para tanto, partimos da investigação do capitalismo e suas crises. Essas, que permearam toda a idade moderna, desde o estabelecimento do capitalismo enquanto modo de produção, crises industriais e mais recentemente a crise da financeirização.

Ao final da era da financeirização fechamos com Sousa Santos (1999), quando o mesmo indica a mesma como uma fase em que há a completa desacretitação no projeto moderno. O autor questiona a forma como a sociedade lidará com isso. Estaríamos desacreditados no ideal liberal, sendo guiados para um novo caminho mais igual e compartilhado? Ou estaria o pilar mercado se consolidado em sua supremacia em relação aos demais, com relações trabalhistas cada vez mais desreguladas e flexíveis?

Nesse sentido, a partir da análise dos artigos publicados, percebe-se uma mudança de cultura e de perspectiva de vida dos indivíduos ocasionados pela EC. A própria forma de se produzir e comercializar sofre alteração, pois a posse cede lugar ao acesso, e bens são utilizados em sua máxima capacidade. Para que fosse considerada um novo paradigma, porém, deveria também acarretar uma modificação nas relações base do capitalismo, como a acumulação e a relação entre trabalho-capital. Como não há essa alteração, mas, pelo contrário, verificamos elementos como a superexploração do trabalho, as soluções implementadas pela EC demonstram não serem suficientes para a reestruturação do sistema.

Impactando significativamente os pilares sociais, como o mercado, a sociedade, bem como a política, mas sem romper com as bases do capitalismo, a presente tese entende a EC enquanto um novo ciclo. Ciclo esse, que vai ao encontro do que foi identificado por Chesnais (2017), em que a sociedade estaria modificando a forma de obtenção de valor. Se no ciclo da financeirização o valor era obtido através do capital fictício, no novo ciclo esse valor passa a ser obtido diretamente através do trabalho.

Essa característica vai ao encontro do que se tem entendido a respeito da EC, em que grandes organizações transferem os custos diretamente para o trabalhador, como a *uber*. Nesse tipo de organização, não se tem o custo com a produção, possibilitando então que o valor seja retirado diretamente do trabalho. Sendo essa então a principal característica do novo ciclo representado pela EC, em que, nesse novo capitalismo o valor é obtido através da superexploração do trabalho.

É visualizado então, que o pilar mercado, mais uma vez se destaca perante os demais, fortalecendo ainda mais o ideal liberal. Como consequência, tal como vimos anteriormente em Polanyi (1980), sempre que o mercado se destaca, há a tentativa da sociedade de não deixar que uma separação ocorra, ocasionando o esbagaçamento do tecido social. Mais uma vez observa-se esse movimento, no novo ciclo representado pela EC.

Foram identificadas grandes organizações no campo, tais como *Uber* e *Airbnb*, que veem seus negócios serem cada vez mais lucrativos. A reação da sociedade se dá por meio de demandas, tais como: sustentabilidade em suas atividades, preocupação com a qualidade de vida dos clientes, produtos mais acessíveis, consumo ambientalmente consciente e a valorização das individualidades ao se consumir. A fim de atender essa demanda, as organizações recorrem ao esbagaçamento de outro extrato social, que é a de seus colaboradores, que realizam as atividades com recursos próprios, sem garantias e segurança trabalhista.

Através dos estudos empíricos e teóricos analisados, a presente tese traz como principais contribuições: a Revisão Sistemática de Literatura em si, o posicionamento em relação ao empirismo do campo e o posicionamento social da EC em relação aos paradigmas sociais.

Sobre a RSL, identificam-se as principais abordagens de pesquisa, ou seja, a tendência que o campo está seguindo. A percepção dessas tendências contribui para que futuras pesquisas possam ser direcionadas nesse sentido, no que vem sendo publicado, ou até mesmo que sejam feitos trabalhos críticos, no sentido de questionamento em relação ao campo e ao rumo que está levando.

No mesmo sentido, de forma complementar, as tendências, a identificação dos principais tipos de organizações analisadas empiricamente contribui no sentido de que autores, em trabalhos futuros, possam focar no entendimento dessas organizações. Tal foco pode ser no sentido crítico ou na tentativa de compreender as transformações ocorridas no campo.

Como principal contribuição, essa tese traz o posicionamento social da EC, corroborando com trabalhos como os de Chesnais (2017), Dowbor (2017) e Harvey (2014). Os autores tratam de rumos que as crises modernas levariam ao capitalismo. Harvey (2014), por exemplo, trata possibilidades de que o sistema poderia estar em vias de eclodir. Dowbor (2017) e Chesnais (2017), por outro lado, consideram o sistema como mais uma vez mutando, para o reestabelecimento de novas relações capitalistas. Nesse sentido, o trabalho encontra, na EC, características descritas por Chesnais (2017) e também por Dowbor (2017), posicionando a mesma enquanto um novo ciclo.

O entendimento do novo ciclo capitalista, porém, ainda é incipiente, devendo ser amplamente explorado em novos estudos. Por ser incipiente, o trabalho focou em aspectos gerais do que seria esse novo ciclo. Destacam-se aqui suas características principais para a sociedade, como a preocupação com a sustentabilidade e o acesso às formas de exploração do trabalho. Trabalhos futuros podem explorar outras nuances do novo ciclo, como aspectos jurídicos nesse novo tipo de capitalismo, bem como aspectos políticos, aqui não explorado em detalhes.

É considerado também como limitação do trabalho, o fato deste focar na pesquisa de artigos escritos em inglês e português, publicados em revistas que compõe o eixo norte. Tal resultado consiste, portanto, em uma lacuna a ser explorada. Sugere-se então que pesquisas futuras explorem o eixo sul de publicações, ou contextos específicos em que o campo também se estabelece.

Destacamos também a importância de pesquisas empíricas a serem realizadas, em que possam ser observados, na prática, como modelos de negócios, inseridos no

contexto da EC, apresentam indícios de estar modificando as relações capitalistas rumo a esse novo ciclo. Nesse sentido, é necessária também a investigação de contextos distintos em que o campo se estabelece. Ou seja, entender as diferenças e peculiaridades de cada região, a fim de descrever as atividades do campo da forma como ela se estabelece nessas localidades.

Assim sendo, a investigação da EC, enquanto fenômeno, tem se mostrado relevante nos estudos organizacionais, tamanho é o impacto da mesma no que tange às novas formas de negócios. Mas, principalmente, ao impacto social causado, em que, mais do que um novo tipo de negócio, a EC tem se consolidado, cada vez mais enquanto proposta de uma nova sociedade, ainda capitalista, porém, com elementos distintos de tudo o que foi visualizado até hoje.

REFERÊNCIAS

ABDIR – Associação brasileira de direito. A flexibilização do contrato de trabalho. Acesso em maio de 2019. Disponível em: <https://abdir.jusbrasil.com.br/noticias/2448603/a-flexibilizacao-do-contrato-de-trabalho/amp>. 2010.

ACQUIER, A; DAUDIGEOS, T; PINKSE, J. Promises and paradoxes of the sharing economy: An organizing framework. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 125, p. 1-10, 2017.

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

AHSAN, M. Entrepreneurship and ethics in the sharing economy: A critical perspective. **Journal of Business Ethics**, p. 1-15, 2018.

ALONI, E. Pluralizing the Sharing Economy. **Wash. L. Rev.**, v. 91, p. 1397, 2016.

ALVESSON, M; SKÖLDBERG, Kaj. **Reflexive methodology: New vistas for qualitative research**. Sage, 2000.

ALVESSON, M; SANDBERG, J. Generating research questions through problematization. **Academy of management review**, v. 36, n. 2, p. 247-271, 2011.

ANDRÉ, R; SILVA, R; NASCIMENTO, R. “Precário não é, mas eu acho que é escravo”: Análise do Trabalho dos Motoristas da Uber sob o Enfoque da Precarização. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 18, n. 1, p. 7-34, 2019.

ARIA, M; CUCCURULLO, C. Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. **Journal of Informetrics**, v. 11, n. 4, p. 959–975, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 2006.

BAUMAN, Z. **O Mal Estar na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BAUMAN, Z. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BAUMAN, Z; MAY, T. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Zahar, 2010.

BECKER-LEIFHOLD, C. The role of values in collaborative fashion consumption-A critical investigation through the lenses of the theory of planned behavior. **Journal of Cleaner Production**, 199: 781-791. 2018.

BELL, D. The coming of the post-industrial society. In: **The Educational Forum**. Taylor & Francis Group, p. 574-579. 1976.

BELK, R. Sharing. **Journal of consumer research**, v. 36, n. 5, p. 715-734, 2007.

BELK, R. You are what you can access: Sharing and collaborative consumption online. **Journal of business research**, v. 67, n. 8, p. 1595-1600, 2014.

BEZERRA, L.; FERREIRA, L. Turismo, viagem e economia compartilhada: as experiências relatadas pelos usuários do Couchsurfing em Natal/RN. **Turismo: Visão e Ação**, v. 20, n. 3, 2018.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Economia Colaborativa em América Latina**. Madrid: IE Business School, 2016.

BLAL, I; SINGAL, M; TEMPLIN, J. Airbnb's effect on hotel sales growth. **International Journal of Hospitality Management**, v. 73, p. 85-92, 2018.

BOBBIO, N. **Liberalismo e Democracia**. SP. Brasiliense.1994.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. - Características da investigação qualitativa. In: **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Porto Editora, 1994. p.47-51.

BOTSMAN, R; ROGERS, R. **What's mine is yours: how collaborative consumption is changing the way we live**. 2011.

BRANCO, A; NUNES, J. Impactos das plataformas P2P na economia do compartilhamento. PMKT – **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia** (PMKT on-line). São Paulo, v. 11, n. 2, p. 222-235, maio-ago. 2018

BRESSER-PEREIRA, L. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?. **Novos estudos CEBRAP**, n. 86, p. 51-72, 2010.

BRETON, P. **Norbert Wiener e a emergência de uma nova utopia**, 1995. Disponível em <http://www.comtudo.com.br/artigos/norbert-wiener-e-a-emergencia-de-uma-nova-utopia>. Acesso em fev. 2019.

BROADUS, R. Toward a definition of “bibliometrics”. **Scientometrics**, v. 12, n. 5-6, p. 373-379, 1987.

CAGLE, S. the Sharing Economy Was Always a Scam. OneZero. Março 2019. Disponível em: <https://onezero.medium.com/the-sharing-economy-was-always-a-scam-68a9b36f3e4b>. Acesso em junho 2019.

CAMILLERI, J.; NEUHOFER, B. Value co-creation and co-destruction in the Airbnb sharing economy. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, Vol. 29 No. 9, pp. 2322-2340. 2017.

CANÇADO, A; PEREIRA, J; TENÓRIO, F. **Gestão social: epistemologia de um paradigma**. Curitiba: CRV, 2015.

CANTERA, J.; VAQUERO, P. Networknomics: um nuevo paradigma de creación de valor em la economia de la creatividad, la conectividade y la colaboración. **Seattle: Space Independent Publishing Platform**, 2012.

CASTELLS, M. CARDOSO, G. **The network society: From knowledge to policy**. Washington, DC: Johns Hopkins Center for Transatlantic Relations, 2006.

CERVERO, R.; RAYLE, R.; SHAHEEN, S.; CHAN, N.; DAI, D. App-Based, On-Demand Ride Services: Comparing Taxi and Ridesourcing Trips and User Characteristics in San Francisco. **Berkley**, California: Universidade da Califórnia, Agosto de 2014.

CHAI, S.; SCULLY, M. It's About Distributing Rather than Sharing: Using Labor Process Theory to Probe the "Sharing" Economy. **Journal of Business Ethics**, v. 159, n. 4, p. 943-960, 2019.

CHENG, X; FU, S; DE VREEDE, G. A mixed method investigation of sharing economy driven car-hailing services: Online and offline perspectives. **International Journal of Information Management**, v. 41, p. 57-64, 2018.

CHESNAIS, F. Da noção de imperialismo e da análise de Marx do capitalismo: pré/visões da crise. In: NÓVOA, J. (Org.). **O Incontornável Marx**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: UNESP, 2007.

CHESNAIS, F. **Le capitalisme a-t-il rencontré des limites infranchissables**. Al'encontre. Publicado em 2017.

CHRISTIE, N.; WARD, H. The health and safety risks for people who drive for work in the gig economy. **Journal of transport and health**, 13, 115-127. 2019.

CHRISTINO, J.; SILVA, T.; CARDOZO, É.; LOPES, A. Adoção de plataformas on-line de hospedagem compartilhada: um estudo do comportamento de uso do Airbnb. **Turismo-Visão e Ação**, v. 21, n. 1, p. 165, 2019.

CIULLI, F; KOLK, A. Incumbents and business model innovation for the sharing economy: Implications for sustainability. **Journal of cleaner production**, v. 214, p. 995-1010, 2019.

CODAGNONE, C; KARATZOGIANNI, A; MATTHEWS, J. **Platform Economics: Rhetoric and Reality in the 'Sharing Economy'**. Emerald Publishing, London. 2019.

COUCHSURFING. Disponível em <https://www.couchsurfing.com/>. Acesso em dezembro de 2017.

CONTESINI, L. **Uber vs taxi: Uma Guerra perdida para os taxistas**. Disponível em: <https://www.flatout.com.br/uber-vs-taxis-uma-guerra-perdida-para-os-taxistas/>. Julho/2015. Acesso em abril/ 2018.

COHEN, B.; KIETZMANN, J. Ride on! Mobility Business Models for the Sharing Economy. **Organization & Environment**, v. 27, 2014.

CORNELLA, A. **La solución empieza por Co-: hacia la sociedad y la economía de la colaboración**. Barcelona: Infonomia, 2012.

- COSTA, L; PINHEIRO, P; CHIM-MIKI, A. Determinantes de las referencias en couchsurfing Com el “salto de fe” desde la hospitalidad online hacia la hospitalidad offline. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 27, n. 3, p. 550-568, 2018.
- DA SILVA, Newton Ferreira. Mundialização do capital e precarização do trabalho: a regressão capitalista. **Revista Aurora**, v. 5, n. 1, 2011.
- DA SILVEIRA, L; PETRINI, M; DOS SANTOS, A. Economia compartilhada e consumo colaborativo: o que estamos pesquisando?. **REGE-Revista de Gestão**, v. 23, n. 4, p. 298-305, 2016.
- DENZIN, N.; LINCOLN, Y. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Ed.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2010.
- DE CASTRO, S. A origem do estado moderno em Maquiavel e Hobbes. **Sofia**, v. 6, n. 2, p. 13-22, 2017.
- DE VRIES, H.; BEKKERS, V.; TUMMERS, L. Innovation in the public sector: A systematic review and future research agenda. **Public Administration**, v. 94, n. 1, p. 146–166, 2016.
- DIAS, R. Introdução ao estudo sociológico das organizações. In DIAS, R. **Sociologia das organizações**. São Paulo: Atlas, 2008.
- DIJK, T. Critical discourse analysis. In: SCHIFFRIN, D.; TANNEN, D., et al (Ed.). **The handbook of discourse analysis**. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.
- DOWBOR, L. **A era do Capital Improdutivo**. Autonomia Literária, Outras Palavras, São Paulo 2017.
- DOGRU, T.; MODY, M.; SUESS, C. Adding evidence to the debate: Quantifying Airbnb's disruptive impact on ten key hotel markets. **Tourism Management**, 72, 27-38. 2019.
- FEYERABEND, P. **Adeus a razão**. Rio de Janeiro: Edições 70. Biblioteca de filosofia contemporânea. 1991.
- FILGUEIRAS, L. A crise geral do capitalismo: possibilidades e limites de sua superação. **Critica marxista**, v. 30, p. 21-27, 2010.
- FOURNIER, S.; ECKHARDT, G.; BARDI, F. Learning to play in the new “share economy”. **Harvard Business Review**. Boston, jul-ago. 2015. Disponível em: https://hbr.org/2013/07/learning-to-play-in-the-new-share-economy&cm_sp=Ar.
- FLEMING, P. The human capital hoax: Work, debt and insecurity in the era of Uberization. **Organization Studies**, v. 38, n. 5, p. 691-709, 2017.
- FRANCO, D.; FERRAZ, D. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 17, n. SPE, p. 844-856, 2019.

FREMSTAD, A. Does craigslist reduce waste? Evidence from California and Florida. **Ecological Economics**, 132: 135-143. 2017.

GALVÃO, Taís Freire; PANSANI, Thais de Sousa Andrade; HARRAD, David. Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: a recomendação PRISMA. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, p. 335-342, 2015.

GANSKY, L. **The mesh: Why the future of business is sharing**. Penguin, 2010.

GARCIA, F; BRONZO, M. As bases epistemológicas do pensamento administrativo convencional e a crítica à teoria das organizações. **Encontro de Estudos Organizacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, v. 1, 2000.

GIBBS, C.; GUTTENTAG, D.; GRETZEL, U.; YAO, L.; MORTON, J. Use of dynamic pricing strategies by Airbnb hosts. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**. Vol. 30 No. 1, pp. 2-20. 2018.

GIDDENS, A. **Novas regras do método sociológico: uma crítica positiva das sociologias compreensivas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIDDENS, A; PIERSON, C. **Conversations with Anthony Giddens: Making sense of modernity**. Stanford University Press, 1998.

GOMES, A. Fordismo e taylorismo: as influencias culturais no atual mercado. **Revista Unilus Ensino e Pesquisa**. V. 4, n. 7. 2007.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social & Sociedade**, v. 112, p. 637-671, 2012.

GONG, D.; GONG, D.; LIU, S.; LIU, J.; REN, L. Who benefits from online financing? A sharing economy E-tailing platform perspective. **International Journal of Production Economics**, v. 222, 2020.

GRIFFITH, D; VAN ESCH, P; TRITTENBACH, M. Investigating the mediating effect of Uber's sexual harassment case on its brand: Does it matter?. **Journal of Retailing and Consumer Services**, v. 43, p. 111-118, 2018.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel - As concepções de Estado em Marx, Engels, Lenin e Gramsci**. L. & PM Editores. Porto Alegre (1980).

GUPTA, M.; ESMAEILZADEH, P.; UZ, I.; TENNANT, V. The effects of national cultural values on individuals' intention to participate in peer-to-peer sharing economy. **Journal of Business Research**, 97, 20-29. 2019.

GUTTENTAG, D.; SMITH, S. Assessing Airbnb as a disruptive innovation relative to hotels: Substitution and comparative performance expectations. **International Journal of Hospitality Management**, v. 64, p. 1-10, 2017.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1990.

HARTL, B.; SABITZER, T.; HOFMANN, E.; PENZ, E. Sustainability is a nice bonus: the role of sustainability in carsharing from a consumer perspective. **Journal of Cleaner Production**, 202, 88-100. 2018.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

*HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.*

HARVEY, David. **Seventeen contradictions and the end of capitalism**. Oxford University Press (UK), 2014.

HASSAN, I. The culture of postmodernism. **Theory, Culture & Society**, v. 2, n. 3, p. 119-131, 1985.

HENRIQUES, M. Karl Polanyi como filósofo social: o papel do indivíduo na construção da liberdade. **International Journal of Philosophy and Social Values**, 3(1), 103-123. 2020.

HOBBSAWM, E. J. **A Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HONG, S.; LEE, S. Adaptive governance, status quo bias, and political competition: Why the sharing economy is welcome in some cities but not in others. **Government Information Quarterly**, 35.2: 283-290. 2018.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. Centauro, 2007.

HU, J.; LIU, Y.; YUEN, T.; LIM, M.; HU, J. Do green practices really attract customers? The sharing economy from the sustainable supply chain management perspective. **Resources, Conservation and Recycling**, 149, 177-187. 2019.

HUARNG, K. Entrepreneurship for long-term care in sharing economy. **International Entrepreneurship and Management Journal**, v. 14, n. 1, p. 97-104, 2018.

HUDSON, M. **Killing the host: How financial parasites and debt bondage destroy the global economy**. CounterPunch, 2015.

JIN, S.; KONG, H.; WU, R.; SUI, D. Ridesourcing, the sharing economy, and the future of cities. **Cities**, 76, 96-104. 2018.

KALAMAR, A. Sharewashing is the new greenwashing. **OpEdNews**. 28 de mar. 2016. Disponível em: <http://www.opednews.com/articles/Sharewashing-is-the-New-Gr-by-Anthony-Kalamar-130513-834.html>. 2016.

KARATZOGIANNI, A; MATTHEWS, J. Platform Ideologies: Ideological production in digital intermediation platforms and structural effectivity in the “sharing economy”. **Television & New Media**, v. 21, n. 1, p. 95-114, 2020.

KARLSSON, L.; KEMPERMAN, A.; DOLNICAR, S. May I sleep in your bed? Getting permission to book. **Annals of Tourism Research**, 2017, 62: 1-12. 2017.

KATHAN, W.; MATZLER, K.; VEIDER, V. The sharing economy: Your business model's friend or foe?. **Business Horizons**, v. 59, n. 6, p. 663-672, 2016.

KRAMER, B. *Shareology: How Sharing is Powering the Human Economy*. USA: **Morgan James Publishing**. 2015.

KRAMER, J. **A economia compartilhada e a uberização do trabalho: utopias do nosso tempo? 2017. 129 f.** 2017. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Direito)–Universidade Federal do Paraná, Paraná.

KRUGMAN, P. A crise de 2008 e a economia da depressão. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 1, p. 180-182, 2010.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 6. ed. São Paulo : Perspectiva, 2001.

KUMAR, K. **Utopia and anti-utopia in modern times**. Basil Blackwell, 1987.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Zahar, Rio de Janeiro. 2 ed. 2006.

KUJAWSKI, G. **A crise do século XX**. São Paulo : Ática, 1988.

KWOK, L; XIE, K. Pricing strategies on Airbnb: Are multi-unit hosts revenue pros?. **International Journal of Hospitality Management**, v. 82: 252-259. 2018.

LAAMANEN, M; WAHLEN, S; LOREK, S. A moral householding perspective on the sharing economy. **Journal of Cleaner Production**, 202: 1220-1227. 2018.

LAURELL, C.; SANDSTRÖM, C. The sharing economy in social media : Analyzing tensions between market and non-market logics. **Technological Forecasting & Social Change**, v. 125, p. 58–65, 2017.

LEBOW, V. Price Competition in 1955. **Journal of Retailing**, Spring, 1955. Disponível em:< <http://ablemesh.co.uk/PDFs/journal-of-retailing1955.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2017.

LEUNG, X.; XUE, L.; WEN, H. Framing the sharing economy: Toward a sustainable ecosystem. **Tourism Management**, 71: 44-53. 2019.

LEVITAS, R. **Utopia as method: The imaginary reconstitution of society**. Springer, 2013.

LINDBLOM, A; LINDBLOM, T. De-ownership orientation and collaborative consumption during turbulent economic times. **International Journal of Consumer Studies**, 41.4: 431-438. 2017.

MÄNTYMÄKI, M.; BAIYERE, A.; ISLAM, A. Digital platforms and the changing nature of physical work: Insights from ride-hailing. **International Journal of Information Management**, v. 49, p. 452-460, 2019.

MANYIKA, J.; LUND, S.; BUGHIN, J.; ROBINSON, K.; MISCHKE, J.; MAHAJAN, D. **Independent work: choice, necessity, and the gig economy**. San Francisco: McKinsey Global Institute, 2016.

MARCONDES, R. Padrão-ouro e estabilidade. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 28, n. 3, p. 533-559, 1998.

MARTIN, C. The sharing economy: A pathway to sustainability or a nightmarish form of neoliberal capitalism?. **Ecological Economics**, v. 121, p. 149-159, 2016.

MARX, K. **O capital: livro I**, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 189, 1980.

MATEO-BABIANO, I; KUMAR, S; MEJIA, A. Bicycle sharing in Asia: a stakeholder perception and possible futures. **Transportation research procedia**, v. 25, p. 4966-4978, 2017.

MELO, S; MACEDO, J; BAPTISTA, P. Capacity-sharing in logistics solutions: A new pathway towards sustainability. **Transport Policy**, 73: 143-151. 2019.

MENASCÉ, D.; VINCENT, C; MOREAU, M. Smart Cities and new forms of employment. **Field Actions Science Reports. The journal of field actions**, n. Special Issue 16, p. 16-21, 2017.

MEREDITH, J. Theory Building through Conceptual Methods. **International Journal of Operations & Production Management** 13 (5), 3–11. 1993.

MERQUIOR, J. **O liberalismo-antigo e moderno**. É Realizações Editora Livraria e Distribuidora LTDA, 2016.

MEREDITH, J. Theory Building through Conceptual Methods. **International Journal of Operations & Production Management** 13 (5), 3–11. 1993.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MILLER, K; MCADAM, R; MACADAM, M. Knowledge transfer in university quadruple helix ecosystems: an absorptive capacity perspective. **R&D Management**, v. 46, n. 2, p. 383-399, 2016.

MOATTI, S-C. The sharing economy's new middlemen. **Harvard Business Review**, Boston. Disponível em: <https://hbr.org/2015/03/the-sharing-economys-new-middlemen>. 2015.

MODY, M; SUESS, C; LEHTO, X. Going back to its roots: can hospitableness provide hotels competitive advantage over the sharing economy?. **International Journal of Hospitality Management**, v. 76, p. 286-298, 2019.

MOLZ, J. Social networking technologies and the moral economy of alternative tourism: The case of couchsurfing. **Annals of tourism research**, 43: 210-230. 2013.

MOMIGLIANO, A. **Essays in ancient and modern historiography**. Oxford: Brasil Blackwell. 1977.

MORLIGHEM, A. **Économie collaborative: le nouvel art des co.** 1ed. Paris: Décisions durables, 2014.

MÜLLER, S.; WELPE, I. Sharing electricity storage at the community level: An empirical analysis of potential business models and barriers. **Energy policy**, v. 118, p. 492-503, 2018.

NETTER, S; PEDERSEN, E; LÜDEKE-FREUND, F. Sharing economy revisited: Towards a new framework for understanding sharing models. **Journal of cleaner production**, v. 221, p. 224-233, 2019.

NOGUEIRA, B.; KUHNEN, M.; FIATES, G. **Inovação em serviços de hospedagem: uma análise do caso AIRBNB. 2016**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/166437/TC%20-%20Bruno%20Cardoso%20Nogueira%20e%20Matheus%20Hubbe%20Kuhnen.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em março 2018.

NOVEL, S. **Économie du partage: enjeux et opportunités pour la transition écologique**. Paris: IDDRI Sciences po, 2013.

PWC. **The Sharing Economy**. Consumer Intelligence Series. Disponível em: <https://www.pwc.com/us/en/industry/entertainment-media/publications/consumer-intelligence-series/assets/pwc-cis-sharing-economy.pdf>. 2015.

OWYANG, J.; TRAN, C.; SILVA, C. **The collaborative economy: products, services and market relationships have changed as sharing startups impact business models**. San mateo:Altimeter, 2013.

PANIAGO, M. Keynesianismo, neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado. **Marx, Mészáros e o Estado**. PANIAGO, Maria Cristina Soares (Org.). São Paulo, Instituto Lukács, 2012.

PARK, H; ARMSTRONG, C. Collaborative apparel consumption in the digital sharing economy: An agenda for academic inquiry. **International Journal of Consumer Studies**, v. 41, n. 5, p. 465-474, 2017.

PETERSON, A.; CRITTENDEN, V; ALBAUM, G. On the economic and social benefits of direct selling. **Business Horizons**, v. 62, n. 3, p. 373-382, 2019.

PETRINI, M; FREITAS; SILVEIRA, L. A proposal for a typology of sharing economy. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 18, n. 5, p. 39-62, 2017.

PIQUERAS, A. **Capitalismo mutante: crisis y lucha social en un Sistema en degeneración**. Barcelona: Icaria Editorial, 2015.

PISCICELLI, L.; LUDDEN, G.; COOPER, T. What makes a sustainable business model successful? An empirical comparison of two peer-to-peer goods-sharing platforms. **Journal of cleaner production**, 172: 4580-4591. 2018.

PRIPORAS, C.; STYLOS, N.; RAHIMI, R.; VEDANTHACHARI. Unraveling the diverse nature of service quality in a sharing economy. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**. Vol. 29 No. 9, pp. 2279-2301. 2017.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Elsevier Editora Ltda. 1980.

PREVIDI, G. **Descentralização monetária: um estudo sobre o Bitcoin**. 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/116267>. Acesso em março 2018.

QUERBES, A. Banned from the sharing economy: an agent-based model of a peer-to-peer marketplace for consumer goods and services. **Journal of evolutionary economics**, v. 28, n. 3, p. 633-665, 2018.

RAMALHO, F.; SILVA JR, J. A emergência do compartilhamento: o futuro da sociedade é colaborativo? **Revista NAU Social**, Salvador, v.7, n.12, 31-36, 2016.

RETAMAL, M. Collaborative consumption practices in Southeast Asian cities: Prospects for growth and sustainability. **Journal of cleaner production**, 222: 143-152. 2019.

RIBEIRO-SORIANO, D; ZENG, J. Some issues in recent entrepreneurship approaches: joining previous and current theories. **International Entrepreneurship and Management Journal**, v. 14, n. 1, p. 1-4, 2018.

RICHARDSON, L. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHTER, C et al. Digital entrepreneurship: Innovative business models for the sharing economy. **Creativity and Innovation Management**, v. 26, n. 3, p. 300-310, 2017.

RIFKIN, J. **The zero marginal cost society: the internet of things, the collaborative commons, and the eclipse of capitalism**. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

RITTER, M.; SCHANZ, H. The sharing economy: A comprehensive business model framework. **Journal of Cleaner Production**, 213, 320-331. 2019.

ROCHA, E. Culpa e prazer: imagens do consumo na cultura de massa. **Comunicação Mídia e Consumo**, v. 2, n. 3, p. 123-138, 2008.

ROOS, D.; HAHN, R. Understanding collaborative consumption: An extension of the theory of planned behavior with value-based personal norms. **Journal of Business Ethics**, 158.3: 679-697.2019

SARMENTO, D. **Ordem Constitucional Econômica, Liberdade e Transporte Individual de Passageiros: o ‘caso Uber’**. Parecer s/n, Rio de Janeiro: 10 de julho de 2015.

SCHOR, J. **Debating the sharing economy**. Great Transition Initiative: Toward a transformative vision and praxis, 2014.

SCHWIETERMAN, J.; BIESZCZAT, A. The cost to carshare: A review of the changing prices and taxation levels for carsharing in the United States 2011–2016. **Transport Policy**, v. 57: 1-9. 2017.

SILVEIRA, L; PETRINI, M; DOS SANTOS. Economia compartilhada e consumo colaborativo: o que estamos pesquisando?. **REGE-Revista de Gestão**, v. 23, n. 4, p. 298-305, 2016.

SILVERMAN, D. **Interpreting Qualitative Data: Methods for Analyzing Talk, Text and Interaction**. Sage, London, UK. 2006.

SOUSA SANTOS, B. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos avançados**, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988.

SOUSA SANTOS, B. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 1989.

SOUSA SANTOS, B. **Pelas mãos de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. Edições Afrontamento. 1999.

SOUSA SANTOS, B. **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUSA SANTOS, B. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia**. Boitempo Editorial, 2021.

SPALENZA, A. RAMALHO, F. DOIN, T. Economia do compartilhamento: Uma revisão sistemática de literatura. In: XXI Semead. São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2018.

SPALENZA, A.; DE AMARAL, M. Estratégia organizacional voltada para a lucratividade e sustentabilidade: um estudo de caso. **Gestão e Desenvolvimento**, v. 15, n. 1, p. 145-166, 2018.

SPALENZA, A.; DA SILVA JUNIOR, A. Estratégia Organizacional Social e Ambientalmente Responsável: A Articulação entre a Competência Essencial e a Vantagem Competitiva em um Aterro Sanitário. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 12, n. 3, p. 131-157, 2017.

STIGLITZ, J. **Rewriting the rules of the American economy: An agenda for growth and shared prosperity**. WW Norton & Company, 2015.

SUN, L.; TEUNTER, R.; BABAI, M.; Z.; HUA, G. Optimal pricing for ride-sourcing platforms. **European Journal of Operational Research**, 278(3), 783-795. 2019.

SUTHERLAND, W; JARRARI, M. The sharing economy and digital platforms: A review and research agenda. **International Journal of Information Management**. Vol 43. P. 328-341. 2018.

TENÓRIO, F. A unidade dos contrários: fordismo e pós-fordismo. **Revista de administração pública**, v. 45, n. 4, p. 1141-1172, 2011.

TRANFIELD, D.; DENYER, D.; SMART, P. Towards a Methodology for Developing Evidence-Informed Management Knowledge by Means of Systematic Review. **British Journal of Management**. 14, 207–222. 2003.

TURCHI, S. O novo “possuir”: como aproveitar a era da economia compartilhada. Publicado em 16/08/2019. <http://sandraturchi.com.br/novo-possuir-como-aproveitar-era-da-economia-compartilhada>. Acesso em 20/11/2019.

TUSSYADIAH, I. Factors of satisfaction and intention to use peer-to-peer accommodation. **International Journal of Hospitality Management**, v. 55, p. 70-80, 2016.

VERA, L. Compartilhamento e consumo colaborativo no contexto do turismo: um estudo comparativo Brasil-Portugal sobre os antecedentes do comportamento do consumidor em plataformas de economia compartilhada. **Sociology**. 2018.

VILLANOVA, A. **Modelos de negócio na economia compartilhada: uma investigação multi-caso**. Tese de Doutorado. 2015.

WATANABE, C.; NAVEED, K.; NEITTAANMÄKI, P.; FOX, B. Consolidated challenge to social demand for resilient platforms-Lessons from Uber's global expansion. **Technology in society**, 48, 33-53. 2017.

WEBER, T. Intermediation in a sharing economy: insurance, moral hazard, and rent extraction. **Journal of Management Information Systems**, v.31. n 3: 35-71. 2014.

WEBER, T. Product pricing in a peer-to-peer economy. **Journal of Management Information Systems**, v. 33. N 2, 573-596. 2016.

WELLEN, H. **Para a crítica da economia solidária**. Outras expressões. São Paulo, 2012.

WIENER, N. **The human use of human beings: cybernetics and society**. Free association books. London, 1989.

WILLIAMS, C.; HORODNIC, I. Regulating the sharing economy to prevent the growth of the informal sector in the hospitality industry. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, Vol. 29 No. 9, pp. 2261-2278. 2017.

WRUK, D.; OBERG, A.; KLUTT, J.; MAURER, I. The presentation of self as good and right: How value propositions and business model features are linked in the sharing economy. **Journal of Business Ethics**, 159(4), 997-1021. 2019.

YU, H; SEO, I; CHOI, J. A study of critical factors affecting adoption of self-customisation service–focused on value-based adoption model. **Total Quality Management & Business Excellence**, v. 30, n. sup1, p. S98-S113, 2019.

YUANA, S.; SENEGERS, F.; BOON, W.; RAVEN, R. Framing the sharing economy: A media analysis of ridesharing platforms in Indonesia and the Philippines. **Journal of cleaner production**, 212, 1154-1165.2019.

ZHANG, T; GU, H; JAHROMI, M. What makes the sharing economy successful? An empirical examination of competitive customer value propositions. **Computers in Human Behavior**, v. 95, p. 275-283, 2019.

ZHU, G; LI, H; ZHOU, L. Enhancing the development of sharing economy to mitigate the carbon emission: a case study of online ride-hailing development in China. **Natural Hazards**, 91.2: 611-633. 2017.

ZHU, G; SO, K; HUDSON, S. Inside the sharing economy. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, Vol. 29 No. 9, pp. 2218-2239.2017.

APENDICE A – ARTIGOS REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Title	Authors	Source	JCR	Year	BASE	Objeto de pesquisa	Eixo temático	Elementos abordados
(Self-)Regulation of Sharing Economy Platforms Through Partial Meta-organizing	Berkowitz, H; Souchaud, A	Journal of Business Ethics	2,354	2019	WEB OF SCIENCE	Croundsharing	Regulação e regulamentação	governança e legislação
"Sustainability is a nice bonus" the role of sustainability in carsharing from a consumer perspective	Hartl, B; Sabitzer, T; Hofmann, E; Penz, E	Journal of Cleaner Production	5,715	2018	WEB OF SCIENCE	Entrevistados de forma aleatória, estudo com consumidores de serviços de carsharing.	Negócios sustentáveis	Percepção de Sustentabilidade na EC, porém alinhada ao benefício financeiro.
A mixed method investigation of sharing economy driven car-hailing services: Online and offline perspectives	Cheng, X; Fu, S; Vreede, G	International Journal of Information Management	6,701	2018	WEB OF SCIENCE	ride-sharing	Novo modelo de negócios	(Qualidade, satisfação, lealdade, marketing relacional)
A moral householding perspective on the sharing economy	Laamanen, M; Wahlen, S; Lorek, S.	Journal of Cleaner Production	6	2018	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	compartilhamento; IMPORTANTE: Relaciona Pollanyi

A PROPOSAL FOR A TYPOLOGY OF SHARING ECONOMY	Petrini, M; Silveira, L; Freitas, C	RAM		2017	SCIELO	Objeto de estudo não específico	Discussão conceitual	<p>IMPORTANTE: tipologia sobre principais manifestações da EC : new business models represent the new players based on technological platforms, which are the core business of the company, and generate income by charging service fees; 2. redesigned businesses are traditional market models redesigned to present time and price advantages to the consumer; 3. sharing by ideal is the archetype that best represents sustainable consumption alternative models.</p>
A qualitative investigation of microentrepreneurship in the sharing economy	Zhanga, T; Bufquina, D; Lub, C.	International Journal of Hospitality Management	6,701	2019	WEB OF SCIENCE	Airbnb	Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	motivações pessoais, culturais e sociais para que pessoas passem a utilizar negócios compartilhados
A strategic framework for a profitable business model in the sharing economy	Kumar, V; Lahiri, A; Dogan, O.	Industrial Marketing Management	4695	2018	WEB OF SCIENCE	Uber, Airbnb, Luxe	Novo modelo de negócios	tecnologia, organizações em rede, estratégia organizacional
A study of critical factors affecting adoption of self-customisation service – focused on value-based adoption model	Yu, H.; Seo, I.; Choi, J.	Total Quality Management & Business Excellence		2019	SCOPUS	Diversos: Foco no usuário	Novo modelo de negócios	novos padrões de consumo, comportamento do novo consumidor
A triadic framework for collaborative consumption (CC): Motives, activities and resources & capabilities of actors	Benoit, S; Baker, T; Bolton, R; Gruber, T; Kandampully, J.	Journal of Business Research	4,874	2017	WEB OF SCIENCE	Uber	Novo modelo de negócios	Identificação de novos padrões de consumo, marketing relacional. IMPORTANTE: Diferencia as trocas tradicionais do compartilhamento comercial. O que era tradicional passa a ser utilizado pelo mercado.
Adaptive governance and decentralization: Evidence from regulation of the sharing economy in multi-level governance	Hong, S; Lee, S.	Government Information Quarterly	5098	2017	WEB OF SCIENCE	Airbnb	Regulação e regulamentação	liberdade de mercado propiciando a EC

Adaptive governance, status quo bias, and political competition: Why the sharing economy is welcome in some cities but not in others	Hong, S; Lee, S.	Government Information Quarterly	5098	2018	WEB OF SCIENCE	Airbnb	Regulação e regulamentação	Importância da regulamentação na implantação da EC
Adding evidence to the debate: Quantifying Airbnb's disruptive impact on ten key hotel markets	Drogu, D; Mody, M; Suess, C	Tourism Management	7	2019	SCIENCE DIRECT	Airbnb	Novo modelo de negócios	INOVAÇÃO PROPICIADA PELA REGULAMENTAÇÃO
ADOÇÃO DE PLATAFORMAS ONLINE DE HOSPEDAGEM COMPARTILHADA: UM ESTUDO DO COMPORTAMENTO DE USO DO AIRBNB	Christino, J.; Silva, T.; Cardozo, E.; Lopes, A.	Turismo: Visão e Ação		2019	SCIELO	Airbnb	Novo modelo de negócios	motivação clientes, marketing relacional
Airbnb – an exploration of value co-creation experiences in Jamaica	Johnson, A; Neuhofer, B.	International Journal of Contemporary Hospitality Management	3	2017	SCOPUS	Airbnb	Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	Novas formas de se viver em sociedade; identidade do consumidor
Airbnb in European cities: Business as usual or true sharing Economy?	Gyódi, K.	Journal of Cleaner Production	5,715	2019	WEB OF SCIENCE	Airbnb	Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	Impactos da EC na sociedade
Airbnb's effect on hotel sales growth	Blal, I; Singal, M; Templin, J.	International Journal of Hospitality Management	7	2018	WEB OF SCIENCE	Airbnb	Novo modelo de negócios	Inovação
Algorithmic management: The case of Airbnb	Chenga, M; Foley, C.	International Journal of Hospitality Management	6,701	2019	WEB OF SCIENCE	Airbnb	Novo modelo de negócios	algoritmo e tecnologia
An exact solution method for the capacitated item-sharing and crowdshipping problem	Behrend, M; Meisel, F; Fagerholt, K; Andersson, H	European Journal of Operational Research	4.213	2019	WEB OF SCIENCE	crowdsharing	Novo modelo de negócios	Problemas ligados a tecnologia e cadeia de negócios

Assessing Airbnb as a disruptive innovation relative to hotels: Substitution and comparative performance expectations	Guttentag, D; Smith, S.	International Journal of Hospitality Management	6,701	2017	WEB OF SCIENCE	Airbnb	Novo modelo de negócios	Inovação, marketing relacional
Balanced Maximal covering location problem and its application in shared bicycle	Muren, H; Mukhopadhyay, S; Wu, J; Zhou, L; Zhiping, D	International Journal of Production Economics	5134	2019	WEB OF SCIENCE	bike-sharing	Novo modelo de negócios	tecnologia, qualidade serviços, percepção consumidor
Banned from the sharing economy: an agent-based model of a peer-to-peer marketplace for consumer goods and services	Querbes, A	Journal of Evolutionary Economics		2017	WEB OF SCIENCE	Bla bla car e Airbnb	Regulação e regulamentação	barreiras de entrada ou propiciando os negócios, que ganham espaço na nova sociedade
Behavioral intentions of disabled tourists for the use of peer-to-peer accommodations: An application of fsQCA	Olya, H.; Altinay Gazi, Z.; Altinay Aksal, F.; Altinay, M.	International Journal of Contemporary Hospitality Management	3,196	2018	SCOPUS	host-sharing	Novo modelo de negócios	Meios de se alcançar o diferencial competitivo e o lucro através da utilização de tecnologias e das organizações em rede
Business model diversification in the sharing economy: The case of GoMore	Guyader, H; Piscicelli, L.	Journal of Cleaner Production	5,715	2019	WEB OF SCIENCE	Ride-sharing - Go more	Novo modelo de negócios	diversificação de tipos de negócios
Business modes in the sharing economy: How does the OEM cooperate with thirdparty sharing platforms?	Li, Y; Bai, X; Xue, K.	International Journal of Production Economics	5.134	2019	WEB OF SCIENCE	car-sharing	Novo modelo de negócios	comportamento do novo consumidor; otimização de custos, recursos e disponibilização de bens e serviços.
Capacity-sharing in logistics solutions: A new pathway towards sustainability	Meloa, S; Macedob, J; Baptistac, P	Transport Policy	3,382	2019	SCIENCE DIRECT	Estrutura pública de compartilhamento	Negócios sustentáveis	impactos ambiental e social na EC
Casual carpooling in the San Francisco Bay Area: Understanding user characteristics, behaviors, and motivations	Shaheen, S.; Chan, N; Gaynor, T.	Transport Policy	3,382	2016	SCOPUS	Ride-sharing	Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	Novas formas de se viver em sociedade

CC-Qual: A holistic scale to assess customer perceptions of service quality of collaborative consumption services	Marimona, F; Llachb, J; Alonso-Almeidac, M; Mas-Machuca, M	International Journal of Information Management	6,701	2019	WEB OF SCIENCE	Diversos: Foco no usuário	Novo modelo de negócios	percepção consumidor, qualidade serviços, marketing
Chinese travelers' behavioral intentions toward room-sharing platforms: The influence of motivations, perceived trust, and past experience	Wu, J.;Zeng, M.; Xie, K.	International Journal of Contemporary Hospitality Management	3,196	2017	SCOPUS	host-sharing	Novo modelo de negócios	melhorias nos serviços
Collaborative apparel consumption in the digital sharing economy: An agenda for academic inquiry	Park, H.;Armstrong, C.	International Journal of Consumer Studies	1,51	2017	SCOPUS	Objeto de estudo não específico	Novo modelo de negócios	comportamento do novo consumidor.
Collaborative consumption practices in Southeast Asian cities: prospects for growth and sustainability	Retamal, M	Journal of Cleaner Production	6	2019	WEB OF SCIENCE	Entrevistados de forma aleatória, estudo com consumidores de serviços compartilhados.	Negócios sustentáveis	Foca nos aspectos sustentáveis, para além do econômico da EC
Commercial orientation in grassroots social innovation: Insights from the sharing economy	Martin, C; Upham, P; Budd, L.	Ecological Economics	1,72	2015	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Discussão conceitual	sustentabilidade, modelo de negócios e o que se entende sobre EC
Conceptual foundations for understanding smart tourism ecosystems	Gretzel, U; Werthner, H; Koo, C; Lamsfus, C.	Computers in Human Behavior	5.003	2015	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Discussão conceitual	inovações tecnológicas e adaptação
Consolidated challenge to social demand for resilient platforms - Lessons from Uber's global expansion	Watanabe, C.; Naveed, K.; Neittaanmäki, P.; Fox, B.	Technology in Society	2,414	2017	SCOPUS	Uber	Regulação e regulamentação	legislação e funcionamento do uber

Construal level and collaborative consumption: An exploratory approach	Sordi, J; Perin, M; Petrini, M; Sampaio, C.	International Journal of Consumer Studies	2	2018	SCOPUS	Objeto de estudo não específico	Discussão conceitual	discussão conceitual tratando de uma economia em transição, da posse para o acesso
Consumer motives for peer-to-peer sharing	Hawlitschek, F; Teubner, T; Gimpel, H	Journal of Cleaner Production	5,715	2018	WEB OF SCIENCE	Diversos: Foco no usuário	Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	Importancia das plataformas em promover sustentabilidade, impactos ambientais....
Contract Selection for a Multi-Service Sharing Platform with Self-Scheduling Capacity	Zhou, Y; Lin, X; Zhong, Y; Xie, W.	International Journal of Management Science		2018	WEB OF SCIENCE	Free comission contract plataforma	Novo modelo de negócios	fórmulas para que as plataformas operem
Crowdfunding: The collaborative economy for channelling institutional and household savings	Hernando, J.	Research in International Business and Finance	1,801	2016	SCOPUS	Objeto de estudo não específico	Discussão conceitual	discussão conceitual abordando a legislação e o calculo de risco ao se fazer um investimento
Crowdsourcing: Global search and the twisted roles of consumers and producers	Bauer, R; Gegenhuber, T.	Organization		2015	SCOPUS	Objeto de estudo não específico	Discussão conceitual	discute o funcionamento de um produto
Cyber trust	Etzioni, A	Journal of Business Ethics	2,354	2017	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Novo modelo de negócios	critica a falta de segurança nos negócios
Democratising platform governance in the sharing economy: An analytical framework and initial empirical insights	Martin, C; Upham, P; Klapper, R.	Journal of Cleaner Production	5,715	2017	SCOPUS	marketplace, Freegle	Outros	Governança democrática nas plataformas de EC
De-ownership orientation and collaborative consumption during turbulent economic times	Lindblom, A.; Lindblom, T.	International Journal of Consumer Studies	1,51	2017	SCOPUS	Objeto de estudo não específico	Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	mudança perspectiva social, novas forma de se viver em sociedade

DETERMINANTES DE LAS REFERENCIAS EN COUCHSURFING.COM El "salto de fe" desde la hospitalidad online hacia la hospitalidad offline	Costa, L.; Chim-Miki, A.	Estudios y Perspectivas en Turismo		2018	SCIELO	couchsurfing	Novo modelo de negócios	motivação clientes, marketig relacional
Digital entrepreneurship: Innovative business models for the sharing economy	Richter, C.; Kraus, S.; Brem, A.; Durst, S.; Giselbrecht, C.	Creativity and Innovation Management	1,523	2017	SCOPUS	Diversos: Foco no usuário	Novo modelo de negócios	novos padrões de consumo, comportamento do novo consumidor e sustentabilidade
Digital platforms and the changing nature of physical work: Insights from ride-hailing	Mäntymäki, M; Baiyere, A; Islam, A	International Journal of Information Management	6,701	2019	WEB OF SCIENCE	Ride-sharing	Novas formas de trabalho	Flexibilidade, trabalho autonomo, flexibilização de horários
Do green practices really attract customers? The sharing economy from the sustainable supply chain management perspective	Hu, J; Liu, Y; Yuen, T; Lim, M; Hu, J	Resources, Conservation & Recycling	8086	2019	WEB OF SCIENCE	Ride-sharing	Negócios sustentáveis	impactos ambiental e social na EC
Do we need rules for "what's mine is yours"? Governance in collaborative consumption communities	Hartl, B; Hofmann, E; Kirchler, E.	Journal of Business Research	4,874	2016	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Regulação e regulamentação	paralelo entre a modificação da posse para o acesso e a EC enquanto mudança de perspectiva social.
Does Craigslist Reduce Waste? Evidence from California and Florida	Fremstad, A	Ecological Economics	1,72	2017	WEB OF SCIENCE	Craigslist - Rede online que disponibiliza anuncios de forma gratuita	Negócios sustentáveis	Preservação ambiental propiciada pelos baixos custos de transação
Does shared consumption affect consumers' values, attitudes, and norms? A panel study	Roos, D.;Hahn, R.	Journal of Business Research	4,874	2017	SCOPUS	marketplace - sites de compras e vendas de itens	Posse para o acesso	mudança perspectiva social
Economia compartilhada e consumo colaborativo: o que estamos pesquisando?	Silveira, L; Petrini, M; Dos Santos	REGE - Revista de Gestão		2016	SCIENCE DIRECT	Objeto de estudo não específico	Discussão conceitual	panorama das pesquisas sobre EC até o momento
Efetividade do Crowdsourcing como Apoio à Segurança Pública	Mota, J.; Lima, A.	RAC		2018	SCIELO	crowndsharing	Outros	EC no setor público

Enhancing the development of sharing economy to mitigate the carbon emission: a case study of online ride-hailing development in China	Zhu, G; Li, H; Zhou, L	Natural Hazards		2017	SPRINGER	ride-sharing - Didi Chuxing	Negócios sustentáveis	Organizações e seu Impacto ambiental, econômico e social
Entrepreneurship and Ethics in the Sharing Economy: A Critical Perspective	Ahsan, M.	Journal of Business Ethics	2	2018	WEB OF SCIENCE	Uber	Novas formas de trabalho	perfil do novo trabalhador "parceiro"
Entrepreneurship for Long-term Care in Sharing Economy	Huang, K	International Entrepreneurship and Management		2018	SPRINGER	Objeto de estudo não específico	Novo modelo de negócios	novos padrões de consumo, comportamento do novo consumidor
Envisioning the 'Sharing City': Governance Strategies for the Sharing Economy	Vith, S; Oberg,A; Höllerer, M; Meyer,R	Journal of Business Ethics	2	2019	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	como a EC está modificando a sociedade em diversos âmbitos
Facility sharing in business-to-business model: A real case study for container terminal operators in Hong Kong port	Hoi-Lam, M; Wong, C; Leung, L; Chung, S	International Journal of Production Economics	5134	2019	WEB OF SCIENCE	E-tailing	Novo modelo de negócios	Custos de transação, qualidade serviços, preços
Factors of satisfaction and intention to use peer-to-peer accommodation	Tussyadiah, I.	International Journal of Hospitality Management	6,701	2016	WEB OF SCIENCE	Viajantes	Novo modelo de negócios	satisfação do consumidor
Food sharing, redistribution, and waste reduction via mobile applications: A social network analysis	Harvey, J; Smith, A; Goulding,J; Illodo, I	Industrial Marketing Management	4695	2019	WEB OF SCIENCE	Food sharing	Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	Importância da tecnologia nas mudanças das relações sociais
Framing The Sharing Economy A Media Analysis Of Ridesharing Platforms In Indonesia And The Philippines	Yuana, S; Sengers, F; Boon, W; Raven, R	Journal of Cleaner Production	6	2019	WEB OF SCIENCE	Ride-sharing	Regulação e regulamentação	Como a Regulação e regulamentação tem atuado nas novas forma de se viver e fazer negócios

Framing the sharing economy: Toward a sustainable ecosystem	Leunga, Y; Xueb, L; Wena, H	Tourism Management	7,432	2019	SCIENCE DIRECT	Objeto de estudo não específico	Negócios sustentáveis	Proposta de negócios compartilhados que abordem interesses múltiplos, RSC e colaboração.
Going back to its roots: Can hospitableness provide hotels competitive advantage over the sharing economy?	Mody, M; Suess, C; Lehto, L.	International Journal of Hospitality Management	6,701	2018	WEB OF SCIENCE	Airbnb	Novo modelo de negócios	novos padrões de consumo, comportamento do novo consumidor
Guiding empirical generalization in research on access-based services	Akbar, P.	Journal of Business Research	4,874	2019	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Outros	
How do sharing organisations create and disrupt institutions? Towards a framework for institutional work in the sharing economy	Zvolska, L; Palgan, Y; Mont, O.	Journal of Cleaner Production	6	2019	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	Como a sociedade tem se modificado e como a EC se enquadra nisso
How sustainable is the sharing economy? On the sustainability connotations of sharing economy platforms	Geissinger, A; Laurell, C; Öberg, C; Sandström, C.	Journal of Cleaner Production	5,715	2019	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Discussão conceitual	Análise de plataformas de EC, em que se vê muitas plataformas com foco na sustentabilidade, porém, grandes organizações da EC mantêm distância da sustentabilidade e focam no econômico.
Humanize your business. The role of personal reputation in the sharing economy	Mauria, A; Minazzib,R; Nieto-García, M; Viglia, G	International Journal of Hospitality Management	7	2018	WEB OF SCIENCE	Airbnb	Novo modelo de negócios	tecnologia, novos padrões de consumo
In Airbnb we trust: Understanding consumers' trust-attachment building mechanisms in the sharing economy	Yanga, S; Lee, K; Lee, H; Koo, C	International Journal of Hospitality Management	6,701	2018	WEB OF SCIENCE	Airbnb	Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	relações de confiança que são desenvolvidas
Incumbents and business model innovation for the sharing economy: Implications for sustainability	Ciulli, F; Kolk, F.	Journal of Cleaner Production	5,715	2019	WEB OF SCIENCE	Incubadoras	Novo modelo de negócios	Utilização da EC para inovação

Inside the sharing economy: Understanding consumer motivations behind the adoption of mobile applications	Zhu, G.; So, K; Hudson, S.	International Journal of Contemporary Hospitality Management	3,196	2017	SCOPUS	ride-sharing	Novo modelo de negócios	adoção de tecnologia novos negócios
Intermediation in a Sharing Economy: Insurance, Moral Hazard, and Rent Extraction	Weber, T.	Journal of Management Information Systems		2014	SCOPUS	host-sharing	Novo modelo de negócios	inovação; diminuição de custos de transação
Investigating the mediating effect of Uber's sexual harassment case on its brand: Does it matter?	Griffith, D; Esch, B; Trittenbach, M	Journal of Retailing and Consumer Services	4,219	2018	WEB OF SCIENCE	Uber	Novas formas de trabalho	precarização, falta de apoio trabalhadores
Is sharing the solution? Exploring public acceptability of the sharing economy	Pidgeon, E.	Journal of Cleaner Production	5,715	2018	WEB OF SCIENCE	Diversos: Foco no usuário	Outros	
It's About Distributing Rather than Sharing: Using Labor Process Theory to Probe the "Sharing" Economy	Chai, S; Scully, M	Journal of Business Ethics	2,354	2019	WEB OF SCIENCE	Uber	Novas formas de trabalho	relação trabalhadores X donos do capital
Marketing in the Sharing Economy	Eckhardt, G.; Houston, M.; Jiang, B.; Lambertson, C.; Rindfleisch, A.; Zervas, G.	American Marketing Association		2019	SCOPUS	Objeto de estudo não específico	Novo modelo de negócios	marketing na EC e novos padrões de consumo
Matching supply and demand in a sharing economy: Classification, computational complexity, and application	Boysen, N; Briskorn, D; Schwerdfeger, S	European Journal of Operational Research	4213	2019	WEB OF SCIENCE	Estrutura pública de compartilhamento	Novo modelo de negócios	foco na solução de problemas operacionais ligados a EC
Materialism and the sharing economy: A cross-cultural study of American and Indian consumers	Davidson, A; Habibi, M; Laroche, M	Journal of Business Research	4,874	2018	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	Compartilhamento é mais propicio em determinadas localidades do que em outras

May I sleep in your bed? Getting permission to book	Karlsson, L.; Kemperman, A.; Dolnicar, S.	Annals of Tourism Research	3,194	2017	SCOPUS	Airbnb	Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	relações sociais, coesão social
Motivations and constraints of Airbnb consumers: Findings from a mixed-methods approach	Fung So, K; Oh, H; Min, S.	Tourism Management	7	2018	SCIENCE DIRECT	Airbnb	Novo modelo de negócios	motivação clientes, marketing relacional
On integrating crowdsourced delivery in last-mile logistics: A simulation study to quantify its feasibility	Guo, X; Jaramillo, Y; Bloemhof-Ruwaard, J; Claassen, G.	Journal of Cleaner Production	5,715	2019	SCOPUS	crowndsharing	Novo modelo de negócios	tecnologia, redes, distribuição
Online friendships in a hospitality exchange network: a sharing economy perspective	Chung, J.	International Journal of Contemporary Hospitality Management	3	2017	SCOPUS	host-sharing	Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	relações sociais, coesão social
Optimal pricing for ride-sourcing platforms	Sun, L; Ruud, H; Teunter, M; Babai, Z; Hua, G	European Journal of Operational Research	4213	2019	WEB OF SCIENCE	Ride-sharing	Novo modelo de negócios	precificação, economia para adquirir serviços compartilhados
Optimal risk management for the sharing economy with stranger danger and service quality	Hong, J; Kim, B; Park, K.	European Journal of Operational Research	4.213	2019	WEB OF SCIENCE	Diversos: Foco no usuário	Novo modelo de negócios	Riscos, marketing relacional
Paradoxes of openness and distinction in the sharing economy	Schor, J; Fitzmaurice, C; Carfagna, L	Poetics	1,564	2016	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Outros	utilização de estudo de caso para denunciar que, embora haja boas intenções dos participantes e a novos arranjos econômicos que se diferenciam da lógica dominante, as práticas dos participantes apresentam as desigualdades sociais, relacionadas a status, gênero, capital cultural, etc.

Peer-to-peer collaborative consumption for fashion products in the sharing economy: Platform operations	Choi, T; Hea, Y	Transportation Research Part E	3	2019	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Novo modelo de negócios	segmentação de mercado e operações
PERCEPÇÃO DE GESTORES DE HOSPEDAGENS SOBRE PLATAFORMAS DE ALUGUEL ONLINE POR TEMPORADA	Ferreira, K.; Santos, R.; Méxas, M.; Meiriño, M.	Turismo: Visão e Ação		2017	SCIELO	host-sharing	Novo modelo de negócios	Percepção gestores sobre plataformas de hospedagem
Pricing strategies on Airbnb: Are multi-unit hosts revenue pros?	Kwoka, L; Xie, K	International Journal of Hospitality Management	6,701	2018	WEB OF SCIENCE	Airbnb	Novo modelo de negócios	tecnologia, estratégia de preços e preços dinâmicos
Product Pricing in a Peer-to-Peer Economy	Weber, T	Journal of Management Information Systems		2016	SCOPUS	crowndsharing	Novo modelo de negócios	inovação; diminuição de custos de transação
Prospects and challenges of sharing economy for the public sector	Ganapati, S; Reddick, C.	Government Information Quarterly	5098	2018	WEB OF SCIENCE	Diversos: Foco no usuário	Novo modelo de negócios	explicação das transações de ativos
Redundancy in the sharing economy	Rong, K; Xiao, F; Wang, Y	Resources, Conservation & Recycling	8086	2019	WEB OF SCIENCE	Bike-sharing	Novo modelo de negócios	Evolução de negócios dentro da própria EC, que estão evoluindo de C2C para B2C
Regulating the sharing economy to prevent the growth of the informal sector in the hospitality industry	Williams, C.; Horodnic, I.	International Journal of Contemporary Hospitality Management	3	2017	SCOPUS	host-sharing	Regulação e regulamentação	Regulamentação para melhor funcionamento das atividades
Regulating, then deregulating Airbnb: The unique case of Tasmania (Australia)	Grimmer, L; Vorobjovas-Pinta, O; Massey, M	Annals of Tourism Research	3,194	2019	WEB OF SCIENCE	Airbnb	Regulação e regulamentação	regulação no estabelecimento da EC
Ridesourcing, the sharing economy, and the future of cities	Jina, S; Konga, H; Wub, R; Sui, D	Cities	1,61	2018	WEB OF SCIENCE	Ride-sharing	Novo modelo de negócios	Modelo de negócios que modificam a sociedade

Shaping the sharing city: An exploratory study on Seoul and Milan	Bernardi, M; Diamantini, D	Journal of Cleaner Production	5,715	2018	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	Sharing paradigm, relações entre pessoas, tecnologia e economia
Sharers and sellers: A multi-group examination of gig economy workers' perceptions	Gleim, M; Johnson, C; Lawson, S	Journal of Business Research	4,874	2019	WEB OF SCIENCE	Diversos: Foco no usuário	Novas formas de trabalho	Diferenças entre perfis de trabalhadores EC e vendedores diretos
Sharing cities and sustainable consumption and production: towards an integrated framework	Cohen, B.; Muñoz, P.	Journal of Cleaner Production	5,715	2016	SCOPUS	SCP group - Análise de qualidade e sustentabilidade	Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	novar relações sociais propiciando novos tipos de negócios
Sharing economy and incumbents' pricing strategy: The impact of Airbnb on the hospitality industry	Roma, P; Panniello, U; Lo Nigro, G	International Journal of Production Economics	5.134	2019	WEB OF SCIENCE	Airbnb	Novo modelo de negócios	Estratégias de precificação e impacto na indústria
Sharing economy in organic food supply chains: A pathway to sustainable development	Asian, S; Hafezalkotob, A; Johnc, J.	International Journal of Production Economics	5134	2019	WEB OF SCIENCE	cadeia suprimento alimentos organicos	Novo modelo de negócios	(custo de transação, consumo e distribuição, tecnologia e inovação)
Sharing Economy Revisited: Towards a New Framework for Understanding Sharing Models	Netter, S; Rahbek, E; Pedersen, G; Lüdeke-Freund, F	Journal of Cleaner Production	6	2019	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Discussão conceitual	Definição EC; campos da EC e pseudo sharing IMPORTANTE PARA CONCEITUAR
Sharing Economy, Sharing Responsibility? Corporate Social Responsibility in the Digital Age	Etter, M; Fieseler, C; Whelan, G	Journal of Business Ethics	2,354	2019	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Outros	Como a EC muda o mundo, crítica em relação a privacidade, segurança, moral e ética
Sharing economy: A review and agenda for future research	Cheng, M	International Journal of Hospitality Management	7	2016	SCIENCE DIRECT	Objeto de estudo não específico	Discussão conceitual	agenda de pesquisa

Sharing electricity storage at the community level: An empirical analysis of potential business models and barriers	Müller, S; Welpel, I	Energy Policy	5042	2018	WEB OF SCIENCE	Energia elétrica	Regulação e regulamentação	(Barreiras de entrada)
Sharing intangibles: Uncovering individual motives for engagement in a sharing service setting	Milanova, V; Maas, P	Journal of Business Research	4,874	2017	WEB OF SCIENCE	Planos de saúde compartilhados	Novo modelo de negócios	motivação dos consumidores, mescla com a mudança de perspectiva social
Smart cities and new forms of employment	Ménascé, D.; Vincent, C.; Moreau, M.	Field Actions Science Report		2017	SCOPUS	Plataformas digitais em geral	Novas formas de trabalho	novas formas de trabalho (falta de segurança e de garantias)
Social networking technologies and the moral economy of alternative tourism: The case of couchsurfing.org	Molz, J.	Annals of Tourism Research	3,194	2013	SCOPUS	couchsurfing	Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	identidade do consumidor; voluntarismo; conexão entre pares; coesão social;
Some issues in recent entrepreneurship approaches: joining previous and current theories	Ribeiro-Soriano, D; Zeng, J	International Entrepreneurship and management		2018	SPRINGER	Objeto de estudo não específico	Novo modelo de negócios	O artigo trata da economia do compartilhamento enquanto uma proposta dentro do empreendedorismo, como novo meio de se fazer negócios, levando a economia de recursos.
Sustainability in the collaborative economy: A bibliometric analysis reveals emerging interest	Myriam Ertz, Sebastien Leblanc-Proulx	Journal of Cleaner Production	5,715	2018	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Discussão conceitual	Revisão de literatura revelando um interesse emergente pela sustentabilidade nas publicações
Sustainable business model experimentation by understanding ecologies of business models	Bocken, N; Boons, F; Baldassarre, B	Journal of Cleaner Production	5,715	2019	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Negócios sustentáveis	Inovação e tecnologia gerando sustentabilidade
The Agency search: The meaning of work for App drivers	Vaclavik, M.; Pithan, L.	RAM		2018	SCIELO	ride-sharing	Novas formas de trabalho	significado do trabalho
The consumer production journey: marketing to consumers as co-producers in the sharing economy	Benedict, G; Dellaert, C	Journal of the Academy of Marketing Science		2019	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Novo modelo de negócios	geração de lucro e valor, comportamento do consumidor

The cost to carshare: A review of the changing prices and taxation levels for carsharing in the United States 2011–2016	Schwieterman, J.; Bieszczat, A.	Transport Policy	3,382	2017	SCOPUS	Zipcar	Novo modelo de negócios	Políticas de preços nos app carsharing
The effects of national cultural values on individuals' intention to participate in peer-to-peer sharing economy	Gupta, M; Esmaeilzadeh, P; Uz, I; Tennantc, V	Journal of Business Research	4,874	2019	WEB OF SCIENCE	Diversos: Foco no usuário	Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	Cultura do compartilhamento, mudanças sociais
The health and safety risks for people who drive for work in the gig economy	Christie, N; Ward, H	Journal of Transport & Health	2,418	2019	WEB OF SCIENCE	Ride-sharing	Novas formas de trabalho	stress no trabalho e prejuízo da saúde, falta de apoio trabalhadores
The Human Capital Hoax: Work, Debt and Insecurity in the Era of Uberization	Fleming, P.	Organization Studies		2017	SCOPUS	Uber	Novas formas de trabalho	Insegurança no trabalho; flexibilização
The illusion of the digital commons: 'False consciousness' in online alternative economies	Ossewaarde, M; Reijers, W.	Organization		2017	SCOPUS	host-sharing	Outros	bens comuns e falsa consciência
The Presentation of Self as Good and Right: How Value Propositions and Business Model Features are Linked in the Sharing Economy	Wruk, D; Oberg, A; Klutt, J; Maurer, I	Journal of Business Ethics	2,354	2019	WEB OF SCIENCE	Grupos de empoderamento locais	Negócios sustentáveis	sustentabilidade enquanto estratégia. IMPORTANTE: Definição de EC
The public sector's roles in the sharing economy and the implications for public values	Hofmanna, S; Sæbo, O; Braccinib, A; Zac, S.	Government Information Quarterly	5,098	2019	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Outros	EC no setor público
The role of values in collaborative fashion consumption - A critical investigation through the lenses of the Theory of Planned Behavior	Becker-Leifhold, C.	Journal of Cleaner Production	5,715	2018	WEB OF SCIENCE	Compartilhamento de roupas	Negócios sustentáveis	impacto ambiental e economia financeira para clientes
The sharing economy and digital discrimination: The case of Airbnb	Chenga, M; Foley, C	International Journal of Hospitality Management	7	2018	SCIENCE DIRECT	Airbnb	Outros	discriminação no Airbnb

The sharing economy and digital platforms: A review and research agenda	Sutherland, W.; Jarrahi, M.	International Journal of Information Management	6,701	2018	SCIENCE DIRECT	Objeto de estudo não específico	Discussão conceitual	agenda de pesquisa EC
The Sharing Economy as a complex dynamic system: Exploring coexisting constituencies, interests and practices	Guräu, C; Ranchhod, A.	Journal of Cleaner Production	6	2019	WEB OF SCIENCE	Diversos: Foco no usuário	Outros	Entendimento do que é a EC: IMPORTANTE NA DESCRIÇÃO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO
The Sharing Economy Globalization Phenomenon: A Research Agenda	Ronaldo C. Parentea, José-Mauricio G. Geleilateb, Ke Rong	Journal of International Management	3,821	2017	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Discussão conceitual	agenda de pesquisa EC
The sharing economy: A comprehensive business model framework	Ritter, M; Schanz, H	Journal of Cleaner Production	5,715	2019	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Discussão conceitual	Definição da EC enquanto modelo de negócios, através de uma revisão de literatura
The sharing economy: A pathway to sustainability or a nightmarish form of neoliberal capitalism?	Martin, C	Ecological Economics	1,72	2016	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Novo modelo de negócios	inovação: formas práticas do compartilhamento
The sharing economy: Why people participate in collaborative consumption	Hamari, J.; Sjöklint, M.; Ukkonen, A.	Journal of the Association for Information Science and Technology		2016	SCOPUS	Diversos: Foco no usuário	Posse para o acesso, relações sociais	consumo consciente emergindo
The sharing economy: Your business model's friend or foe?	Kathan, W; Matzler, K; Veider, V.	Business Horizons	1,502	2016	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Regulação e regulamentação	como novos negócios tem funcionado
TIPIFICANDO A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO E A ECONOMIA DO ACESSO	Gerhard, F.; Silva Junior, J.; Câmara, S.	O&S		2019	SCIELO	Objeto de estudo não específico	Discussão conceitual	Diferença Economia do compartilhamento e Economia do acesso. IMPORTANTE: Definições de EC.
Together we tango: Value facilitation and customer participation in Airbnb	Jianga, Y; Balajia, M; Jhab, S	International Journal of Hospitality Management	6,701	2019	WEB OF SCIENCE	Airbnb	Novo modelo de negócios	Percepção de valor do cliente

Trust and reputation in the sharing economy: The role of personal photos in Airbnb	Ert, E.; Fleischer, A.; Magen, N.	Tourism Management	7	2016	SCOPUS	Airbnb	Novo modelo de negócios	um novo tipo de comércio peer to peer
TURISMO, VIAGEM E ECONOMIA COMPARTILHADA: AS EXPERIÊNCIAS RELATADAS PELOS USUÁRIOS DO COUCHSURFING EM NATAL/RN	Bezerra, L.; Ferreira, L.	Turismo: Visão e Ação		2018	SCIELO	couchsurfing	Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	Modelo de negócios, porém, com interface para a mudança da posse para o acesso, em que o perfil de clientes tem se modificado, e em consequência os perfis de negócios também.
Uberização do trabalho e acumulação capitalista	Franco, D.; Ferraz, D.	CADERNOS EBAPE		2018	SCIELO	Objeto de estudo não específico	Novas formas de trabalho	EC e a exploração do trabalho IMPORTANTE: DISCUTIR A PARTE DO TRABALHO
Under which circumstances do consumers choose a Product Service System (PSS)?	Akbar, P; Hoffmann, S	Journal of Cleaner Production	5,715	2018	WEB OF SCIENCE	marketplace, PSS - sites de compras e vendas de itens	Novo modelo de negócios	(padrões de consumo; marketing relacional; custos de transação)
Understanding Collaborative Consumption: An Extension of the Theory of Planned Behavior with Value-Based Personal Norms	Roos, D; Hahn, R.	Journal of Business Ethics	2,354	2017	SCOPUS	Diversos: Foco no usuário	Novo modelo de negócios	comportamento do consumidor
Understanding Food Sharing Models to Tackle Sustainability Challenges	Michelini, L; Principato, L; Iasevoli, G	Ecological Economics	1,72	2018	SCIENCE DIRECT	Objeto de estudo não específico	Discussão conceitual	definições de EC
Unraveling customer sustainable consumption behaviors in sharing economy: A socio-economic approach based on social exchange theory	Wang, Y; Xiang, D; Yang, Z; Ma, S.	Journal of Cleaner Production	6	2018	WEB OF SCIENCE	host-sharing	Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	relação posse para o acesso relacionando a sustentabilidade
Unraveling the diverse nature of service quality in a sharing economy: A social exchange theory perspective of Airbnb accommodation	Priporas, C; Stylos, N.; Rahimi, R.; Vedanthachari, L.	International Journal of Contemporary Hospitality Management	3,196	2017	SCOPUS	Airbnb	Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	Novas formas de se viver em sociedade, conexão entre pares, propiciada pela internet

Use of dynamic pricing strategies by Airbnb hosts	Gibbs, C.; Guttentag, D.; Gretzel, U.; Yao, L.; Morton, J.	International Journal of Contemporary Hospitality Management	3,196	2018	SCOPUS	Airbnb	Novo modelo de negócios	dinâmica de preços em app ligado a EC
Valuating renewable microgeneration technologies in Lithuanian households: A study on willingness to pay	Su, W; Liu, M; Zeng, S; Streimikien, D; Balezentis, T; Alisauskait-Seskien, I	Journal of Cleaner Production	5,715	2018	WEB OF SCIENCE	Diversos: Foco no usuário	Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	sociedade que busca soluções sustentáveis
Value co-creation and co-destruction in the Airbnb sharing economy	Camilleri, J.; Neuhofer, B.	International Journal of Contemporary Hospitality Management	3	2017	SCOPUS	Airbnb	Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	Novas formas de se viver em sociedade, propiciadas pela internet
What makes a sustainable business model successful? An empirical comparison of two peer-to-peer goods-sharing platforms	Piscicelli, L; Ludden, G; Cooper, T	Journal of Cleaner Production	5,715	2018	SCOPUS	marketplace, Ecomodo - sites de compras e vendas de itens	Negócios sustentáveis	atividade que além de gerar impactos ambientais e sociais podem ser lucrativas
What Makes the Sharing Economy Successful? An Empirical Examination of Competitive Customer Value Propositions	Zhang, C, Huimin, G, Jahromi, M	Computers in Human Behavior	5003	2018	WEB OF SCIENCE	Amazon	Novo modelo de negócios	Novo modelo de negócio que considera uma sociedade em mudanças
What managers should know about the sharing economy	Habibi, M.; Davidson, A.; Laroche, M.	Business Horizons	1,502	2017	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Discussão conceitual	busca apoiar como as práticas individuais podem ser gerenciadas
What's in an App? Investigating the Moral Struggles Behind a Sharing Economy Device	Mercier-Roy, M; Mailhot, C	Journal of Business Ethics	2	2019	WEB OF SCIENCE	Uber	Outros	Como a EC muda o mundo, crítica em relação a privacidade, segurança, moral e ética
What's mine is yours (for a nominal fee)—Exploring the spectrum of utilitarian to altruistic motives for Internet-mediated sharing	Bucher, E; Fieseler, C; Lutz, C.	Computers in Human Behavior	5003	2016	SCIENCE DIRECT	Objeto de estudo não específico	Outros	definição de EC através de entrevistas

When do materialistic consumers join commercial sharing systems	Akbar, P; Mai, R; Hoffmann, S	Journal of Business Research	5	2016	WEB OF SCIENCE	compartilhamento Comercial	Novo modelo de negócios	identificação de novos padrões de consumo; marketing relacional
Who benefits from online financing? A sharing economy E-tailing platform perspective	Gong, D; Liu, S; Liu, J; Ren, L	International Journal of Production Economics	5134	2019	WEB OF SCIENCE	E-tailing	Novo modelo de negócios	Inovação, tecnologia, marketing relacional
Why are customers loyal in sharing-economy services? A relational benefits perspective	Yang, S.; Song, Y.; Chen, S.; Xia, X.	Journal of Services Marketing		2017	SCOPUS	Diversos: Foco no usuário	Moralização da economia em negócios cujas relações migram da posse para o acesso	serviços baseados na comunidade, conexão entre pares
You are what you can access: Sharing and collaborative consumption online	Belk, R	Journal of Business Research	4,874	2014	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Discussão conceitual	revisão de trabalhos anteriores
Yours, mine, and ours: A user-centric analysis of opportunities and challenges in peer-to-peer asset sharing	Wilhelms, M; Merfeld, K; Henkel, S	Business Horizons	2	2017	WEB OF SCIENCE	Objeto de estudo não específico	Discussão conceitual	semelhanças e diferenças entre EC e consumo colaborativo

